



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

WERBER PEREIRA MORENO

**EDUCAÇÃO NO CONTEXTO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: AS
INFLUÊNCIAS DO PÓS-MODERNISMO E DO NEOLIBERALISMO SOBRE O
CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA**

FORTALEZA

2021

WERBER PEREIRA MORENO

**EDUCAÇÃO NO CONTEXTO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: AS
INFLUÊNCIAS DO PÓS-MODERNISMO E DO NEOLIBERALISMO SOBRE O
CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior

FORTALEZA

2021

WERBER PEREIRA MORENO

**EDUCAÇÃO NO CONTEXTO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: AS
INFLUÊNCIAS DO PÓS-MODERNISMO E DO NEOLIBERALISMO SOBRE O
CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Educação Brasileira.

Aprovada em: 25/02/2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Justino de Sousa Junior

Prof. Dr. Justino de Sousa de Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Antônia

Prof^ª. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha (Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria José Albuquerque da Silva

Prof^ª. Dra. Maria José Albuquerque da Silva (Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Tânia Serra Azul Machado Bezerra

Prof^ª. Dra. Tânia Serra Azul Machado Bezerra (Examinadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Sandra M. G. de Carvalho

Prof^ª. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho (Examinadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A todos que acreditam na transformação da história, ainda que os tempos sejam difíceis.

Às minhas filhas, Yasmin e Dana, como estímulo para seus estudos.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Justino de Sousa Júnior, por ter acolhido a minha proposta e pela orientação inteligente.

À Prof^ª. Antônia Rozimar Machado e Rocha, por ter colaborado na orientação deste trabalho, quando substituiu, temporariamente, meu orientador, e por sugestões importantes.

Às Prof^ªs Maria José Albuquerque da Silva; Tânia Serra Azul Machado Bezerra e Sandra Maria Gadelha de Carvalho, por aceitarem participar da Banca Examinadora e por suas arguições pertinentes.

À Damares Oliveira Moreira, pelo apoio técnico e pela amizade.

À minha mulher, Cristina Moreno, pelo apoio técnico, pelo respeito às minhas decisões e por inúmeros outros apoios.

Toda ideologia, entretanto, uma vez que surge, desenvolve-se em ligação com a base material das ideias existentes, desenvolvendo-a e transformando-a por sua vez; se não fosse assim, não seria uma ideologia, isto é, um trabalho sobre as ideias conhecidas como entidades dotadas de substância própria, com um desenvolvimento independente e submetidas tão apenas às suas próprias leis. (Friedrich Engels)

RESUMO

Desenvolvido na Linha de Pesquisa Trabalho e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Ceará (UFC), este trabalho tem por objetivo analisar as influências da crise econômica mundial, bem como do pós-modernismo e do neoliberalismo na política educacional brasileira, notadamente no currículo destinado a conduzir a educação básica do Brasil, considerando as orientações de destacados organismos multilaterais como a CEPAL, a UNESCO e o Banco Mundial. A pesquisa, de natureza bibliográfico-documental, envolveu, além do documento da Base Nacional Comum Curricular, em sua versão final (2017), documentos produzidos pelos organismos acima mencionados e ampla bibliografia sobre a crise econômica mundial, a reconfiguração do Estado, o pós-modernismo e o neoliberalismo.

Palavras-chave: Crise Mundial. Pós-Modernismo. Neoliberalismo. BNCC.

RESUMEN

Desarrollada en la Línea de Investigación en Trabajo y Educación, del Programa de Posgrado en Educación (PPGE), de la Universidad Federal de Ceará (UFC), esta tesis tiene como objetivo analizar las influencias de la crisis económica mundial, del posmodernismo y del neoliberalismo en la política educativa brasileña, marcadamente en el currículo destinado a conducir la educación básica do Brasil, considerando las directrices de destacados organismos multilaterales como la CEPAL, la UNESCO y el Banco Mundial. La investigación, de naturaleza bibliográfico-documental, involucró, además del documento de la Base Curricular Nacional Común (BCNC), en su versión final (2017), documentos producidos por los organismos mencionados y amplia bibliografía sobre la crisis económica mundial, la reconfiguración del Estado, el posmodernismo y neoliberalismo.

Palabras-clave: Crisis Mundial. Posmodernismo. Neoliberalismo. BCNC.

LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
IS	Internacional Socialista
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MARX, MARXISMOS E CRISE DO CAPITAL.....	18
2.1 A Teoria da crise do capital em Marx.....	19
2.2 Uma discussão marxista da crise do capital no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e outras contribuições.....	26
2.2.1 A polêmica no âmbito da II Internacional e do movimento comunista das primeiras décadas do século XX.....	26
2.2.2 A contribuição de Antonio Gramsci	35
2.2.3 As formulações de Paul Sweezy e de Ernest Mandel.....	40
2.3 A crise do capital e a literatura marxista contemporânea.....	44
2.3.1 Kurz e a crise da sociedade do trabalho.....	44
2.3.2 Arrighi: ciclos sistêmicos e crises de hegemonia.....	46
2.3.3 Chesnais e a crise econômica mundial.....	48
2.3.4 Harvey: as crises como racionalizadores irracionais.....	50
2.3.5 Mézáros e a crise estrutural do capital.....	54
3 MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, NO PAPEL DO ESTADO E NAS FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DO CAPITAL.....	57
3.1 Formas de controle do trabalho e reestruturação produtiva.....	57
3.2 Novas configurações do Estado.....	65
3.3 Teorias contemporâneas de legitimação do capital.....	71
4 PÓS-MODERNISMO, RELATIVISMO E NEOPRAGMATISMO: SEUS INFLUXOS SOBRE A EDUCAÇÃO.....	85
4.1 O pós-modernismo e o discurso do fim dos metarrelatos científicos: a ciência em xeque.....	85
4.2 Relativismo e Neopragmatismo: ceticismo e experiência.....	98
4.3 Posicionamentos de autores brasileiros ante as influências do pós-modernismo e do neopragmatismo na educação.....	105
5 A EXPRESSÃO DO DOMÍNIO DO CAPITAL SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC SOB O CRIVO DO MERCADO.....	112

5.1 Mercado e currículo.....	112
5.2 As bases mercantis e a fundamentação ideológica da BNCC no contexto do neoliberalismo brasileiro.....	125
6 CONCLUSÃO.....	131
REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1960 e, principalmente, a partir do início dos anos 1970, percebem-se vários sinais identificadores de importantes mudanças socioculturais no cenário da sociedade capitalista. Esses sinais, representados não só por fatores infraestruturais concernentes à produção/circulação de mercadorias, a exemplo da reestruturação socioeconômica e da internacionalização do mercado, mas também pela perda do estatuto da ciência, pela desvalorização da história e pela inescrutabilidade da realidade, se fazem sentir em todas as práticas sociais, inclusive na educação.

É importante destacar que a influência das modificações socioeconômicas se fez sentir, de igual modo, na relação Estado/mercado, relação esta definidora, na maioria das vezes, das políticas sociais que configuram as diretrizes educacionais.

Neste contexto, a competitividade entre as várias modalidades de empresa, em busca de maiores fatias do mercado mundializado, exacerbou a necessidade de maior conhecimento de tecnologias voltadas para o desenvolvimento da produção material, bem como de informações a respeito dos resultados das pesquisas realizadas em diversos países. Assim, a educação foi erigida como um dos mecanismos de resolução dos problemas da sociedade contemporânea, mergulhada em uma crise estrutural¹ que não encontra precedentes na história do modo de produção capitalista, embora esta forma de organização social da produção esteja condenada a permanentes crises, como diz Karl Marx.

Diante disto, a presente pesquisa procura analisar as repercussões das mudanças estruturais, acima apontadas, no plano do pensamento, chamando a atenção para as influências do pós-modernismo² e do neoliberalismo na educação brasileira das últimas três décadas, notadamente na política educacional que fundamenta a Base Nacional Comum Curricular. Vale ressaltar que a política educacional que orienta as mudanças curriculares, ora implementadas neste país, responde a exigências de um sistema de reprodução social, cuja

¹Neste trabalho, seguindo-se uma caracterização feita por Istvan Mészáros (2002), entende-se por crise estrutural aquela que possui um caráter universal e se estende no tempo indefinidamente.

² Embora haja autores que diferenciam pós-modernismo de pós-modernidade, neste trabalho optou-se pelo termo pós-modernismo, por ser ele mais corriqueiro e por não distinguir tão claramente as práticas culturais contemporâneas das muitas formas de pensamento correntes no mundo atual.

lógica prevalente, forjada nos interesses da classe dominante, dá forma a um projeto de sociedade comprometido com a manutenção da ordem do capital.

Neste sentido, é relevante uma observação feita por Mészáros, em seu livro *A educação para além do capital*:

[...] caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de produção. (MÉSZÁROS, 2008, p.25. Grifos do autor).

Como se ver, o autor não acredita no caráter salvacionista das reformas sociais, incluída entre elas a reforma educacional. Para ele, as mudanças daí decorrentes nada mais são que formas de ajuste do sistema forjadas em consonância com os ditames da lógica que preside a sociedade capitalista. Ainda fica patente, nesta análise de Mészáros, que os mecanismos de correção dos desajustes provocados pela forma de organização do modo capitalista de produção, impedem verdadeiras transformações sociais.

Independentemente da fórmula como se apresenta, um projeto de educação está sempre vinculado a uma concepção de sociedade, cujo objetivo central é a reprodução da formação social que dá sustentação a essa concepção.

A análise de uma realidade sócio-histórica depara-se com muitas contradições inerentes à sua estrutura e traz à tona o papel das instituições sociais engendradas por ela, a exemplo da educação, na mediação dos valores mantenedores do *status quo* ou contrários a ele. A ampla disseminação dos pressupostos pós-modernos e neoliberais no âmbito da pesquisa educacional requer uma contrapartida teórica capaz de contribuir para o desvelamento da realidade, sem se limitar à sua empiria.

Levando em conta esses supostos e considerando o pensamento de Mészáros (2005), no tocante ao papel de um sistema educacional “para além do capital”, e à configuração de uma nova ordem contraposta ao “metabolismo social”, esta pesquisa elege como objeto as influências do pensamento pós-moderno e neoliberal na política educacional brasileira, particularmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), principal

documento oficial destinado a conduzir a educação básica do Brasil, conforme modelos instituídos por renomados organismos multilaterais (CEPAL, UNESCO e Banco Mundial).

Assim, visando ao desvelamento das influências acima apontadas, bem como dos rebatimentos delas na BNCC, algumas questões se impõem: a) Como o pós-modernismo e o neoliberalismo influenciam, por meio de diretrizes traçadas por organismos multilaterais, a política educacional brasileira delineada na BNCC? b) Há possibilidade de implementação de um modelo educacional que não seja reprodutor da lógica do capital? c) Como superar o paradigma educacional vigente, tributário das políticas formuladas pelo Estado de matiz neoliberal? Procurando responder a estas questões e tomando como parâmetro o objetivo geral formulado acima, alguns objetivos específicos podem ser delineados: 1) Analisar o capitalismo contemporâneo, mormente a sua crise das últimas décadas e suas consequências para o mundo atual; 2) Investigar as mediações entre a materialidade do capital e as correntes teóricas que lhe dão sustentação nos campos filosófico, político e educacional; 3) Analisar a influência do pós-modernismo e do neoliberalismo no modelo de educação voltado para o mercado; 4) Desvelar a função ideológica da BNCC no delineamento da política educacional brasileira.

A base teórico-metodológica da pesquisa

Delineado o objeto de estudo, surge a necessidade de saber como conhecê-lo. Entretanto, na concepção marxiana não há teoria do conhecimento sem referência à objetividade social. Neste sentido, a assertiva de Marx (1983) é lapidar:

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1993, p.24).

Percebe-se, nesta passagem, o fulcro da concepção materialista do autor, identificado, não só na vida material, fator crucial para a vida dos homens em sociedade, mas, de igual modo, nas formas de percepção do mundo pelos humanos.

Ecoando o pensamento de Marx, Alexandre Cheptulin (1982) diz que, na perspectiva marxiana, não se adota nenhum aspecto particular como ponto de partida de uma pesquisa, mas parte-se de um aspecto decisivo que determine os outros aspectos. Assim, para o autor:

Depois de ter distinguido o aspecto decisivo principal, devemos, de acordo com esse princípio de pesquisa, toma-lo em seu desenvolvimento, isto é, observar como ele surgiu, quais os estágios transpostos e de que maneira, no curso desse desenvolvimento, ele influi sobre todos os outros aspectos de uma formação material dada, condicionando nela as mudanças correspondentes. Dessa maneira, reproduziremos passo a passo na consciência, o processo do desenvolvimento da formação material estudada e, ao mesmo tempo, o conjunto de seus aspectos e ligações necessários, que lhes são próprios, isto é, de sua essência. (CHEPTULIN, 1982, p.321-322).

György Lukács é outro estudioso que repercute a ontologia de Marx. Para Lukács,

A constatação filosófica de Marx tem aqui, portanto, a função de crítica ontológica a algumas falsas representações, ou seja, tem por meta despertar a consciência científica no intuito de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em si. (LUKÁCS, 2012, p.295).

Ver-se, pois, que para o autor húngaro, a ontologia marxiana tem por objetivo a apreensão da realidade histórica que existe fora da consciência dos indivíduos. Essa concepção de Lukács fundamenta-se na ideia de que objetividade e subjetividade constituem uma unidade encontrável no trabalho, o que faz deste a mais importante categoria para a formação do ser social.

A percepção do processo de constituição do ser social é de fundamental importância para a compreensão das ações humanas, mas ainda que a realidade não dependa do conhecimento subjetivo, Marx não a estuda sem conectá-la à consciência social correspondente a essa realidade.

Maria Cecília Minayo, em seu livro *O desafio do conhecimento* (2000), também se refere à dialética marxista como método de explicação do social. Para a autora, o não enquadramento da obra de Marx em um campo específico de conhecimento, constitui a sua principal riqueza.

Minayo dá seguimento ao seu texto, analisando duas importantes teses da dialética de Marx: a da contradição como “princípio permanente” e a da totalidade como “regra metodológica” capaz de apreender as relações entre as diversas partes que constituem uma realidade determinada. No que se refere à primeira, a autora diz que: “[...] a lógica dialética introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que explica a transformação. (MINAYO, 2000, p.68)”.

No tocante à segunda, Minayo afirma que:

[...] o conceito de *totalidade* é utilizado [...] como um instrumento interpretativo pelo qual se visa a compreender, não a identidade ou o padrão de invariância [...] da realidade social, mas as diferenças na unidade, tais como são engendradas numa realidade determinada. [...] no processo de pesquisa, busca reter a explicação do particular no geral e vice-versa. (Idem, p.70. Grifo da autora).

Como se ver, no arrazoado dos autores supracitados, ultrapassar o limite dos fenômenos é uma importante condição para a compreensão da realidade em sua dinâmica e em suas contradições. Assim, a análise da educação como um complexo social precisa considerar os demais complexos que, com ela, compõem a totalidade da sociedade capitalista. Neste sentido, a escolha do objeto de estudo acima configurado e da base teórico-metodológica orientada pelo materialismo histórico e dialético procede de uma concepção que vê a educação como uma prática social movida por interesses de classe, cujos imperativos filosóficos, políticos e ideológicos são forjados a partir de uma determinada visão de mundo.

Seguindo esta perspectiva, busca-se compreender a estrutura ideológica que dá suporte à BNCC, levando em consideração os dispositivos utilizados por ela. Neste sentido, a adoção do método materialista histórico e dialético é de fundamental importância por permitir captar a ideologia como parte constitutiva da estrutura social, condicionada pela base econômica, mas bastante afetada por inúmeras mediações que se articulam de diferentes formas.

A estruturação do trabalho

No que concerne à estrutura, este trabalho organiza-se em quatro capítulos. No primeiro, procede-se a um amplo apanhado das teorias marxiano/marxistas da crise do capital, com o foco dirigido para textos de Marx e de muitos de seus continuadores. Tem-se também, no primeiro capítulo, a análise de várias formulações de Marx acerca da crise do capital e de teorias de diversos marxistas que, no decorrer dos séculos XIX e XX, buscaram explicar o cenário da crise mundial do capitalismo, fundamentando-se em Marx com o objetivo de segui-lo ou de contestá-lo.

No segundo capítulo, procede-se a uma análise do processo de reorganização socioeconômica da sociedade contemporânea, focando na reestruturação do trabalho, na reconfiguração do Estado e em formulações teóricas que visam à legitimação do capital no atual momento histórico.

No terceiro capítulo, são investigadas as influências do pós-modernismo e do pensamento neopragmático no saber científico e na educação. A concepção da ciência ocidental, como uma forma de pensamento baseada em metanarrativas, é contestada por vários autores, porém as formulações desses estudiosos da sociedade contemporânea, em nada diferem das manifestações ideológicas que buscam legitimar a ordem social vigente. Acrescente-se que o pensamento neopragmático, âncora de correntes pedagógicas como a *Pedagogia das Competências* e as *pedagogias do aprender a aprender*, é uma forma de discurso fixada nas diretrizes de acumulação e reprodução do capital, tão bem representadas pelas “orientações” de organismos multilaterais como a CEPAL, a UNESCO e o Banco Mundial.

No quarto capítulo, a atenção recai sobre a política educacional brasileira, mormente sobre o papel da BNCC na constituição do currículo da escola pública. Assim, as relações entre mercado e currículo, bem como as influências desse mercado e do aparato ideológico na educação do Brasil são exumadas, de modo que os interesses de classe que norteiam a reforma educacional no país, sejam desvelados.

2 MARX, MARXISMOS E CRISE DO CAPITAL

A crise econômica mundial que veio à tona no final dos anos 1960/início da década de 1970, pôs fim a um período de grande crescimento da economia nos países centrais, às bases do Estado de bem-estar social, consolidadas, há mais de 20 anos, na Europa, e ao New Deal, nos Estados Unidos da América. Essa crise desencadeou um processo de reestruturação socioeconômica que redundou em importantes mudanças no mundo do trabalho e no aparato político-social, particularmente no campo da educação.

Assim, a grande competitividade que se espalhou em escala planetária, exigindo quantidade maior de conhecimentos e informações, fez da educação um instrumento para acompanhar as mudanças sociais e adequar, mais do que em outras épocas, os potenciais trabalhadores aos ditames do capital.

Antes, porém, de apresentar os elementos que constituem a realidade social da qual fazem parte as mudanças que afetam a educação formal do Brasil, mormente a política educacional destinada ao delineamento das bases curriculares da educação básica, precisa-se fazer um resgate da teoria da crise do capital, considerando as obras fundamentais de Karl Marx, textos de estudiosos que são considerados marxistas, mas não adotam o método materialista histórico e dialético, nem se orientam pela perspectiva política marxista. É importante destacar que os desdobramentos político-sociais da crise do capital não se configuram como mera consequência do que ocorre na base material da sociedade. Procurando-se manter distância desta lógica mecanicista, objetiva-se, neste trabalho, a compreensão dos mecanismos por meio dos quais os elementos, políticos, sociais e ideológicos interagem com os seus fatores de determinação.

A palavra crise vem do grego antigo, *krísis*, com uma múltipla sinonímia (decisão, separação, supressão), sendo utilizada tanto no campo da medicina, como na atividade bélica, sempre relacionada a uma situação temporária, caracterizada por um desequilíbrio³. É importante registrar que em latim clássico a palavra manteve a mesma acepção e que os vocábulos *crítica*, *critério* e *crivo* derivam da mencionada etimologia e apresentam uma semântica similar à do termo original.

³ Cf. Crise. In: HOUAISS; VILAR, 2009, p. 573.

No *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio e outros, define-se crise como:

[...] um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame. (PASQUINO, 1986, p. 303).

Pelo que se vê, o termo crise não é aplicado a qualquer situação controversa. Segundo Pasquino, a crise implica uma *rachadura* num sistema (político ou econômico), de caráter violento ou não, sem previsibilidade de ocorrência.

Anwar Shaikh, no *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore, afirma que corriqueiramente os marxistas têm compreendido a crise como colapso do sistema do capital. Entretanto, conforme o autor, é preciso demarcar as diferenças que há entre as “crises ou colapsos parciais” e as “crises que levam à transformação de uma sociedade ou formação social.” (SHAIKH, 2001, p. 83). Pode-se dizer que, para Shaikh, é a magnitude dos colapsos que importa na definição das crises. Ainda que esta ideia possa ser traduzida em uma verdade empírica, é necessário dizer, como afirma Lenin, que nem toda situação revolucionária leva à revolução, “[...] mas somente nos casos em que a todas as alterações objetivas [...] vem juntar-se uma alteração subjetiva [...]”. (LENIN, 1979, p. 28).

Sem descuidar da relevância da análise etimológica ou semântica, precisa-se discutir a teoria da crise do capital, pondo em evidência seus principais conceitos e formulações. Como correntes teóricas de diversos teores têm-se debruçado sobre as crises da sociedade capitalista, optou-se pelo enfoque marxiano/marxista, não só porque a teoria de Marx, bem como as de muitos de seus seguidores, enxerga a crise como manifestação genuína da contradição entre capital e trabalho, mas também porque a formulação do autor de *O capital* constitui-se como uma das mais profícuas vertentes do pensamento ocidental.

2.1 A teoria da crise do capital em Marx

Ainda que haja referências às crises econômicas do capitalismo na obra de Marx – *Miséria da Filosofia* (2009, p.82); *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004, pp.25,28); *Os Grundrisse* (1978, p.132); *Contribuição à crítica da economia política* (1983, pp.24-25); *Teorias da mais-valia* (S/D, p.36); *O capital*, Livro II, vol. 3, (1991, pp.76-77) - , bem como

nos textos deste autor produzidos com a colaboração de Friedrich Engels - *A ideologia alemã* (2007, p.383, 498) e o *Manifesto Comunista* (1998, p.45) – não se percebe uma sistematização sobre a crise do capital, o que reforça a “teoria das lacunas”. Dito de outra maneira, embora toda a formulação teórica de Marx tenha se constituído como forma de negação da perenidade do capitalismo, não se encontra em sua obra uma teoria da falência definitiva deste modo de produção.

Neste sentido, as interpretações de alguns estudiosos da temática, seja apoiando-se em nuances de natureza epistemológica (GROSSMANN, 1984), seja recorrendo a aspectos estruturais da obra de Marx (ROSDOLSKY, 2001), seja ainda observando as inflexões teóricas do autor alemão no trajeto cronológico da elaboração de sua obra (MÉSZÁROS, 2002), serão aqui analisadas.

No trabalho de Henryk Grossmann (1984), publicado em 1929, no período que transcorreu entre as duas guerras mundiais e no ano em que teve início uma grande crise do capitalismo (a Crise de 1929), não se observa uma defesa de que Marx tenha desenvolvido uma teoria sobre a crise do capital. Apesar disto, Grossmann, em um exercício silogístico, deduz uma “teoria do colapso” da “teoria do valor ou do salário”, estabelecendo uma distinção entre “teoria” e “lei”. A este respeito, o autor argumenta:

Es cierto que Marx se referió exclusivamente al derrumbe y no a la teoría del derrumbe, del mismo modo que no escribió sobre la teoría del valor o del salario sino solamente sobre la ley del valor y del salario. Por tanto, si tenemos el derecho de hablar de una teoría marxiana del valor y del salario, entonces también nos asiste el de hablar de una teoría del de derrumbe. (GROSSMANN, 1984, p.54).

Esta distinção apontada por Grossmann, entre a categoria colapso e a teoria do colapso, se presta muito mais para especulações no plano de uma teoria do conhecimento do que para esclarecer se há ou não uma teoria da crise do capital na obra de Marx.

Porém, isto não é o único complicador do trabalho de Grossmann. Ao se referir à lei do colapso, o autor afirma que Marx não a enunciou de forma clara em nenhum trecho da teoria marxiana, mas, ainda assim, forneceu elementos que podem esclarecê-la. Neste sentido, o texto do autor é elucidativo:

Si bien Marx no expuso la ley del derrumbe de un modo orgánico com el resto de su teoría pulso de relieve todos los elementos necesarios para ello, de tal modo que dicha ley puede ser desarrollada como una consecuencia lógica a partir del proceso de acumulación fundado en la ley del valor (Idem, ibidem).

Se a assertiva acima for bem analisada, ver-se-á que há incongruência entre a enunciação e o enunciado. A referida lei do colapso, em que pese sua importância na formulação de Grossmann, não passa de um derivativo do processo de acumulação capitalista.

Roman Rosdolsky é outro autor que trata da inexistência de uma teoria da crise do capital na obra de Marx. Pioneiro no estudo dos *Grundrisse*, ele faz uma análise rigorosa da estrutura dessa obra, chamando a atenção para a existência de dois planos preparatórios para a redação de *O Capital*. No primeiro, concebido em 1857/58, o manuscrito trazia a seguinte configuração:

LIVRO I. SOBRE O CAPITAL: a) O capital em geral. 1) Processo de produção do capital; 2) Processo de circulação do capital; 3) Lucro e juros. b) Seção sobre a concorrência; c) Seção sobre o sistema de crédito; d) Seção sobre o capital dividido em ações.
 LIVRO II. SOBRE A PROPRIEDADE DA TERRA.
 LIVRO III. SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO.
 LIVRO IV. SOBRE O ESTADO.
 LIVRO V. SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR.
 LIVRO VI. SOBRE O MERCADO MUNDIAL E AS CRISES. (ROSDOLSKY, 2001, p. 28-29).

Já no segundo, elaborado em 1865/66, tem-se a forma que se segue:

LIVRO I. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL;
 LIVRO II. O MPROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL;
 LIVRO III. O PROCESSO GLOBAL DA PRODUÇÃO CAPITALISTA;
 LIVRO IV. HISTÓRIA DA TEORIA. (Idem, p. 29).

É de se notar que na passagem do plano de 1857/58 para o plano de 1865/66 houve a supressão de vários livros, dentre eles o que tratava do mercado mundial e das crises. Levando-se isto em consideração, é importante apresentar um trecho de Rosdolsky em que ele fala sobre a permanência de alguns desses temas excluídos em estado de latência, bem como de “lacunas” no texto de *O capital*:

[...] no que diz respeito à modificação dos planos, devemos estabelecer uma distinção entre os livros primeiro, segundo e terceiro originais, e os livros quarto, quinto e sexto. Embora os temas previstos para constar destes últimos não tenham sido incorporados à estrutura posterior, parece que eles não chegaram a ser propriamente *abandonados*, permanecendo à espera de um *desdobramento eventual da obra*. Mas, como esses temas só são abordados ocasionalmente em *O capital*, parece justificar-se o que se convencionou chamar a *teoria das lacunas* [...] (Idem, p. 37. Grifos do autor).

A importância da pesquisa realizada por Rosdolsky reside muito mais no resgate que ele faz no texto de Marx do que em derivações, como interpreta Grossmann. A passagem a seguir é bastante ilustrativa no que diz respeito ao que foi afirmado:

[...] Marx excluía do âmbito de investigações de *O Capital* o problema das “conexões no mercado mundial”. O mesmo vale para o problema, estritamente vinculado a elas, dos ciclos industriais, “a alternância de propriedade e crise”, “cuja análise mais aprofundada” – como Marx destaca repetidamente – “se situa fora do âmbito de nosso tema”, podendo vir a ser tratado em um “desdobramento eventual da obra”. Isso demonstra que, de fato, a teoria de Marx sobre as crises apresenta “lacunas”, no sentido de que ele não previra tratar o problema em seu nível mais concreto (Idem, p. 36-37. Destaques do autor).

István Mészáros, assim como Rosdolsky, afirma que Marx não elaborou uma teoria da crise do capital. Porém, diferenciando-se do autor ucraniano, Mészáros identifica o tipo de crise para o qual Marx não elaborou uma teoria. Trata-se da crise geral, como se pode ver na passagem seguinte:

A crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no *cantinho europeu do mundo* por muito tempo não foi uma crise geral. Ao contrário, a continuação da ascendência histórica da ordem burguesa no *terreno bem mais amplo* do resto do mundo dissolveu durante todo um período histórico até mesmo a relativamente limitada crise europeia. [...] Hoje, a situação é radicalmente diferente e chega, a ser diametralmente oposta ao que foi enquanto Marx vivia. (MÉSZÁROS, 2002, p. 219. Grifos do autor).

Além de identificar a natureza da crise, o autor húngaro chama a atenção para o fator histórico, um elemento limitador, que impediu Marx de desenvolver uma teoria geral da crise, como se percebe na citação.

Outro fator determinante para a não presença de uma teoria da crise na obra de Marx é o fato do autor não ter conseguido levar a cabo o seu projeto de investigação da sociedade capitalista. Para Mészáros, que fala sobre a “obra inacabada de Marx”,

Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas *inacabado*, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais; portanto não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas (Idem, p.46. Grifo do autor).

As interpretações acima induzem à constatação de que na obra de Marx não há uma teoria no que seja crise do capital. Contudo, se se considerar a produção científica mais madura do autor – *Os Grundrisse; As teorias da mais-valia; e O capital* -, ver-se-á que ali se encontram elementos significativos relativos à crise e indicativos da atenção que Marx dedicava ao tema. Neste sentido, a possibilidade de existência da crise, bem como a sua realidade histórica são aspectos relevantes da elaboração de Marx e não devem ser

desprezados por conta de uma teoria que não foi textualmente formulada. A este respeito, a seguinte passagem extraída do Livro I, de *O capital*, é elucidativa:

A circulação rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais, impostas pela troca de produtos, ao dissociar a identidade imediata que, nesta última, une a alienação do produto próprio e a aquisição do alheio, gerando a antítese entre venda e compra. Dizer que estes atos antitéticos, independentes entre si, possuem uma unidade interior equivale a dizer que essa unidade anterior transparece através de antíteses externas. Se essa independência exterior dos dois atos – interiormente dependentes por serem complementares – prossegue-se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade, por meio de uma crise. A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor de uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale com o trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisa – essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. Para a conversão dessa possibilidade em realidade é mister todo um conjunto de condições, que não existem ainda, do ponto de vista da simples circulação das mercadorias (MARX, 1994, Vol. I, p.126-127).

É de se notar que, embora a crise apareça nesta passagem como algo abstrato, como “possibilidade”, as contradições do capitalismo, insolucionáveis, encontram na crise uma “solução”, ainda que violenta, para a manutenção da reprodução social.

Além da coação, Marx aponta a rotatividade como segunda característica das crises. Para o autor, as alternâncias que ocorrem na produção industrial, periodicamente, têm como desfecho a crise:

O enorme poder de expansão, aos saltos, do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril, seguida de abarrotamento dos mercados que, ao se contraírem ocasionam um estado de paralização. A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise, estagnação. (Idem, p.518).

No tocante à possibilidade das crises, Marx chama a atenção para o momento em que o dinheiro torna-se mediador no processo de troca e para a contradição entre valor de uso e valor que se encontra entranhada na mercadoria. Nos *Grundrisse*, o autor assevera:

(...) ya en la determinación del dinero como mediador, y en la escisión del cambio en dos actos, está el germen de las crisis, por lo menos su posibilidad, la cual no puede ser realizada sino cuando existen las condiciones fundamentales de la circulación en su desarrollo *clásico*, correspondiente a su concepto (MARX, 1978, p.132. Grifo do autor).

Percebe-se, pois, que a divisão da mercadoria em mercadoria e dinheiro, bem como a ascensão do dinheiro à condição de entidade autônoma, capaz de mediar as trocas, são fatores que podem contribuir para a ocorrência de crises.

É ainda seguindo o mesmo diapasão da possibilidade da crise que Marx discute, nas *Teorias da Mais-Valia*, a forma por ela assumida. Para o autor, trata-se de uma “forma abstrata de crise”, de uma “crise potencial”:

Possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a *forma mais abstrata* da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. Compra e venda podem separar-se. Constituem portanto *crise* em estado potencial e sua coincidência continua sempre a ser, para a mercadoria, elemento crítico. Mas uma pode converter-se na outra com fluidez. Assim, a *forma mais abstrata da crise* (e por isso a possibilidade formal da crise) é a *metamorfose* da própria *mercadoria*, a qual como movimento desenvolvido, contém a contradição – encerrada na unidade da mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e ainda entre dinheiro e mercadoria. Mas o meio por que essa possibilidade de crise se torna a crise não se contém nessa própria forma; esta implica apenas em que existe *a forma* para uma crise (MARX, 1983, p.945. Grifos do autor).

Depreende-se desta passagem a acuidade de Marx com relação ao processo histórico do desenvolvimento do capitalismo. O autor observa, com nitidez de detalhes, que as condições objetivas mobilizadas para a realização da produção/circulação do capital estão em estado de latência e, portanto, o que aparece é a potencialidade da crise que está embutida no processo de circulação simples.

Na esteira do que foi dito, vale, como acréscimo a formulação de Romero (2009) que trata das limitações da teoria de Marx sobre as crises do capitalismo na esfera da circulação. Conforme o autor:

[...] Marx teoriza sobre as possibilidades e formas de manifestação das crises, sem ainda entrar nas suas causas. Destaca as contradições intrínsecas à forma mercadoria, potenciadas pela relação desta com o dinheiro, e que implicam, por si mesmas, um cenário aberto às crises. Este é ainda o espaço nebuloso em que reina a anarquia do mercado e, portanto, uma aparente ausência de determinações (ROMERO, 2009, p.9).

Entretanto, se for considerada uma outra passagem das *Teorias da Mais-Valia*, ver-se-á que Marx critica de forma veemente os defensores da teoria das possibilidades da crise, taxando-os de formuladores de abstrações que não conseguem enxergar a realidade. Nestes termos, a assertiva do autor é lapidar:

[...] não são mais felizes os economistas (como J. St. Mill, por exemplo) que procuram explicar as crises com essas meras *possibilidades* da crise, encerradas na metamorfose das mercadorias, como a dissociação entre compra e venda. Esses

elementos que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade; deixam de elucidar porque as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio de uma crise, de um processo violento. Aquela dissociação aparece na crise; é sua forma elementar. *Explicar* a crise por essa forma elementar significa explicar a existência da crise, expressando-a na mais abstrata forma de sua existência, isto é, explicar a crise pela crise (MARX, 1983, p.937. Grifos do autor).

A realidade das crises é outro elemento significativo na elaboração teórica de Marx. Ao analisar a lei da queda da taxa de lucro, na terceira parte do Livro III, de *O Capital*, o autor afirma que os economistas burgueses entram em pânico ao perceberem que a progressão das forças produtivas cria uma “barreira” para a produção capitalista, sendo essa “barreira” completamente desvinculada da “produção da riqueza”. Nesta perspectiva, Marx acrescenta:

[...] essa barreira peculiar evidencia que o modo capitalista de produção, com suas limitações, possui caráter simplesmente histórico, transitório, que não é modo absoluto de produção da riqueza, entrando antes em conflito com o desenvolvimento ulterior dela, ao atingir certo estágio de evolução (MARX, 1991, p.278).

A “barreira” apontada pelo autor denuncia o caráter contraditório do modo de produção capitalista, pondo em relevo uma realidade – a queda da taxa de lucro – que, embora seja inerente ao próprio “sistema”, se constitui como fomentador de crises.

Marx também adverte para o que ocorre após o processo de produção de mercadorias, casos os produtos não sejam vendidos ou sejam vendidos parcialmente, ou ainda sejam negociados a preços inferiores ao custo da produção:

Se não houver essa venda ou se ela apenas ocorrer em parte ou a preços que estejam abaixo dos preços de produção, terá o trabalho sido explorado, mas essa exploração não se concretizará em resultado para o capitalista, podendo está ligada à realização nula ou parcial da mais-valia extorquida e mesmo a prejuízo parcial ou total do capital. Não são idênticas as condições da exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. As primeiras têm por limite apenas a força produtiva da sociedade, e as últimas a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas, esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta e sim condicionado por relações antagônicas de distribuição que restringem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos (Idem, p.281).

Na sequência da passagem acima, o autor chama a atenção para mais duas contradições que têm impacto nas crises do capitalismo. Enquanto uma delas diz respeito à não determinação da capacidade do consumo pela produção, sendo “(...) condicionada com relações antagônicas de distribuição que restringem o consumo da grande massa da sociedade

a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos” (Idem, ibidem), a outra refere-se ao peso da tendência à acumulação de capital na limitação da capacidade de consumo “[...] limita-o a propensão a acumular, a aumentar o capital e a produzir mais-valia em escala ampliada” (Idem, ibidem).

Pelo que foi exposto, é preciso dizer, com Marx, que as crises do modo de produção capitalista estão diretamente vinculadas às contradições inerentes ao sistema do capital. Assim, conforme o autor, a “barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital” (MARX, 1991, p.287). O capital e sua busca de valorização conflitam permanentemente com o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o modo de produção capitalista comporta uma contradição insuperável, oriunda da relação entre o desenvolvimento das forças de produção (até certo ponto) e das relações produtivas vigentes na formação social capitalista.

2.2 Uma discussão marxista da crise do capital no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e outras contribuições

Após a morte de Karl Marx, mais precisamente na última década do século XIX, travou-se um intenso debate, no âmbito do pensamento marxista, a respeito do fim do capitalismo, do advento do socialismo e do papel que as crises do capital desempenham neste processo. O mote dessa polêmica foi dado por algumas observações de textos de Marx, nos quais o autor, de forma genérica, diz que as crises “tendem a se tornar mais severas” e que isso “desestabiliza a sociedade burguesa”.

Embora o foco do pensamento marxiano esteja voltado para a sociedade capitalista, bem como para a impossibilidade desta formação social sobreviver indefinidamente, não há, na obra de Marx, uma teoria acerca do colapso do modo de produção capitalista, como acreditavam alguns autores que tomaram parte no debate acima mencionado.

2.2.1 A polêmica no âmbito da II Internacional e do movimento comunista das primeiras décadas do século XX

Não obstante o fato de Paul Sweezy ter registrado essa polêmica em 1942, com a publicação do seu livro *Teoria do desenvolvimento capitalista*⁴, e de discutir as formulações de alguns autores envolvidos na contenda, é a coletânea *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*, publicada em 1970, pelo então marxista Lucio Colletti, que melhor problematiza esse debate. Nesse livro, originalmente publicado em italiano, Colletti, além de fazer breves introduções para situar cada autor envolvido na polêmica, apresenta diversas partes de livros e artigos, daqueles estudiosos, que tratam da crise e do colapso do capitalismo.

A polêmica no âmbito da II Internacional foi desencadeada pela publicação de uma série de artigos de Eduard Bernstein, no transcurso de 1896-1897, cujo título era “Problemas do socialismo”⁵, e pelas reações de vários dirigentes da IS⁶ a esses textos. É importante acrescentar que aqueles de Bernstein foram reelaborados e publicados como livro, posteriormente, em 1899, com o título de *As premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia*.

Logo nas primeiras páginas do capítulo *Las crisis y las posibilidades de adaptación de la economía moderna*, texto que, segundo Colletti, representa o que há de mais significativo no referido autor alemão, Bernstein impinge a responsabilidade pela contradição entre os livros II e III de *O Capital* a Marx que, segundo o autor negligenciou o papel do subconsumo nas crises econômicas. Para Bernstein, Marx teria se utilizado de um pretexto semelhante ao de Rodbertus⁷, visto que em ambos os autores o subconsumo das massas provocaria as crises capitalistas. Ver-se, portanto, que, segundo Bernstein, haveria, no pensamento marxiano, a formulação de uma teoria subconsumista das crises do capital.

Diante do exposto por Bernstein, uma observação precisa ser feita. Ainda que haja ambiguidades nos supracitados textos de Marx, os trechos apontados por Bernstein são insuficientes para a afirmação ou negação da presença de uma teoria do subconsumo, como causa das crises capitalistas, no pensamento do autor de *O Capital*.

Além da crítica a Marx, Bernstein polemiza com Rosa Luxemburg. Para Bernstein, nos artigos⁸ publicados por Luxemburg, em 1898, numa revista alemã, haveria uma

⁴ Ver, a este respeito, a III parte do referido livro, notadamente o capítulo XI : *A controvérsia do colapso*.

⁵ Essa coletânea, originalmente publicada em alemão, na revista Die Neue Zeit(O novo tempo), veio a lume, no Brasil, com o título de Socialismo evolucionário.

⁶ IS: Internacional Socialista é o outro nome pelo qual é chamada a II Internacional.

⁷ Johan Karl Rodbertus. Político e economista alemão, contemporâneo de Karl Marx.

⁸ Esses artigos, mais tarde foram reunidos em um livro que foi traduzido, no Brasil, com o título de *Reforma ou revolução?*

fixação da autora nas características nocivas do capitalismo, sem a devida consideração pelos aspectos construtivos desse sistema produtivo que, entre outras coisas, serviriam para a diminuição dos desequilíbrios e para a redução das consequências das crises. A seguinte passagem do autor ilustra bem a paráfrase acima:

[...] la expansión geográficamente gigantesca del comercio mundial, unida a la extraordinaria reducción del tempo requerido para las informaciones y los transportes, no han aumentado hasta tal punto las posibilidades de *compensación* de los desequilíbrios, y si el enorme aumento de la riqueza de los estados industriales europeos, unido a la elasticidad del sistema crediticio moderno y al nacimiento de los cárteles industriales, no han restringido de tal modo la *capacidad de reacción* de los desequilíbrios locales o particulares sobre la situación general de los negocios, como para que sea necesario considerar altamente improbable, al menos durante um período bastante largo, la posibilidad de crisis económicas generales del tipo de las precedentes. (BERNSTEIN, 1978, p. 149-150. Grifos do autor).

A polêmica acerca da existência de uma teoria do colapso do capitalismo na obra de Marx prosseguiu com a publicação de artigos de Heinrich Cunow, na revista alemã *Die Neue Zeit* (revista que havia publicado os artigos de Bernstein), nos anos 1898-1899. Para Colletti, organizador da coletânea *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*, o texto de Cunow, *Contribuição à teoria do colapso*, é um significativo documento que a ala ortodoxa da socialdemocracia alemã opôs ao ataque de Bernstein.

Diferentemente de Bernstein, para quem a expansão da produção tenderia a ocorrer em ritmo semelhante àquele experimentado durante a hegemonia inglesa no mercado mundial, Cunow advoga a tese de que o crescimento do capitalismo inglês, na segunda metade do século XIX, não poderia servir como parâmetro para os anos subsequentes. Segundo o autor, tão logo se acirrasse a concorrência internacional, a luta pelos mercados tornar-se-ia mais exacerbada e o colapso seria iminente. Assim, considerando a projeção de Bernstein como o grande erro do autor, Cunow, após apontar os limites do mercado existente e de um outro que poderia surgir no futuro, afirma taxativamente:

[...] si la crisis no se verifica como consecuencia de una guerra europea llevada hasta el agotamiento de las partes en lucha, el derrumbe se verificará [...] como consecuencia de una paralización extendida progresivamente en todas las industrias. Ahora aqui, más tarde en otra parte, la industria verá limitarse sus exportaciones de las que su posibilidad de supervivencia [...]. (CUNOW, 1978, p. 170).

Ver-se, pois, que, para Cunow, fatalmente o capitalismo sucumbirá. Seja por causa de guerras interimperialistas, seja por conta de paralisia da produção. Como diz Colletti,

o conteúdo econômico da formulação de Cunow parece resumir-se a uma teoria imatura do *déficit de mercados*, que não encontra apoio em Marx. (COLLETTI, 1978, p.164).

Outro autor que tomou parte no debate foi Mijail Ivanovich Tugán-Baranovski. Para Colletti, a teoria de Tugán-Baranovski nada mais é que uma reproposição e interpretação dos esquemas de Marx sobre a *reprodução*. Conforme o autor italiano, a anarquia da produção capitalista é responsável pelos males que acometem o sistema (*desproporções*). Esse mesmo sistema encarrega-se de corrigir essa desarmonia, sem, contudo, defrontar-se com obstáculos que ponham fim ao seu desenvolvimento. (Idem, p. 239).

Criticando Marx e Engels pela *falsidade* de suas teorias, Tugán-Baranovski formula sua teoria da crise. Para o autor, não se trata de *insuficiência de vendas* nem tampouco de *superprodução crônica*. O capitalismo pode manter-se, apesar do subconsumo das massas ou de outros fatores de ordem econômica. Tugán-Baranovski assevera:

Vemos pues que incluso em caso de una significativa disminución absoluta del consumo social, la economía capitalista no se derrumba. El análisis precedente revela como una fantasía infundada el necesario derrumbe del orden social capitalista por causa de la falta de ventas, artículo de fe no sólo de los marxistas *ortodoxos* sino, al parecer, también de algunos *revisionistas*. La envoltura capitalista de la sociedad moderna no se derrumba, ni siquiera en condiciones que parecieran hacer fracasar cualquier objetivo racional de la economía. (TUGÁN-BARANOVSKI, 1978, p. 256. Grifos do autor).

Verifica-se, assim, que a teoria de Tugán-Baranovski, à medida que exclui a possibilidade de derrocada do capitalismo, como consequência do subconsumo das massas, ou de outras causas, se constitui como instrumento de defesa da continuidade daquele modo de produção social.

Com uma resenha ao livro de Tugán-Baranovski, Conrad Schmidt é mais um estudioso que se insere na controvérsia do colapso do capitalismo. Ao criticar a teoria das desproporções, de Tugán-Baranovski, por este não discernir demanda de bens de produção de demanda de bens de consumo, Schmidt afirma que é o consumo da classe trabalhadora o fator determinante para a ocorrência das crises. Conforme o autor,

Por más que la masa de capital que la clase capitalista revierte cada año en la industria pueda repartirse *proporcionalmente* entre todos los diferentes ramos, a pesar de ello, si el incremento en la demanda de bienes de consumo permanece en constante y considerable retraso con respecto al ritmo de aumento de la producción,

deberá darse forzosamente la desproporción entre oferta y demanda a que damos el nombre de sobreproducción. (SCHMIDT, 1978, p. 182. Grifo do autor).

Assim, para Schmidt, seria a parcela da renda concentrada nas mãos dos assalariados o elemento condicionador das crises. Quanto maior fosse essa parcela, menor seria a possibilidade da produção de bens para o consumo superar a necessidade existente, bem como menor seria a probabilidade de ocorrer superprodução.

Do mesmo modo, o autor acredita que a exportação tenderia a diminuir os limites impostos pela limitação do consumo: “La exportación [...] mitiga obviamente en una medida bastante considerable los limites que de outro modo impondría la capacidad de consumo interna (en especial la de las masas) a las posibilidades de expansión de la producción [...].” (SCHMIDT, 1978, p.183).

Com isto, conforme assinala Colletti, esperar-se-ia que Schmidt concluísse com uma reafirmação da *teoria do colapso*, cuja presença dá por certa na obra de Marx (COLLETTI, 1978, p. 175). Porém, como fizera com Bernstein, por ocasião da controvérsia do *revisionismo*, harmoniza-se com Tugán-Baranovski, negando o catastrofismo presente na *teoria do colapso*. Vale destacar que essa aproximação de Schmidt a Tugán-Baranovski revela, entre outras coisas, uma incompreensão: a de que caberia a Marx a responsabilidade pela afirmação de que o capitalismo tenderia ao *colapso*.

Segundo Lucio Colletti, a exposição mais substancial, dentre os autores *ortodoxos*, sobre o desenvolvimento do capitalismo e acerca da natureza das crises, foi feita por Karl Kautsky. Para Colletti, Kautsky afirma que não há uma teoria do colapso em Marx e Engels. Não com o mecanicismo encontrado em Bernstein, que a critica, e em Cunow, que a defende. Entretanto, conforme o autor italiano, Kautsky faz a defesa daquela teoria sem, contudo, apegar-se aos seus aspectos mais *ingênuos* e *fantásticos* que apontam na direção de uma catástrofe iminente. Colletti ainda assegura que, para Kautsky, as crises tendem a ocorrer de forma mais extensa e intensa, enquanto a expansão do mercado mundial e o desenvolvimento das forças produtivas ficam paralisados, a superprodução se espalha no mercado mundial e o capitalismo mergulha na estagnação e na depressão crônica.

Ao analisar as crises, Kautsky parte da seguinte premissa: a causa das crises é o subconsumo das massas. Para substancializar esta tese, o autor menciona Marx e Engels como estudiosos que também veem no subconsumo a origem das crises. Contudo, Kautsky adverte

que, para os dois autores alemães, trata-se da *causa última* das crises e não de sua *causa direta*. A *causa direta*, segundo Kautsky, pode ser encontrada nas desproporções que caracterizam o capitalismo.

Si observamos el subconsumo como razón última de las crisis periódicas, vemos en cambio en la falta de planificación del proceso de producción capitalista una de sus premisas y un factor que temporariamente y por sí sólo puede provocar crisis o agudizar más aún crisis generales. (KAUTSKY, 1978, p. 213).

Uma ressalva, entretanto, precisa ser feita. Embora o subconsumo não se constitua como *causa direta* das crises, deve-se buscar nele, conforme Kautsky, a explicação para a origem dos fatores que perturbam a produção capitalista, principalmente da superprodução, verdadeiro calcanhar de aquiles do capital.

Outro autor que discute as crises do capitalismo é Vladimir I. Lenin. Apesar de não ser partidário da tese que prevê o fim do capitalismo a partir de uma catástrofe *puramente econômica*, a exemplo de outros teóricos bolchevistas, Lenin toma parte na controvérsia que envolveu a II Internacional, no final do século XIX e início do século XX (debate já mencionado). Para o autor, as crises têm sua origem na desproporção existente entre os diferentes setores da indústria, ou seja:

[...] se se quer falar das dificuldades da realização, das crises delas oriundas etc., é preciso reconhecer que tais *dificuldades* não são apenas possíveis, mas necessárias para todas as partes do produto capitalista [...]. Dificuldades desse gênero, dependentes da distribuição desproporcional dos diferentes ramos da produção, surgem incessantemente não só na realização da mais-valia, mas ainda na do capital variável e do capital constante; surgem na realização do produto tanto em artigo de consumo quanto em meios de produção. Sem *dificuldades* desse tipo e sem crises em geral, não existe produção capitalista [...]. (LENIN, 1985, p. 19. Grifos do autor).

Ver-se, pois, que para Lenin, as crises do capitalismo são causadas pela desproporção existente no modo de produção, isto é, pela contradição entre o cunho social da produção e o cunho privado da apropriação. Assim, o autor também impinge uma pesada crítica aos intérpretes da teoria subconsumista. Citando passagens de O capital que serviram de apoio àqueles estudiosos, Lenin diz:

Em todas essas teses, só se constata a referida contradição entre a ilimitada tendência a ampliar a produção e o consumo limitado. Nada é mais insensato que extrair delas a conclusão de que Marx não admitia a possibilidade de realização da mais-valia na sociedade capitalista, de que explicava as crises pelo subconsumo etc.

[...] não há nada mais absurdo que das contradições do capitalismo deduzir a sua impossibilidade, seu caráter não progressista etc. [...]. A contradição que existe entre a tendência ao ilimitado crescimento da produção e o consumo limitado não é a única do capitalismo, que só pode existir e se desenvolver em meio a contradições. (LENIN, 1985, p. 26).

Isto significa que, para o autor, não só o capitalismo é possível e progressista, em relação aos modos de produção que o antecederam, mas também tem limites e não pode evitar as contradições.

Na controvérsia do colapso e da crise do capitalismo também há presença feminina. Trata-se de Rosa Luxemburg, cujo trabalho mais importante é *A acumulação do capital*, publicado em alemão em 1913.

Para Colletti, a tese central deste livro é a de que em uma *sociedade capitalista pura* torna-se impossível a realização da mais-valia e, conseqüentemente, a sobrevivência do capitalismo. Assim, segundo o autor italiano, Rosa veria na *realização da mais-valia* o ponto nodal da *acumulação capitalista*. Ainda conforme Colletti (p. 365), a autora polaco-alemã sustentava que a porção da mais-valia reservada para tornar-se capital não poderia ser realizada por trabalhadores e capitalistas e, por isso, o capitalismo precisaria relacionar-se constantemente com camadas sociais e sociedades não capitalistas, constituindo-se estas em fator decisivo para a acumulação do capital.

Percebe-se, então, que, segundo Rosa, o consumo que importa na realização da mais-valia não se encontra no âmbito do sistema capitalista propriamente dito, mas em setores não capitalistas que compõem a sociedade e estão associados a formas de produção que antecedem ao capitalismo. Entretanto, a autora reconhece que essas formas de produção são incompatíveis com o sistema capitalista e, à proporção que este se desenvolve, aquelas tendem a desaparecer, levando, com isto, o sistema do capital a grandes dificuldades para realizar a mais-valia. Para Rosa, esses transtornos acabariam conduzindo o capitalismo à catástrofe. A autora ratifica este comentário com a seguinte passagem:

[...] mediante [o] intercâmbio com sociedades e países não capitalistas, o capitalismo vai-se estendendo cada vez mais, acumulando capitais à sua custa, ao mesmo tempo que os corrói e os desarticula a fim de suplantá-los. Mas quanto maior o número de países capitalistas que se lançam a essa desapropriação de zonas de acumulação e quanto mais diminuem as zonas não capitalistas suscetíveis de serem conquistadas pelos movimentos de expansão do capital, tanto mais aguda e violenta se processa a concorrência entre os capitais, transformando essa cruzada de expansão, pelo

cenário mundial, em toda uma cadeia de catástrofes econômicas e políticas, crises mundiais, guerras e revoluções. (LUXEMBURG, 1976, p. 430).

Conforme Colletti, observados estes pressupostos, depreende-se da formulação de Rosa uma evidente manifestação da *teoria do colapso*. Assim, para o autor,

[...] como el capitalismo vive y se desarrolla aniquilando las condiciones que le permiten existir, o sea transformando en áreas capitalistas las zonas originariamente externas a él, resulta evidente que el destino del capitalismo está sellado [...]. (COLLETTI, 1978, p. 366).

Colletti acrescenta que a teoria de Rosa sofre várias críticas, inclusive de alguns estudiosos que buscam inspiração na autora. Dentre esses críticos, Colletti aponta Roman Rosdolsky e Paul Sweezy como as mais importantes.

Ao discutir a posição de vários autores na polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx, Rosdolsky rechaça a teoria da acumulação da autora, bem como a crítica feita por ela à formulação de Marx acerca da reprodução do capital. Para Rosdolsky,

[...] é lamentável que Rosa só soubesse defender a ideia da derrocada fazendo uma crítica – fundamentalmente errada – à teoria da reprodução de Marx. Não precisamos avaliar de novo essa crítica, hoje reconhecidamente falha. Seu erro principal consistia em que Rosa, sem perceber, voltava a usar as premissas da reprodução simples na análise da reprodução ampliada. (ROSDOLSKY, 2001, p. 408).

Sweezy, por sua vez, afirma que a teoria desenvolvida por Rosa é passível de muitas críticas. Entretanto, para o autor, o erro mais grave cometido pela estudiosa polaco-alemã diz respeito à manutenção de pressupostos usados para a análise da reprodução simples quando da investigação da reprodução ampliada. Para confirmar esta asserção, a seguinte passagem do livro de Sweezy se faz necessária:

O dogma – que nem por um momento ela põe em dúvida – de que o consumo dos trabalhadores não pode realizar a mais-valia implica que a quantidade total de capital variável e portanto também o consumo dos trabalhadores devem permanecer fixos e constantes como na reprodução simples. Na realidade, a acumulação envolve tipicamente o acréscimo ao capital variável, e, quando esse capital variável adicional é consumido pelos trabalhadores, realiza uma parte da mais-valia que tem a forma física de bens de consumo. (SWEEZY, 1982, p. 233).

O autor encerra seu comentário avaliando os erros de análise cometidos por Rosa, contudo chama a atenção para o fato de ser a autora de *A acumulação do capital* muito mais marxista do que os estudiosos que faziam parte do movimento social-democrata alemão, no período em que ela viveu.

A contribuição de Henryk Grossmann, no debate acerca do colapso do capitalismo, se deu em 1929, com a publicação, em alemão, do livro *A lei da acumulação e o colapso do sistema capitalista*. Embora o aparecimento do livro pareça temporão, uma vez que o debate iniciou-se no final do século XIX (ver referência anterior), foi exatamente depois da Primeira Guerra Mundial e do processo que resultou na Revolução Russa que a social-democracia alemã se distanciou, cada vez mais, de quaisquer posições favoráveis à derrubada do capitalismo. Segundo Colletti, vários intelectuais, que outrora sustentaram posições contrárias ao *revisionismo* da teoria de Marx, aderiram à formulação de Tugán-Baranovski, corrente majoritária no interior do PSD (Partido Social-Democrata da Alemanha) que consistia em uma interpretação das crises como resultado das *desproporções* existentes entre os setores de produção de bens de capital e os de produção de bens voltados para o consumo. Para esta corrente de pensamento, tão logo houvesse a centralização do capital e o planejamento das atividades econômicas, as crises seriam eliminadas.

Posicionando-se contra esse pensamento dominante no Partido, Grossmann afirma que é impossível regular a economia no modo de produção capitalista, pois,

[...] sólo es posible una de dos: si se trata de una sociedad *regulada*, entonces ya no puede ser más una economía capitalista. Pero si se trata em cambio de una economía capitalista, es imposible que ésta sea *regulada*. (GROSSMANN, apud COLLETI, 1985, p. 458. Grifos do autor).

Grossmann vê o trabalho produtor de valor como o fundamento das crises e do inevitável colapso do capitalismo. Conforme o autor, é a contradição entre valor e valor de uso responsável pelos conflitos infundáveis que caracterizam a estrutura dualista da produção capitalista. Assim, para Grossmann,

[...] el proceso de producción capitalista se caracteriza por los conflictos insolubles, por las insanables convulsiones internas del sistema, que derivan necesariamente de su carácter dualista, de la contradicción inmanente que existe entre valor y valor de uso, entre rentabilidad y productividad, entre las limitadas posibilidades de valorización y el desarrollo ilimitado de las fuerzas productivas; contradicción inmanente que conduce necesariamente a la sobreacumulación y a la valorización

insuficiente y por tanto al derrumbe, a la catástrofe de todo el sistema. (GROSSMANN, apud COLLETI, 1985, p. 466).

Observa-se, pois, que Grossmann não só localiza a causa das crises no fundamento da produção capitalista (a relação contraditória entre processo de trabalho e processo de valorização), como também explica a dinâmica capitalista, tomando por base esse dualismo. É de se notar que a dimensão econômica aparece, no pensamento do autor, como sustentáculo de sua teoria do colapso.

2.2.2 A contribuição de Antonio Gramsci

O marxista italiano Antonio Gramsci, membro do Partido Comunista Italiano (PCI), procurando compreender os fatores que originaram fascismo, debruçou-se sobre os elementos políticos que contribuíram para a deflagração da Primeira Guerra Mundial e para a derrocada do movimento operário na Europa Ocidental. Com esta preocupação, Gramsci fez inúmeras anotações⁹ sobre a crise do capitalismo, dentre outros temas, crise esta que, segundo o autor, não se limitava a um acontecimento cíclico, inerente ao próprio sistema, mas tratava-se de um fenômeno de maior amplitude que envolvia não só a esfera econômica, mas também a dimensão política, incluídos aí elementos relacionados ao comando e à autoridade da *classe dirigente*¹⁰. Esta crise, denominada por Gramsci de *crise de hegemonia*¹¹, assume um caráter *orgânico*¹², uma vez que envolve múltiplos componentes e se desenvolve em um processo histórico bastante complexo, ultrapassando a conjuntura.

⁹ Essas anotações foram organizadas, depois da morte de Gramsci e, mais tarde, publicadas como cadernos temáticos, sendo posteriormente levadas a público com o nome de Cadernos do Cárcere.

¹⁰ Com esta expressão, Gramsci refere-se ao seguimento da classe dominante (muitas vezes constituído por intelectuais de origem subalterna) que tem a função de controlar as classes dominadas e frações da classe dominante por meio de sua liderança moral e intelectual.

¹¹ Por crise de hegemonia, Gramsci entende o momento histórico em que a classe dominante perde sua autoridade político-ideológica e não obtém o consenso das classes subalternas. Ver, a este respeito, LIGUORI, G.; VOZA, P. Dicionário gramsciano, 2017, p.365-368. Importa acrescentar que o termo hegemonia deriva do grego *eghestai* que pode ser traduzido como “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”, ou da palavra *eghemoneno*, que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, da qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. (Cf. GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**, 1991, p.1). Gruppi informa que Gramsci fundamenta seu conceito de hegemonia em Lênin, para quem esta palavra designa a capacidade que tem o proletariado de formar alianças com outras classes dominadas e de dirigi-las para a constituição do Estado proletário (Idem, p.5).

¹² Este adjetivo é utilizado por Gramsci com uma dupla significação: por um lado, refere-se ao “Estado integral, sem distinção entre sociedade civil e sociedade política e, por outro, designa o caráter sistemático de acontecimentos históricos analisados do ponto de vista teórico-filosófico. Cf. LIGUORI, G. ; VOZA, P. op. cit., p.588-589.

Embora Gramsci não separe a esfera econômica da esfera política, ele procura não derivar a crise política de elementos empíricos relacionados à crise econômica. É neste sentido que Álvaro Bianchi (2002) afirma que “a lei da queda tendencial da taxa do lucro” constitui-se, para Gramsci, como de fundamental importância para a compreensão da crise capitalista.

Conforme Bianchi, o interesse do autor sardo recai sobre os aspectos que dizem respeito ao longo prazo dos desenvolvimentos capitalistas:

Desenvolvimentos estes que são cruzados pela política, pelos choques entre as classes, pelas guerras e revoluções, configurando-os e reconfigurando-os, atualizando-os e reatualizando-os continuamente (Idem, p.29).

Bianchi (p.31), citando Gramsci, assegura que a tendência à queda da taxa de lucros é refreada por “forças” que se manifestam contrárias a ela e que é esse contraste o responsável pela tendencialidade daquela lei. Para Bianchi (Idem, ibidem), essa lei é inerente ao capitalismo e está vinculada:

[...] ao desenvolvimento da burguesia como classe concretamente mundial e, portanto, à formação de um mercado mundial já bastante “denso” de movimentos complexos, para que dele possam ser isoladas e estudadas as leis não em sentido naturalista ou do determinismo especulativo, e sim em sentido “historicista” (GRAMSCI apud BIANCHI, op. cit., p.31. Grifos do autor).

Recorrendo-se diretamente a Gramsci, observa-se que o autor dedica um trecho importante do seu Caderno 15 (1933)¹³ ao estudo da crise de 1929. Segundo Gramsci, as ocorrências que se processam no final dos anos 20 e primeira metade da década de 1930 não têm uma origem específica, nem podem ser explicadas por um viés exclusivo. Do mesmo modo, todas as definições da crise, confundida com algumas de suas “manifestações” mais ruidosas, são tendenciosas e conduzem ao erro. Neste sentido, o autor assevera que todo o período pós Primeira Guerra Mundial deve ser considerado como período de crise, em que várias tentativas de superá-la são feitas com ou sem sucesso. Conforme Gramsci, isto leva algumas pessoas à afirmação de que:

[...] a própria guerra é uma manifestação da crise, ou melhor, a primeira manifestação; a guerra foi precisamente a resposta política e organizativa dos responsáveis. (Isto mostraria que é difícil separar nos fatos a crise econômica das

¹³ Cf. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, 2014, vol.4.

crises políticas, ideológicas, etc., embora isto seja possível cientificamente, ou seja, mediante um trabalho de abstração) (GRAMSCI, 2014, p.317).

Além disto, o autor discute as “origens técnicas” da crise, afirmando que essa origem, embora seja aparente, não define a natureza da crise:

Decerto, parece demonstrável que a crise tem origens “técnicas”, ou seja, nas respectivas relações de classe, mas que, em seus inícios, as primeiras manifestações ou previsões deram lugar a conflitos de vários tipos e a intervenções legislativas, que lançaram mais luz sobre a própria (crise), não a determinaram, ou acentuaram alguns de seus fatores (Idem, *ibidem*. Grifos do autor).

Procurando fugir dos determinismos, Gramsci identifica três “pontos” que, segundo ele, são de extrema importância para a compreensão da crise:

[...] 1) que a crise é um processo complexo; 2) que se inicia pelo menos com a guerra, ainda que esta não seja sua primeira manifestação; 3) que a crise tem origens internas, nos modos de produção e, portanto, de troca, e não em fatos políticos e jurídicos [...] (Idem, *ibidem*).

Além desses pontos, Gramsci se refere às contradições mais importantes da sociedade capitalista contemporânea na qual ele vivia, chamando a atenção para o princípio do “internacionalismo”, considerado por ele como característica mor da vida econômica, e demonstrando que o “nacionalismo” constitui-se como elemento primordial da vida estatal. A partir desta pontuação, o autor aponta o aspecto mais evidente da crise:

[...] é apenas a exasperação do elemento nacionalista (estatal-nacionalista) na economia: quotas de importação e de exportação, *clearing*, restrição ao comércio de divisas, comércio equilibrado apenas entre dois Estados, etc. Então se poderia dizer, o que seria o mais exato, que a “crise” é tão somente a intensificação quantitativa de certos fenômenos, enquanto outros, que antes apareciam e operavam simultaneamente com os primeiros, neutralizando-os, tornaram-se inoperantes ou desapareceram inteiramente. Em suma o desenvolvimento do capitalismo foi uma “crise” contínua, [...] ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e se neutralizavam (Idem, p.318. Grifos do autor).

Gramsci assegura que nesse movimento figuraram diversos elementos que ora se fixaram, ora desapareceram, dando lugar a acontecimentos que são denominados como “crises”, responsáveis, dependendo do seu nível de gravidade pelo desequilíbrio econômico.

A esta altura da análise, é preciso dizer com Álvaro Bianchi que esse quadro da crise econômica “[...] cria um “terreno favorável” para a crise política na medida em que ela

compromete as bases materiais para a construção do consenso e da legitimação da ordem burguesa” (BIANCHI, 2002, p.33).

Bianchi acrescenta que os obstáculos que impedem a criação do consenso são indicativos da crise do “Estado liberal”. Neste sentido, Gramsci empreende uma ampla investigação da origem da crise, fundamentando seu estudo no papel desempenhado pelo fascismo na tentativa de construir um novo modelo hegemônico. Vale acrescentar que, com esse intuito, o governo fascista lançou mão do corporativismo e do fordismo, articulando política e economia, buscando barrar o avanço das classes subalternas, desencadeando um processo conhecido como *revolução passiva*¹⁴. Vale acrescentar que Gramsci vê nas revoluções passivas elementos pontuais que podem levar a modificações progressivas do cenário político de uma sociedade, como ocorreu na Itália, e suspeita que a análise dessas “revoluções” pode propiciar a criação de critérios a serem seguidos pela ciência política na interpretação desses fenômenos.

Ainda focado na crise de hegemonia, Gramsci adverte que, embora fracasse na obtenção do consenso, a classe dominante mantém seu poder coercitivo. Este aspecto aparece em um contexto *sui generis* no qual, conforme o autor,

[...] a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (GRAMSCI, 2007, p.184. Grifos do autor).

Ver-se que Gramsci põe em cena uma situação em que se destaca uma antítese que, entretanto, não se consuma como dialética, pois a síntese não se manifesta, isto é, se o “novo” não emerge, o desaparecimento do “velho” consiste em um “[...] ceticismo diante de todas as teorias e fórmulas gerais e como limitação ao puro fato econômico [...] e à política não só realista de fato [...], mas cínica em sua manifestação imediata [...]” (Idem, p.185).

¹⁴ Trata-se de uma “revolução” sem participação das massas, como ocorreu no *Risorgimento* italiano. Conforme Gramsci, “Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2014, p.317).

Para Gramsci, a crise resulta da quebra de continuidade entre estrutura e superestrutura, sendo a falência da política da classe dirigente ou a organização das massas fatores que podem impulsionar uma crise orgânica¹⁵. Em outros termos, o autor assegura que a eclosão da crise se dá:

[...] ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução (Idem, p.60).

Gramsci assinala que nessas circunstâncias ocorre uma “crise do Estado em seu conjunto” (Idem, ibidem). Como exemplos dessa crise, o autor apresenta o contexto do final da Primeira Guerra Mundial, na Itália, quando:

1) [...] grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) [...] classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) [...] as forças antagônicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato (Idem, p.264-265).

E a ocasião do golpe de 18 de brumário de Luís Bonaparte, quando a correlação de forças apresentou um certo equilíbrio e nenhum dos antagonistas teve condições de suplantar o opositor. Nessas situações, a classe dominante opta por um governo “providencial”, de um “chefe carismático”, “capaz” de solucionar a crise.

Como último aspecto da crise, pode-se dizer, com Gramsci, que ela vem à tona quando o Estado perde sua capacidade de direção e o consenso entra em colapso. Nesse momento, instauram-se as condições que conduzem à crise orgânica cuja consequência é a desestruturação do Estado e de sua concepção de mundo que se pretende homogênea. Neste sentido, ocorre um deslocamento das bases de sustentação do Estado e forma-se uma “sociedade política” de caráter autoritário “[...] para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as

¹⁵ Conforme Gramsci, “A crise orgânica é justamente constituída por uma fratura entre estrutura e superestrutura, determinada pelo surgimento de contradições que nascem no momento em que a superestrutura se desenvolve em não conformidade com a estrutura.” (GRAMSCI apud LIGUORI, G; VOZA, P. op. cit., p.163).

resistências que encontra ao desenvolver-se, etc.” (Idem, p.263). Vale salientar que na Itália dos anos 1920, a disputa entre o fascismo e o movimento operário terminou com a vitória do primeiro.

2.2.3 As formulações de Paul Sweezy e de Ernest Mandel

Importante intelectual marxista dos Estados Unidos da América, Paul Marllor Sweezy tem seu nome ligado à revista *Monthly Review (Revisão Mensal)*, criada com a colaboração de Leo Huberman, e a uma série de livros, dentre eles *Capitalismo monopolista* (publicado em parceria com Paul Baran). Sua principal obra é *Teoria do desenvolvimento capitalista*, publicada em 1942¹⁶.

De forma sumária, pode-se dizer que nesta obra o autor retoma a controvérsia da II Internacional, no tocante ao colapso do capitalismo, ao imperialismo e às crises, bem como procura atualizar a teoria das crises, considerando que há duas modalidades de crise: as vinculadas à tendência decrescente da taxa de lucro e as crises de realização. Embora Sweezy veja a queda da taxa de lucro como fator predisponente para gerar crise, é sobre as crises de realização que ele se debruça, notadamente sobre aquelas acarretadas pelo subconsumo. Sem pretender *criar uma teoria original*, nem, *fazer uma revisão da formulação de Marx*, Sweezy diz que tenciona *complementar o trabalho* do autor alemão naquilo que foi deixado incompleto:

Para que a teoria do subconsumo recupere seu prestígio e tome um lugar entre os princípios importantes e aceitos pela Economia marxista, parece claro que uma formulação cuidadosa, livre das objeções levantadas contra versões anteriores, é necessária [...]. Em geral, nenhum conceito ou suposição é levantado sem que esteja implícita ou explicitamente presente no corpo principal da teoria de Marx. Assim, nossa intenção não é formular uma teoria *original*, nem tampouco rever a de Marx, mas complementar seu trabalho num ponto deixado incompleto. (SWEEZY, 1982, p. 208. Grifo do autor).

Ainda focado no destino que a teoria do subconsumo pode ter no âmbito da economia marxista, Sweezy afirma que esta teoria não se opõe à teoria das desproporções,

¹⁶ Ver esta informação no início do item 1.2.1.

mas a complementa, pois o subconsumo seria um *caso especial* de desproporção. Assim, para o autor,

[...] é incorreto opor a *desproporção* ao *subconsumo* como causa de crise [...] o subconsumo é precisamente um caso especial de desproporção – desproporção entre o crescimento da procura de bens de consumo e o crescimento da capacidade de produzir esses bens. (Idem, p. 212. Grifos do autor).

Supondo que “há uma tendência inerente para o crescimento do consumo atrasar-se em relação ao crescimento da produção de bens de consumo” (Idem, p.211), Sweezy deduz que, de igual modo, a uma propensão para “a provisão de meios de produção exceder as necessidades de meios de produção” (Idem, p. 211-212). Conforme o autor *subconsumo* e *superprodução* constituem-se como lados opostos da mesma moeda, sendo a terminologia utilizada apenas um elemento de escolha subjetiva.

Com efeito, pode-se perceber que a formulação de Sweezy, no tocante à teoria da crise, é uma tentativa de preenchimento de uma *lacuna* deixada por Marx. Se, para o autor, superprodução e subconsumo são elementos constitutivos de uma mesma unidade, não se deve tratá-los com equivalente grau de importância, pois, deste modo, não só se teria uma análise centrada no momento da circulação, mas também haveria uma minimização do papel ontológico do trabalho no processo econômico.

Outra obra importante de Paul Sweezy é *Capitalismo Monopolista* (1978), elaborada com a colaboração de Paul Baran.

Partindo do princípio de que os oligopólios concorrem para a estagnação da economia capitalista, os autores asseveram que esses conglomerados não só extinguíram a concorrência entre os preços, como também influíram na escolha da teoria mais adequada para explicar essa modificação:

Banida a competição de preços, os vendedores de uma determinada mercadoria, ou de seus sucedâneos, têm interesse em fazer com que o preço ou preços sejam estabelecidos de molde a maximizar os lucros como um todo. Podem lutar pela divisão desses lucros [...] mas nenhum deles pode desejar que o total em relação ao que se trava a luta seja menor e não maior. É esse o fato decisivo na determinação das políticas de preço e estratégias da grande empresa típica. E significa que a teoria geral de preços adequada para uma economia dominada por essa empresa é a teoria tradicional do preço de monopólio dos economistas clássicos e neoclássicos. Aquilo que os economistas trataram até então como caso especial revela-se no regime do capital monopolista, um caso geral (BARAN; SWEEZY, 1978, p.67).

Além disto, Baran e Sweezy, observando a diminuição dos custos pelas grandes empresas e o que eles chamam de permanente aumento da margem do lucro, supõem que a lei da tendência à queda da taxa do lucro precisa ser substituída pela lei da tendência ao aumento da massa e da parcela de lucro (Idem, p.79). Para os autores, embora essa perspectiva obedeça a uma lógica, não se verifica uma convergência entre o crescimento dos lucros e o aumento do consumo capitalista, pois há sempre uma defasagem de uma coisa em relação à outra, impedindo o crescimento constante da parte do excedente voltada para o investimento (Idem, p.87).

Caso esse investimento continuasse indefinidamente, argumentam Baran e Sweezy, haveria uma paralização da economia com graves consequências, ou seja,

Mais cedo ou mais tarde, a capacidade excedente torna-se tão grande que desestimula qualquer novo investimento. Quando este declina, o mesmo ocorre com a renda e o emprego e, portanto, também com o próprio excedente. Em outras palavras, esse padrão de investimento é autolimitador e termina num declínio econômico – o início de uma recessão ou depressão (Idem, p.88).

A análise das crises do capitalismo prosseguiu nas décadas de 1970 e 1980 com as investigações de Ernest Mandel. Centrado nas recessões de 1974/75 e 1980/82, o autor palmilha o traçado da fase de expansão do capitalismo no pós-segunda guerra mundial, procurando, à luz da teoria marxista das crises, elucidar as relações daqueles fenômenos com a história do modo de produção capitalista.

Com efeito, a análise desenvolvida por Mandel parte de uma crítica à teoria marxista dos ciclos econômicos que, segundo o autor, a exemplo da teoria acadêmica, “[...] tem estimulado autores influentes a formular uma explicação monocausal das crises periódicas de superprodução.” (MANDEL, 1990, p. 209). Essa crítica dirigida à teoria marxista deve-se, conforme Mandel, às posições assumidas por seguidores de Marx que, de um lado, se filiam à corrente subconsumista e, de outro, se ligam à teoria das proporções.

Embora reconheça a importância das duas *escolas* nos estudos das crises, o autor aponta os limites de ambas no tocante à capacidade de formulação de uma *teoria global*. Diante disto, ele argumenta que, dada a insuficiência das teorias monocausais, precisa-se adotar um procedimento teórico-metodológico que valorize as diversas causas das crises econômicas do capitalismo. Assim, a superacumulação de capitais; o subconsumo das massas; a anarquia da produção; a desproporcionalidade entre os diversos setores da produção; e a

queda da taxa de lucros devem ser componentes de uma múltipla causalidade. Apesar disto, Mandel ainda acrescenta que:

Para compreender o encadeamento real entre a queda da taxa de lucro, a crise de superprodução e o desencadeamento da crise, devemos distinguir “*os fenômenos de aparecimento da crise*”, seus detonadores, sua causa mais profunda e sua *função* no quadro da lógica imanente do modo de produção capitalista. (MANDEL, 1990, p. 211. Grifos do autor).

Além da causa, Mandel investiga outro elemento que contribui para a ocorrência das crises. Trata-se do ciclo. Observando a periodicidade dos movimentos de *expansão e contração da produção de mercadorias*, o autor postula que há em Marx, uma teoria do ciclo longo, constituída a partir da verificação da rotatividade do capital fixo. Para Mandel, “Marx determinou a extensão do ciclo econômico pela duração do tempo de rotação necessário à reconstrução da totalidade do capital fixo.” (Idem, p.76). Conforme o autor, essa *reconstrução* seria *responsável*, não só pelo tamanho do ciclo econômico, mas também pelo investimento dos capitalistas:

Na teoria de Marx sobre os ciclos e as crises, [a] renovação do capital fixo não apenas explica a extensão do ciclo econômico, mas também o momento decisivo subjacente à *reprodução ampliada* como um todo, o momento da oscilação ascendente e da aceleração da acumulação de capital. Porque é a renovação do capital fixo que determina a atividade febril, na fase de alta repentina. Diga-se de passagem, que, ao salientar esse ponto crucial, Marx antecipou-se a toda a moderna teoria acadêmica dos ciclos que, como sabemos, vê na atividade de investimento dos empresários o estímulo principal para o movimento ascendente do ciclo. (MANDEL, 1982, p. 76-77).

Mandel ainda acrescenta que, em seu desenvolvimento, o capitalismo é caracterizado por uma sequência de *ondas longas*, decorrente de *revoluções gerais na tecnologia*. Segundo o autor, são exemplos desses períodos:

(1) [...] – o longo período compreendido entre o fim do século XVIII e a crise de 1847, basicamente caracterizado pela difusão gradativa da máquina a vapor de fabricação artesanal ou manufatureira [...]. (2) – o longo período delimitado pela crise de 1847 e o início da década de 90 do século XIX, caracterizado pela generalização da máquina a vapor de fabrico mecânico como a principal máquina motriz. (3) – o longo período compreendido entre o início de 1890 e a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela aplicação generalizada dos motores elétricos e à combustão a todos os ramos da indústria. (4) – o logo período iniciado na América do Norte em 1940 e nos outros países imperialistas em 1945/48, caracterizado pelo controle generalizado das máquinas por meio de aparelhagem eletrônica [...]. (Idem, 1982, p. 83-84).

Ver-se, pois, que, na sua formulação, Mandel apega-se fortemente a aspectos factuais das crises. Com a *teoria das ondas longas*, o autor não apenas valoriza a descrição empírica dos ciclos do desenvolvimento do capital, como dá destaque a uma série de fatores geradores de crises que, segundo ele, constituem o *encadeamento causal das crises do capital*.

2.3 A crise do capital e a literatura marxista contemporânea

A crise do capital, na contemporaneidade¹⁷, vem se constituindo como objeto de estudo de vários autores. Considerando este pressuposto, estudiosos como Kurz (1993); Arrighi (1996); Chesnais(1998;2018); Mészáros (2002); e Harvey (2011) têm se debruçado sobre o fenômeno, procurando explicar as origens e os desdobramentos das crises que vêm se avolumando com o passar dos anos. Como não está no objetivo desta pesquisa trabalhar com as diversas abordagens que investigam a crise do capital, foram escolhidos alguns autores contemporâneos, marxistas ou ditos marxistas, que tratam desta temática.

2.3.1 Kurz e a crise da sociedade do trabalho

O livro de Robert Kurz, *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, publicado no Brasil em 1993, tem como foco principal a tendência ao desaparecimento do trabalho abstrato, esteio mais importante da sociedade moderna. Para o autor,

A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classe, apoia-se em um fundamento comum, *a sociedade de trabalho*, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução. (KURZ, 1993, p. 21. Grifo do autor).

Em um capítulo, do supracitado livro, denominado *O fracasso da modernização*, Kurz critica a tese de ideólogos de direita e de esquerda que defendem a ideia de uma nova prosperidade capitalista. Conforme o autor, a atual crise do sistema produtor de mercadorias

¹⁷ Neste trabalho, entende-se por contemporaneidade o período histórico que se inicia em meados da década de 1970 e se estende aos dias atuais.

não pode ser explicada por uma suposta ocorrência de acumulação primitiva nos países da periferia, em decorrência de uma maior oferta de mão de obra barata nas franjas deste sistema.

Para Kurz,

Quem refere essas forças e esses motivos sem cerimônias ao atual sistema global está vivendo ideologicamente no passado e deixa de ver os potenciais entrementes nascidos da penetração das ciências e o nível daí resultante da produtividade. (Idem, 1993, p. 166).

Prosseguindo, o autor afirma que há um grande descompasso entre a produtividade, estimulada pela concorrência dos países centrais e a produtividade das áreas periféricas do mercado mundial. Para ratificar esta assertiva, a seguinte passagem de *O colapso da modernização* é, por demais, ilustrativa:

A base do gigantesco estoque de capital do Ocidente, a partir da qual se realizam os aumentos seguintes, não poderá jamais ser alcançada, dentro da lógica das mercadorias, pelas outras partes do mundo em conjunto. Cada passo de desenvolvimento e aumento da produtividade nos países atrasados é negativamente compensado, em escala crescente, por dois, três ou mais passos nas regiões mais avançadas. É a corrida entre a lebre e a tartaruga, que somente pode terminar com a morte da lebre. (Idem, 1993, p.172).

Referindo-se ao processo de *modernização* dos países que ostentavam a bandeira do *socialismo real*, Kurz vê uma grande similaridade entre esse processo e o que ocorreu no Terceiro Mundo. Para o autor, excetuando o invólucro político-ideológico, há uma verdadeira *afinidade* envolvendo as duas *modernizações*.

Na sequência do capítulo acima aludido, Robert Kurz apresenta um paralelo entre a crise desencadeada pelo desmoronamento da economia estatizada do leste europeu e a crise do Terceiro Mundo. Conforme o autor, aquilo que parecia uma mera consequência da falência da economia estatizada, é na verdade, um desdobramento muito mais danoso. Trata-se, segundo Kurz, de:

[...] mais um beco sem saída [...] que não ficará atrás nem um pouco (da crise) do Terceiro Mundo. A estimulação das exportações a todo custo, para a armadilha das dívidas não se fechar definitivamente, conduz com velocidade ainda maior ao mesmo processo de dessangramento que se dá na África e na América Latina e tem que acabar na mesma *desindustrialização endividada*. (Idem, 1993, p.187. Grifo do autor).

Analisando essa tendência da sociedade produtora de mercadorias, o autor constata a situação a que chegou a referida formação social baseada na economia de mercado e faz um vaticínio:

[...] o sistema da mercadoria moderna chegou ao fim, e junto com ele a subjetividade burguesa do dinheiro, porque esse sistema, na área da produtividade, passou de seus próprios limites e já não consegue integrar em sua lógica a maioria da população mundial. Mas para que a crise da forma-mercadoria possa entrar na consciência da sociedade, fazendo com que se desvançam as últimas ilusões, é mister haver outro perdedor, o último, e este somente pode ser o Ocidente, o criador do capitalismo, que morrerá asfixiado por seus próprios triunfos. (Idem, 1993, p.197).

Assim, ver-se que Kurz compartilha uma ideia que é apadrinhada por outros autores (Mészáros, dentre eles): a de que a crise contemporânea é de natureza estrutural e tem um caráter finalista.

Enfim, sem a pretensão de ter analisado com profundidade esta obra de Kurz, duas observações precisam ser feitas. A primeira diz respeito à natureza da crise. Para o autor, trata-se de uma transição histórica, de longa duração, da sociedade produtora de mercadorias para uma outra formação social indefinida. A segunda observação refere-se ao tratamento dispensado por Kurz à categoria trabalho e à expressão luta de classes. Enquanto o trabalho é analisado apenas na sua feição abstrata, sem nenhuma consideração a respeito das relações sociais de produção que o engendram, a luta de classes é totalmente descartada.

2.3.2 Arrighi: ciclos sistêmicos e crises de hegemonia

Ao tratar do tema da crise do capital, Giovanni Arrighi, em seu livro *O longo século XX*, publicado no Brasil 1996, analisa as mudanças pelas quais o capitalismo vem passando, a partir da década de 1970, considerando um contexto muito amplo em que as *crises* e as *reorganizações* da economia capitalista se sucedem historicamente.

Baseado no esquema interpretativo da história do capitalismo, formulado por Fernand Braudel em sua trilogia, *Civilização material, economia e capitalismo*¹⁸, Arrighi afirma que os denominados processos de *financeirização* não se constituem como fenômenos

¹⁸ Nessa trilogia, o autor, sob o conceito de longa duração, estuda quatro longos ciclos da história do sistema capitalista mundial.

contemporâneos, mas como elementos integrantes dos *ciclos sistêmicos*, inerentes ao modo de produção capitalista desde a origem deste sistema de produção. Conforme o autor,

Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acomodação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de *antigos* regimes e da criação simultânea de *novos*. (ARRIGHI, 2009, pp. IX-X. Grifos do autor).

Ao considerar as expansões financeiras como momentos de transição entre regimes de acumulação de capital, Arrighi acrescenta que elas integram os *ciclos de acumulação*. Para o autor, como esses *ciclos* são *fenômenos intrinsecamente capitalistas*, eles:

Apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo do século. (Idem, 2009, p.8).

Essas alternâncias cíclicas não são consideradas por Arrighi como fruto de atos involuntários praticados por indivíduos ou grupos, em determinado momento histórico, com repercussão na economia mundial. Resultam, conforme o autor, do importante papel da:

[...] liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem-posicionados para tirar proveito das consequências não pretendidas dos atos de outros agentes. O que entendemos por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. (Idem, 2009, p.10).

Assim, o argumento de Arrighi conduz a uma conclusão provisória: o desenvolvimento do capitalismo teria se dado não só por meio de organizações empresariais que se situavam em diferentes partes do mundo, mas também por intermédio das ações de determinados Estados que, pelo uso de instrumentos regulatórios, favoreceriam a acumulação de capital.

Outro aspecto da teoria da crise formulada por Arrighi diz respeito à problemática da hegemonia e das suas crises. Destoando de Antonio Gramsci, para quem o termo hegemonia é aplicado nas situações em que um grupo social dirige intelectual e moralmente

os grupos afins e aliados¹⁹, Arrighi adota o conceito tradicional de hegemonia como sinônimo de *liderança e dominação*. Assim, o autor, ao tratar da *hegemonia mundial*, diz que esta expressão: [...] refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. (Idem, 2009, p.27).

Como já foi mencionado acima, Arrighi não só trata do papel preponderante de alguns *agentes poderosos* na transição de um ciclo sistêmico para outro, mas também apresenta os fatores que conduzem o capitalismo às crises de superacumulação. Conforme o autor, ao centrar sua análise naquilo que ele chama de crise da hegemonia norte-americana, há indícios de uma crise terminal:

Historicamente, as crises de superacumulação que marcaram a transição de uma estrutura organizacional para outra também criaram condições para a emergência de agentes governamentais e empresariais cada vez mais poderosos, capazes de solucionar tais crises através de uma reorganização da economia mundial capitalista em bases sempre maiores e mais amplas. [...] contudo, esse processo é necessariamente limitado no tempo. Cedo ou tarde, ele está fadado a atingir uma etapa em que a crise de superacumulação não consegue criar um agente suficientemente poderoso para recompor o sistema em bases maiores e mais amplas. [...] Há sinais de que talvez tenhamos entrado nessa etapa. (Idem, 2009, p.342).

Segundo Arrighi, esses *sinais* seriam reconhecidos, observando-se os mecanismos de regulação do mercado mundial (regiões, países e continentes são considerados *superfluos*); o desmantelamento do Estado territorial e a conseqüente escalda da violência; o caos sistêmico do capitalismo de precedentes desconhecidos e desdobramentos imprevisíveis.

Apesar disto, Arrighi postula que o poderio bélico e a capacidade de organização do Estado das potências ocidentais poderiam ser empregados para o redirecionamento, em seu favor, dos capitais acumulados em outras regiões do mundo.

Ver-se, pois, em um rápido apanhado da formulação de Arrighi, que a sua concepção de crise, de inspiração braudeliana, diga-se de passagem, não guarda muita proximidade com a concepção de Marx. Diferentemente do autor alemão, Arrighi não considera a especificidade histórica das fases de acumulação do capital por ele analisadas. Por mais que ele identifique elementos diferenciadores nos *ciclos sistêmicos*, a sua análise histórica é fruto de um modelo que engessa a realidade.

2.3.3 Chesnais e a crise econômica mundial

¹⁹ Cf. Gramsci, 2014, p.62.

No texto *Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais*, publicado no Brasil, em 1998, François Chesnais assegura que a crise instaurada em diversas partes do mundo, em meados de 1997, é de natureza econômica. Conforme o autor,

A crise em curso é econômica em todos os seus aspectos. A maneira pela qual os jornalistas continuam a centrar as suas análises sobre os “mercados financeiros asiáticos”, leva água ao moinho dos que se comprazem em denunciar o “fetichismo das finanças”. Em cada país a crise teve de início um breve episódio da bolsa. Mas nos países [...] onde a crise começou, o problema há muito tempo se situa no lado da produção e do sistema de crédito (CHESNAIS, 1998, p.8. Grifo do autor).

Chesnais acrescenta que embora a crise se manifeste como uma derivação do endividamento e da debilidade do sistema bancário ela não é de caráter financeiro. Para o autor, embora a crise tenha se difundido em países mais financeiramente: “Ela mergulha suas raízes nas relações de produção e de distribuição que regem cada economia e que comandam com caráter hierarquizado da economia mundial tomada no seu conjunto (Idem, p.9)”.

Chesnais argumenta que, no início, a crise se caracterizou por um obstáculo importante no que diz respeito à venda de mercadorias por empresas de boa parte do mundo, sendo que este empecilho dificultou a rentabilidade e prejudicou a margem de lucros. Neste sentido, o autor assevera que, apesar das especificidades, esta crise não se assemelha a uma “crise de superacumulação clássica” e que ela trará à tona “[...] as contradições de um sistema orientado, mais fortemente do que em qualquer outro momento do estágio imperialista, no sentido predatório puro” (Idem, p.10).

A crise econômica mundial é analisada por Chesnais em um outro texto. Trata-se de uma palestra²⁰ proferida pelo autor no 1º Seminário Internacional da Rede Fitos: inovação e biodiversidade na perspectiva da sustentabilidade. Para o autor, a crise que se iniciou em 2007, com aprofundamento em 2008, gerou uma recessão mundial. Chesnais apresenta um quadro sombrio em que o baixo crescimento econômico, acompanhado de altos índices de desigualdade de renda, destaca-se no cenário internacional. Vale mencionar que, segundo o autor, esse quadro vulnerabiliza enormes contingentes populacionais, além de provocar medidas austeras de controle social por parte de muitos governos ao redor do mundo. Some-se

²⁰ Essa palestra proferida por Chesnais foi transformada em texto e depois publicada no Brasil, como artigo, em 2018

a isso o fato de essa crise se fazer acompanhar por problemas de natureza ideológica e cultural. Sobre isto, Chesnais escreve:

Na Europa, e em suas formas específicas nos Estados Unidos, os sintomas mais graves são a forte ascensão do nacionalismo e a forte ressurgência do racismo. A crise econômica alimenta medos que podem ser facilmente direcionados contra certas comunidades, certos grupos, principalmente a população de origem árabe na Europa e nos Estados Unidos, os negros e, em menor escala, os latinos. A corrupção é endêmica nos sistemas políticos de muitos países. Em todo lugar a política se reduz aos esforços de alguns para se manter no poder e de outros para acessá-lo, através de todos os meios necessários. Isto os leva a uma hierarquização de problemas sujeitos ao debate público, em favor daqueles que alimentam os medos, e em detrimento daqueles que são decisivos no momento histórico da sociedade humana em que entramos (CHESNAIS, 2018, p.30).

Diante deste cenário, o autor sustenta a ideia de que cabe aos estudiosos preocupados com esta situação a tarefa “ética” de mostrar a posição da “sociedade humana” em relação a esse estado de coisas.

Chesnais enfatiza em sua análise que não há saída para esta crise, exceto se ocorresse “[...] uma onda de novas tecnologias com propriedades análogas semelhantes às das grandes indústrias do final do século XIX e meados do século XX [...]” (Idem, p.37). Entretanto, o autor adverte que as novas tecnologias utilizadas não têm a mesma eficácia daquelas, uma vez que se limitam a melhorar os produtos já existentes e a possibilitar a troca de homens por máquinas.

2.3.4 Harvey: as crises como racionalizadores irracionais

No livro *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, publicado no Brasil em 2011, David Harvey aborda a crise de 2008/2009 como mais um momento no desenvolvimento do capital que, em seu processo de reconfiguração, procura novas alternativas para sua autorreprodução.

Chama a atenção, na abordagem feita pelo autor, uma analogia simplória entre capital e sangue, uma vez que todo o percurso do primeiro é comparado ao fluxo do segundo, por meio de uma metáfora biológica, típica dos autores funcionalistas²¹. Para Harvey,

O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes

²¹ Cf. DURKHEIM, Émile, 1995, p.13.

como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefone celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia. (HARVEY, 2011, p.7).

Cabe destacar, ainda, a feição fetichista que o capital assume nas palavras do autor: o capital autonomiza-se, adquirindo poderes absolutos e, *graças* a seu movimento, cria as condições de existência de quem vive sob o capitalismo – diga-se de outra forma: fomenta sua autovalorização.

Ver-se, pois, que Harvey, além de limitar o capital ao dinheiro, nada diz sobre a mercadoria, ao utilizar esta analogia presente no preâmbulo do seu livro. Ademais, Marx já havia afirmado quão falsa é “Parangonar el dinero com la sangre – la palabra circulación dio motivo para ello – es tan exacto como el parangón de Menenio Agripa entre los patricios y el estómago”, cuja “fábula absurda” o autor alemão voltou a criticar numa ilustrativa passagem de *O capital*.²²

Com a identificação do capital ao dinheiro, sem estabelecer nenhum vínculo entre capital e mercadoria, Harvey, ao que parece, desconsidera completamente a análise de Marx no tocante à transformação pela qual passa o capital, sem, contudo, perder sua importância enquanto valor. Marx esclarece essa ambiguidade com bastante propriedade:

Na circulação D – M – D, ao contrário, funcionam dinheiro e mercadoria, apenas como modos de existência diversos do próprio valor, sendo o dinheiro seu modo de existência geral, e a mercadoria seu modo partícula ou dissimulado. O valor passa continuamente de uma forma para a outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. O valor em expansão tem formas alternadas de manifestar-se no ciclo de sua vida; examinando-as, chegamos às proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. (MARX, 1994, p.173).

Observa-se, assim, que Harvey não atentou para o caráter mimético do capital que, seja na forma-dinheiro, seja na forma-mercadoria, não perde sua essência, apesar das mutações. Essa desatenção repercute na formulação do autor sobre as crises, pois este vê

²² “Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido em suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de trabalho parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo”. (MARX, 1994a, p. 412-413).

barreiras potenciais que impedem o *fluxo do capital*. Conforme Harvey, essas *barreiras* são as seguintes:

[...] I) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; II) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; III) meios de produção inadequados, incluindo os chamados *limites naturais*; IV) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; V) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; VI) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. (Idem, 2011, p.46-47. Grifo do autor).

É importante frisar que, para o autor, a interdição de qualquer um desses itens constitui-se como obstáculo ao desenvolvimento do capital, podendo originar uma *crise de desvalorização*.

Segundo Harvey, há estudiosos que afirmam que as crises podem emergir da relação capital-trabalho, mormente aqueles que defendem a *teoria das crises por esmagamento dos lucros*. Conforme o autor britânico, essa teoria não encontra respaldo nos dias atuais, visto que a força do capital é muito mais evidente e a fraqueza do trabalho é notória. Harvey também afirma que “modos de vida não mercantis e não capitalistas – são – [...] considerados uma barreira para a acumulação do capital [...]” (Idem, 2011, p.64), contudo acrescenta que nos dias atuais é quase impossível a existência de espaços que não tenham sido invadidos pelo capital.

A análise dos fatores que levam à crise do capital também inclui, na perspectiva de Harvey, uma crítica à lei tendencial da queda da taxa de lucro, formulada por Karl Marx. Segundo Harvey, o autor alemão acreditava que havia encontrado uma explicação para o declínio dos lucros nas inovações tecnológicas e organizacionais aplicadas ao trabalho, o que traria como consequência as crises. Divergindo de Marx no tocante à origem da queda de rentabilidade do capital, o autor britânico afirma:

[...] é difícil fazer a teoria de Marx sobre a queda da taxa de lucros funcionar quando a inovação é tanto para economizar capital ou meios de produção (por exemplo, pelo uso mais eficiente da energia) quanto para economizar trabalho. (Idem, 2011, p.82).

E acrescenta, de forma paradoxal:

Por mais que o relato de Marx de como os processos de mudança tecnológica e organizacional inevitavelmente levam a uma tendência de queda da taxa de lucro possa ser indevidamente simplista, sua visão fundamental de que tais mudanças têm um papel essencial na desestabilização de tudo e, por isso, produzem crises de um tipo ou de outro é sem dúvida correta. (Idem, 2011, p.87).

Por mais que Harvey reconheça a importância da teoria de Marx sobre a influência da queda da taxa de lucro na geração de crises, ele prefere sugerir medidas que devem ser adotadas pelos capitalistas, visando ao reinvestimento:

1. [...] os capitalistas devem colocar imediatamente o dinheiro que ganharam ontem outra vez em circulação como novo capital; 2. [...] o intervalo de tempo entre o investimento de hoje e a produção de excedente de ontem possa ser superado de alguma forma; 3. [...] o dinheiro sob a forma de crédito recebido seja gasto com a compra de bens de base e meios de produção extras que já foram produzidos. (Idem, 2011, p.94-95).

Ainda com relação à formação de crises, Harvey vê que sua abordagem dos limites ou barreiras impostos à circulação do capital é bem superior às teorias marxistas precedentes que trataram do assunto (teoria do esmagamento do lucro; teoria da queda da taxa de lucro; e teoria do subconsumo). Para o autor, a sua formulação:

[...] está mais de acordo com a frequente invocação de Marx sobre o caráter fluido e flexível do desenvolvimento capitalista identificar esse reposicionamento perpétuo de uma barreira à custa de outra e, assim, reconhecer as múltiplas formas em que as crises podem se formar [...]. (Idem, 2011, p.99).

Apesar disto e pensando na evolução do capitalismo, Harvey redefine as crises, levando em consideração *sete esferas de atividade* deste sistema econômico-social. Conforme o autor, estas sete esferas “tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie e concepções mentais do mundo” (HARVEY, 2011, p.104) derivam de uma elaboração de Marx contida em *O capital*²³ e redigida nos seguintes termos:

²³ A elaboração de Marx, à qual se refere Harvey, encontra-se em uma nota de rodapé presente no primeiro volume do livro I de *O capital*, mais especificamente, no capítulo XIII: *A maquinaria e a indústria moderna*. Após um rápido comentário sobre a importância de Charles Darwin para a história da tecnologia natural, com seus estudos sobre a formação de plantas e animais, Marx diz: “Não merece igual atenção a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, que constituem a base material de toda organização social? E não seria mais fácil reconstituí-la, uma vez que, como diz Vico, a história humana se distingue da história natural, por termos feito uma e não termos feito a outra? A tecnologia revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida e assim elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que delas decorrem. Mesmo uma história da religião que ponha de lado essa base material, não é uma história crítica. Em realidade, é muito mais fácil descobrir o cerne terreno das nebulosas representações religiosas, analisando-as, do que, seguindo o caminho oposto, descobrir, partindo das relações da vida real, as formas celestiais correspondentes a essas relações. Este último é o único método materialista e, por

[...] a tecnologia revela a relação ativa do homem com a natureza, o processo direto da produção de sua vida e, assim, define também o processo de produção das relações sociais de sua vida e das concepções mentais que fluem dessas relações. (MARX apud HARVEY, 2011, p.106).

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a concepção de crise apresentada por Harvey como “racionalizadores irracionais de um sistema inerentemente contraditório” (HARVEY, 2011, p.100), está muito distante das definições de crise formuladas por Marx. A defesa, feita por Harvey, de que sua definição de crise é superior à de todos os autores marxistas que o antecederam, demonstra a arrogância do autor frente a outros estudiosos do tema, mas não o coloca no mesmo patamar a que chegou Karl Marx.

2.3.5 Mészáros e a crise estrutural do capital

A análise da grande crise que assola a sociedade capitalista desde o início da década de 1970 é uma das quatro partes integrantes do livro de István Mészáros, publicado no Brasil, pela primeira vez em 2002, com o título de *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Particularmente no item denominado *Das crises cíclicas à crise estrutural*, constitutivo do capítulo XVIII, do aludido livro, o autor húngaro aborda a crise atual (atual no sentido definido acima), relacionando-a às crises estudadas por Marx, no século XIX, bem como à crise dos anos 30, do século XX.

A ênfase inicial de Mészáros recai sobre o caráter da crise vivenciada nas últimas décadas. Para o autor, “[...] a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural” que, assim como as crises conjunturais, faz parte do “modo de vida *natural* da existência do capital [...]”. (Mészáros, 2002, p.725. Grifo do autor). Assim, Mészáros não vê problema em equacionar capital a crise, nem em afirmar que “a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises [...]”. (Idem, ibidem. Grifo do autor). Além disto, ainda tratando da crise que ele chama de *estrutural*, o autor apresenta quatro características que constituem a *novidade histórica* dela:

tanto, científico. As falhas do materialismo abstrato fundados sobre as ciências naturais, excluindo o processo histórico, são logo percebidas quando nos detemos nas concepções abstratas e ideológicas de seus porta-vozes, sempre que se aventuram a ultrapassar os limites de sua especialidade.” (MARX,1994,p.425).

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]; (2) seu *alcance é verdadeiramente global* [...], em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]; (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica [...]; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar poderia se chamar de rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...]. (Idem, 2002, p.796. Grifos do autor).

Na continuidade da análise da crise que se encontra em andamento, Mészáros se debruça sobre alguns elementos que podem ser observados em uma *crise estrutural*. Para o autor, “[...] uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes [...]”. (Idem, p.797). Como se ver, Mészáros detecta a gravidade de uma *crise estrutural* e chama a atenção para a possibilidade de destruição da formação social acometida por ela.

Apoiando-se em uma passagem dos *Grundrisse*, na qual Marx afirma que é da *natureza do capital transpor as barreiras* que possa encontrar, Mészáros discute as limitações e contradições imediatas do capital, bem como sua superação. Para o autor, fatores como a queda da produção e do consumo são sobrepujados por estímulos a um ou a outro. Mészáros acrescenta que: [...] não pode haver qualquer *crise estrutural* enquanto este mecanismo vital de auto-expansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando. (Idem, 2002, p.798. Grifo do autor).

Ele ainda diz, se referindo aos aludidos limites absolutos que estariam relacionados à crise do capital, que:

A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. (Idem, 2002, p.799).

Feitas estas considerações, Mészáros adverte que a crise atual não se encontra circunscrita ao aspecto socioeconômico, mas avança pela *sociedade civil*, afetando as *instituições políticas*. Argumenta que esta é uma *crise de dominação em geral*, que ela vem se desenvolvendo há mais de duas décadas e, que contribuiu para o fim do Estado de bem-estar social. Conforme o autor, não há atividade humana ou esfera da sociedade livre da crise, pois,

como o capital visa sempre à sua auto-reprodução, “[...] as necessidades e aspirações humanas” (Idem, p. 800) são completamente submetidas aos desígnios dele.

Ao que parece, Mészáros dá continuidade à formulação de Marx no que diz respeito à tendência das crises do capital se tornarem mais longas, mais intensas, bem como mais profundas. A principal contribuição de Mészáros está na afirmação de que a *crise estrutural*, além de conter as características comuns às crises anteriores, atinge as diversas esferas da vida social. Entretanto, algumas asserções do autor podem ser problematizadas: 1) a entrada do *sistema do capital* em uma *nova e última* fase de seu desenvolvimento leva o modo capitalista de produção aos seus limites absolutos. Longe de fazer a defesa da perenidade do capitalismo, ver-se, aqui, uma manifestação da influência da *teoria do colapso*, representada por autores como: Heinrich Cunow, Rosa Luxemburg e Henryk Grossmann; 2) a *crise estrutural* do capital afeta todas as dimensões da sociedade. Aqui, cabe um confronto com a afirmação de Antonio Gramsci, cujo conteúdo principal é a não determinação imediata das crises históricas pelas crises econômicas.²⁴ (GRAMSCI, 2007, p. 44).

²⁴ “Pode-se excluir, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crise ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais.” (Idem, *ibidem*).

3 MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, NO PAPAEL DO ESTADO E NAS FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DO CAPITAL

A crise do capital, como foi tratada no primeiro capítulo deste trabalho, abrange não só o aspecto socioeconômico, mas também as esferas política e ideológica. Neste sentido, a reflexão a ser feita neste capítulo envolverá além do processo de reorganização do trabalho, mudanças ocorridas no papel do Estado e nas formas de legitimação do capital.

3.1 Formas de controle do trabalho e reestruturação produtiva

O modo capitalista de produção, em qualquer fase de seu desenvolvimento, tem como meta a produção de mais-valia. Assim, a produtividade e o controle do trabalho estão presentes desde os primórdios do capitalismo e, por mais que sejam feitas modificações no processo produtivo, a gestão sobre a força do trabalho é um aspecto importante por ser ela o elemento crucial na criação do valor das mercadorias. É válido acrescentar que a valorização do capital não dispensa o concurso do trabalho vivo²⁵, ainda que relações contratuais sejam modificadas, pois é ele, o trabalho vivo, o responsável pelo aumento da produtividade do trabalho.

Importa dizer que no processo de desenvolvimento das formas de controle do trabalho, dá-se a inclusão da ciência como instrumento auxiliar do capital. Neste sentido, a denominada gerência científica, preconizada por Frederick Winslow Taylor²⁶, constitui-se, ao lado de fatores objetivos, tais quais o incremento da maquinaria e a adoção da esteira rolante, por Henry Ford²⁷, como um dos principais fatores subjetivos implementadores da escala do modo capitalista de produção.

Dentre as formas de organização do trabalho, conforme a menção feita no parágrafo anterior, destacam-se, no período que vai do final do século XIX à segunda metade do século XX, o taylorismo e o fordismo ou o taylorismo-fordismo*. Vale salientar que o

²⁵ Marx aponta uma dualidade no que se refere ao trabalho. Há, para o autor, uma distinção e uma conexão entre trabalho vivo e trabalho morto nas mercadorias, considerando-se o tempo de trabalho envolvido na produção. (Cf. MARX, Karl. **O capital**, 1994, capítulos I e V).

²⁶ Engenheiro mecânico norte-americano(1856-1915) responsável pela criação do método de organização do trabalho denominado como taylorismo.

²⁷Empresário estadunidense (1863-1947), criador da empresa Ford Motor Company, responsável pela instalação da linha de montagem na Fábrica e pela produção em série, cuja consequência foi a produção em massa.

modelo resultante dessas estratégias de organização do trabalho envolve, por um lado, um rigoroso controle dos ritmos de trabalho associado a uma produção em larga escala, e, por outro, uma nítida separação entre concepção e execução, representada, respectivamente, pelo departamento de planejamento e pela atividade desenvolvida na linha de montagem.

Para ilustrar as afirmações feitas acima, ressalta-se uma passagem de Ricardo Antunes (1998), na qual o autor faz uma caracterização do fordismo, temperando-a com pitadas de taylorismo:

[...] entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista [*sic*] e produção em série taylorista [*sic*], pela existência do trabalho parcelar e pela fração das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século (ANTUNES, 1998, p.17. Grifos do autor).

Nota-se que embora o autor privilegie o modelo fordista como aquele que “predominou” no ramo da indústria, no decorrer do século XX, ele não o percebe como uma forma de organização social, o que implicaria a penetração do modelo em outras esferas da sociedade. Acrescente-se ainda que uma certa associação, elaborada por Antunes, entre taylorismo e fordismo não dispensa a análise de cada um desses modelos de maneira específica.

Ao analisar a cognominada gerência científica, o autor estadunidense Harry Braverman (1987) chama a atenção para o fato de que o aludido modelo é muito mais uma forma de organização do trabalho do que um método de incrementação da tecnologia. Conforme o autor,

A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Faltam-lhes as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem, nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista humano, mas do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência de uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagônicas. Não procura descobrir e confrontar a causa dessa condição, mas a aceita como um dado inexorável, uma condição *natural*. Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do

capital. Entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura de gerência nas armadilhas da ciência (BRAVERMAN, 1987, p.82-83. Grifo do autor).

Verifica-se, nesta passagem, que a aplicação dos métodos ditos científicos visa, muito mais, ao controle do trabalho, como se verá na gerência efetivada pelo taylorismo, do que ao desenvolvimento das técnicas de produção.

No que tange ao tipo de gerência implementada por Taylor, Braverman observa que a utilização dos “métodos científicos” está voltada para o controle do trabalho, sem deixar ao trabalhador qualquer chance de decidir como realizar suas atividades. Segundo Braverman,

Admitia-se em geral antes de Taylor que a gerência tinha o direito de *controlar* o trabalho, mas na prática esse direito usualmente significava apenas a fixação de tarefas, com pouca interferência direta no modo de executá-las pelo trabalhador. A contribuição de Taylor foi no sentido de inverter essa prática e substituí-la pelo seu oposto. A gerência, insistia ele, só podia ser um empreendimento limitado e frustrado se deixa-se ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho. Seu *sistema* era tão-somente um meio para que a gerência efetua-se o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada (Idem, p.86. Grifos do autor).

É importante salientar que Taylor, em seu livro *Princípios de Administração Científica*, publicado em 1911, evidencia que os princípios por ele formulados, poderiam ser aplicados às mais diversas organizações. Neste sentido, o modelo de administração científica serviria não só para ser usado nas oficinas mecânicas, mas também em organizações não ligadas diretamente ao mundo da produção, a exemplo da escola.

Vale ressaltar, com efeito, que, para Taylor, a identificação entre as organizações do trabalho e a organização da escola guarda uma estreita relação. Deste modo, procurando responder às críticas que lhe eram endereçadas por conta do seu padrão administrativo, o autor estabelece um paralelo entre a preparação de um cirurgião e a instrução de um operário fabril. Taylor assim se expressa para demonstrar essa comparação:

[...] o treinamento do cirurgião tem sido quase idêntico ao tipo de instrução e exercício que é ministrado ao operário sob a administração científica. O cirurgião durante seus primeiros anos de estudos é submetido à orientação imediata de homens mais experimentados que lhe mostram minuciosamente como executar cada elemento de sua tarefa. Entregam-lhe os melhores instrumentos, cada um dos quais tem sido objeto de estudo e aperfeiçoamento especial, propiciando-lhe logo o uso dos melhores processos. Este método de ensinar não lhe limita o desenvolvimento do espírito. Pelo contrário dota-o dos melhores conhecimentos que vieram de seus

predecessores e fá-lo servir-se das ferramentas-padrão e dos métodos que representam a melhor ciência no momento; assim, ele é capaz de empregar seu engenho criador *em fazer realmente progressos no conhecimento mundial, em lugar de reinventar coisas já velhas*. Do mesmo modo o trabalhador é instruído por muitos chefes, sob a administração científica, e tem oportunidade de se aperfeiçoar, pelo menos, de modo igual, e possivelmente melhor do que quando se entregava tudo em suas mãos e, portanto, ele efetuava o trabalho sem nenhum auxílio (TAYLOR, 1995, p.92. Grifo do autor).

Observa-se que além de uma concepção reducionista de homem, que coloca este na condição de *tabula rasa*, Taylor procura legitimar o seu modelo de gerência, baseando-se na instituição escolar, dando ênfase à hierarquia e à autoridade como elementos imprescindíveis para o funcionamento da estrutura social. Acrescente-se que essa hierarquia e essa autoridade estão fundamentadas em uma extrema divisão do trabalho e em um elevado controle das atividades laborais.

A propósito do controle do trabalho, Braverman (1987) chama a atenção para o caráter assumido pelo conceito de controle sob Taylor. Conforme Braverman,

[...] Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como *uma necessidade absoluta para a gerência adequada a [sic] imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado*. (BRAVERMAN, op. cit., p.86. Grifo do autor).

Ver-se que, para Braverman, o foco de Taylor no controle, significa muito mais que a separação entre concepção e execução. Significa a apropriação do saber operário pela administração científica.

O modelo fordista de organização do trabalho tem como marco fundamental o lançamento do veículo conhecido como *Modelo T*. Segundo Braverman (op. cit.), Ford conseguiu obter um alto índice de produção graças a mudanças nas formas de organização e de controle do trabalho. Para o autor,

A demanda para o Modelo T foi tão grande que exigiu um talento especial da engenharia para revisar os métodos de produção da companhia. O elemento chave da nova organização de trabalho era a interminável esteira transportadora, na qual os componentes do carro eram transportados e que à medida que passavam, com paradas periódicas, os homens executavam operações simples. Esse sistema entrou em funcionamento primeiro em diversas submontagens, começando ao mesmo tempo em que o Modelo T era lançado, e desenvolvido nos seis anos seguintes, até que culminou em janeiro de 1914 com a inauguração da primeira esteira rolante sem-fim para a montagem final na fábrica da Ford em Highland Park. Em três meses, o tempo de montagem do Modelo T havia sido reduzido a um décimo do tempo anteriormente necessário, e por volta de 1925 foi criada uma organização que

produzia quase tantos carros por dia quantos haviam sido fabricados num ano inteiro, no princípio da fabricação do Modelo T (Idem, p.130-131).

Constata-se, com Braverman, que a aceleração da produção implicou um impiedoso ritmo no processo de montagem dos automóveis e teve como consequência uma extrema intensificação do trabalho.

David Harvey (1993) também analisou os modelos de organização do trabalho estudados acima. Para o autor, o ponto fulcral da diferença entre Taylor e Ford está na perspectiva de Ford de que a produção em massa leva ao consumo de massa. Além disto, Harvey entende que a produção em massa implica:

[...] um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1993, p.121).

Observa-se, seguindo-se a trilha feita por Harvey, que os modelos taylorista e fordista foram capazes de regulamentar o controle do trabalho, apesar da resistência dos trabalhadores, até a segunda metade do século XX, porém já nos anos 1960, esses modelos estraram em crise, contribuindo com isto, para o enfraquecimento da estrutura político-econômica que dava sustentação ao Estado de Bem-Estar Social.

Essa crise, que tem início no final da década de 60, pôs fim, aos poucos, ao período áureo do desenvolvimento capitalista, período este conhecido como *Era de Ouro do Capital*²⁸ e pelo destacado aumento da taxa de mais-valia, pelo barateamento dos preços das matérias primas e pelo arrefecimento da luta operária.

A referida crise, aqui considerada em seu aspecto econômico, caracterizou-se pelo baixo desenvolvimento da produção e pela queda da produtividade, ambos com consequências extremamente graves para a classe trabalhadora: o desemprego atingiu altas taxas. Vale ressaltar que a indústria entrou em ritmo lento, chegando, muitas vezes, à ociosidade.

Diante disto, o capital buscou novas formas de regulação do trabalho por meio do gerenciamento e de diferentes modelos de contrato. Dentre as saídas encontradas pelos capitalistas e seus seguidores, está a reestruturação produtiva. Essa reestruturação,

²⁸ Cf. HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**, 1995.

primeiramente implementada nos países centrais e, só depois, nos países periféricos, lançou mão de artifícios como a flexibilização da produção e a intensificação do trabalho, visando à superação da crise. Acrescente-se que nesse contexto algumas formas de organização da produção foram adotadas pelo capital, sendo o toyotismo²⁹ a mais importante.

Thomas Gounet, importante pesquisador belga que se dedica ao estudo do toyotismo, apresenta as principais características deste modelo:

1. a produção depende da demanda;
2. todo desperdício deve ser combatido;
3. a flexibilização da produção leva à flexibilidade do trabalho;
4. a adoção do *kanban* serve para organizar a produção;
5. a produção de muitos modelos deve ser feita em pequenas quantidades;
6. imposição do sistema de produção da empresa principal às subcontratadas (GOUNET, 1999, p.26-28. Grifo do autor).

Pelo que se ver, a flexibilização da produção altera profundamente o mundo do trabalho, minimizando a produção destinada ao consumo de massa e estabelecendo padrões que devem ser seguidos pelas empresas auxiliares que constituem a cadeia produtiva.

Ricardo Antunes (1998) também estuda diversos aspectos do toyotismo, atentando para suas consequências, bem como para o processo de desregulamentação dos direitos dos trabalhadores. Conforme o autor,

O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 1998, p.16. Grifo do autor).

Antunes acrescenta que a ordenação do mercado de trabalho obedece a uma lógica, cujo princípio norteador é a contradição, ou seja, enquanto assiste-se a um processo de desproletarização na indústria, percebe-se que está ocorrendo uma subproletarização do

²⁹ Toyotismo ou ohnismo é um modelo de organização do trabalho caracterizado pela flexibilização do aparato produtivo e pelo combate ao desperdício. Um melhor detalhamento destas informações, encontra-se em Thomas Gounet (1999, p.25-35).

trabalho fabril. Ao mesmo tempo em que se presencia uma “intelectualização” dos trabalhadores de setores de ponta, observa-se a ascensão de um subproletariado desespecializado e desqualificado.

De igual modo, Harvey (1993) mergulhou na investigação do reordenamento do mercado de trabalho. Para ele, a reestruturação desse mercado implicou a debilitação das organizações sindicais dos trabalhadores e a ampliação da força de trabalho excedente. Diante disto, Harvey assegura que enquanto os trabalhadores *centrais* (empregados de tempo integral, com estabilidade e possibilidade de ascensão) diminuem, os trabalhadores *periféricos* (pessoal pouco especializado e empregados em tempo parcial) tendem a aumentar.

A esse conjunto de transformações no mercado de trabalho, associado a modificações dos produtos e das formas de consumo, Harvey denomina como *acumulação flexível*. Esse processo de acumulação, verifica-se não só nos países centrais, mas também nas diversas regiões do mercado capitalista e também é responsável por aquilo que o autor chama de “compressão do espaço-tempo”. Como desdobramento deste mote, Harvey escreve:

[...] os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1993, p.140).

As transformações ocorridas no mundo do trabalho são parte de um complexo bastante amplo que envolve, além da relação entre capital e trabalho, a utilização de novas tecnologias e as determinações do capital na elaboração das políticas econômicas de diversos governos. Esse complexo visa a uma nova conformação do sistema produtor de mercadorias, cuja principal característica é a “mundialização do capital” que, segundo Chesnais,

[...] traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços de adotar por conta própria um enfoque e conduta *globais* (CHESNAIS, 1996, p.17. Grifo do autor).

O autor acrescenta que o setor financeiro segue o mesmo diapasão, sendo a “liberalização” e a “desregulamentação” seus principais guias. Além disto, Chesnais chama a atenção para o papel dos gestores financeiros, cuja arbitragem “[...] decide a integração ou exclusão em relação às benesses das finanças de mercado” (Idem, *ibidem*).

A reestruturação produtiva também é estudada no Brasil. Dentre os pesquisadores, destacam-se aqueles que consideram a acumulação flexível e o controle do trabalho por ela engendrado como mais uma forma de subordinação do trabalho ao capital.

Antunes (op. cit.) põe em evidência o aspecto perverso da flexibilização dos direitos do trabalho, realçando o caráter manipulador do capitalismo no tocante ao convencimento dos trabalhadores.

Lucília Machado (2013) também se propõe a analisar a acumulação flexível, particularmente o processo de racionalização prescrito por este modelo de organização do trabalho. Conforme a autora,

A racionalização sistêmica introduzida pela nova organização do trabalho diminui os espaços de liberdade que possam existir entre o trabalho prescrito e o trabalho realmente executado, pois são reduzidos ao máximo todos os componentes indetermináveis, sujeitos a julgamento e enfatizados os passíveis de codificação, padronização e transferência. A produção informaticamente programada não é muito permeável à introdução de modificações no processo de trabalho pelos operadores, não possibilita muitos espaços para a emergência de saberes originados do trabalho. Por outro lado, a informática consegue dar conta de um número maior de variáveis a serem controladas, tornando o planejamento mais potente, enquanto instância prescritora. As possibilidades de prévia determinação crescem com o recurso das novas tecnologias, embora se possa dizer que nenhum trabalho é totalmente prescritível (MACHADO, 2013, p.179-180).

Verifica-se que o capital lança mão de novos parâmetros para controlar os trabalhadores. Apesar de uma propaganda falaciosa sobre a valorização das subjetividades, tem-se, efetivamente, perda de liberdade e formas, ainda que sutis, de controle.

Paulo Sergio Tumolo (2002), para quem “[...] quaisquer que sejam os processos de trabalho é necessário compreendê-los como processos de trabalho subordinados ao processo de valorização do capital [...]” (Idem, p.74), observa que as alterações no mundo do trabalho significam mudanças no modo capitalista de produzir. Em outras palavras, o capital se assenhora de novos mecanismos com o intuito de incrementar a exploração da força de trabalho. Neste sentido, Tumolo (op. cit.) assevera o seguinte:

Os novos processos de trabalho que aí começam a se desenvolver, tão em voga na atualidade e cuja expressão mais conhecida foi o chamado modelo japonês, nada mais são do que a forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de intensificação da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/readequação da luta contra a classe trabalhadora, vale dizer, da estratégia burguesa com vistas à hegemonia do capital. Por isso, embora se justifiquem por motivos técnico-econômicos, sua implementação obedece muito mais uma lógica *político-econômica*. Neste sentido, as empresas capitalistas têm

procurado implantar os mais variados processos de trabalho- inovações tecnológicas articuladas com novas formas de organização e gestão do trabalho-, inclusive misturando características dos diversos *modelos*, com vistas a intensificar a exploração sob a força do trabalho e, ao mesmo tempo, lograr uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem conquistar suas mentes e corações, concomitantemente à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização destes, principalmente aquelas de cunho mais combatível. Isso explica porque não tem sido possível encontrar um padrão produtivo único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalistas vêm buscando a combinação mais adequada de *modelos produtivos*, de acordo com as características de conjuntura-situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores etc. – com o propósito de atingir os objetivos supra expostos (Idem, p.95-96. Grifos do autor).

Depreende-se, da passagem acima, que, para Tumolo, os novos modelos de organização do trabalho, a exemplo do toyotismo, nada mais são que estratégias utilizadas pela burguesia para submeter os trabalhadores e adequar os níveis de produtividade às demandas do capital. Acrescente-se a isto que o objetivo político da classe dominante, implícito no “projeto conservador”, é o desmantelamento das organizações dos trabalhadores, particularmente daquelas mais combativas que se afirmam como defensoras dos interesses da classe laboriosa.

3.2 Novas configurações do Estado

A ofensiva da classe dominante, perpetrada nos últimos quarenta anos com o objetivo de desmantelar as organizações políticas dos trabalhadores e recompor as taxas de lucro, não se limitou à reestruturação produtiva, pois também atingiu o Estado no período de crise do capital. É importante dizer que o Estado acompanha o evoluir das sociedades de classe, particularmente da sociedade capitalista, buscando manter a ordem e reproduzir a estrutura socioeconômica vigente nas formações sociais específicas. No modelo capitalista de organização social, o Estado adquire configurações *sui generis*, porém modifica-se no decorrer da história, sem deixar de desempenhar suas funções.

Na literatura marxista, um dos mais importantes textos que tratam da origem do Estado é *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels. A propósito de uma investigação sobre as relações entre a família e a propriedade privada, Engels (1982) afirma que o Estado surgiu para garantir a divisão social e a exploração. Nas palavras do autor, tratava-se de uma “instituição”

[...] que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas - ; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda (ENGELS, 1982, p.120).

Além dessa multifuncionalidade da instituição estatal, Engels apresenta um conceito genérico que serve para identificar qualquer tipo de Estado. Assim, para o autor,

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a *realização da ideia moral*, nem a *imagem da realidade da razão*, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da *ordem*. Este poder nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Idem, p.191. Grifos do autor).

Ressalve-se, entretanto, o fato de que cada sociedade, em particular, crie um tipo de Estado correspondente à sua forma de organização. Neste sentido, o Estado burguês, denominação encontrada por Marx e Engels para tipificar a instituição *mater* que coordena a formação social capitalista, ao tempo que apresenta características do Estado em geral, manifesta aspectos específicos que dizem respeito às relações de produção vigentes no corpo social que se estrutura com base no modo capitalista de produzir. Falar sobre os vínculos entre o Estado burguês e as relações de produção capitalista não significa afirmar que há uma determinação mecânica destas sobre aqueles. É neste sentido que Décio Saes (1998) discute a *natureza* das relações entre o capitalismo e o Estado burguês. Conforme o autor,

A correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas não consiste numa relação causal simples e unívoca entre ambos. Qual é, então, a natureza dessa correspondência? Um tipo particular de Estado – o burguês – *corresponde* a um tipo particular de relações de produção – capitalistas – na medida em que *só uma* estrutura jurídico-política *específica* torna possível a *reprodução* das relações de produção capitalistas. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: *só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas* (SAES, 1998, p.22. Grifos do autor).

A discussão sobre o Estado burguês feita por Saes (op. cit.) traz à tona o papel que este desempenha como instituidor das relações de produção. Segundo o autor, esse Estado encarrega-se de uma dupla função, visando ao isolamento dos produtores diretos e à anulação da tendência dos trabalhadores à organização coletiva:

[...] a) *individualizar os agentes da produção* (produtores diretos e proprietários dos meios de produção), mediante a sua conversão em pessoas jurídicas: isto é, sujeitos individuais aos quais se atribuem *direitos* e uma *vontade subjetiva*. Essa individualização confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais; isto é, um *contrato* de compra e venda de força de trabalho. Uma vez imposta ao produtor direto a definição da prestação do sobretrabalho como um ato de vontade, essa troca desigual pode se renovar continuamente, sem que seja necessário o exercício de uma *coação extra-econômica* (isto é, uma coação distinta daquela exercida pela pura necessidade vital) sobre o produtor direto; b) *neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva*, decorrente do caráter socializado do processo de trabalho, e determinar, *por esse modo*, a predominância, no produtor direto, da tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo (Idem, p.30. Grifos do autor).

Percebe-se, com Saes, que tanto a individualização dos trabalhadores como a neutralização de sua “ação coletiva” são protegidas pelo aparato jurídico da sociedade que “igual” todos os produtores diretos, convertendo-os em “indivíduos”. Essa operação ideológica é de fundamental importância para a manutenção das relações de produção capitalistas.

Mészáros (2002), para quem o Estado moderno constitui-se como parcela da infraestrutura do capital, fala de uma “correspondência” entre a esfera da produção e a instância política organizadora da ordem. Nas palavras do autor:

[...] devemos falar de uma correspondência estreita entre, por um lado, a base sociometabólica do sistema do capital e, por outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida (MÉSZÁROS, 2002, p.125).

O autor acrescenta que o arcabouço jurídico do Estado:

[...] protege legalmente a relação de forças estabelecidas [e assegura que por este meio] [...] as diversas *personificações do capital* conseguem dominar (com eficácia implacável) a força do trabalho da sociedade, impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais *livremente iniciado* (e às vezes até constitucionalmente ficcionalizado) (Idem, p.107).

Depreende-se, dos trechos acima, a importância que tem o Estado burguês no processo de reprodução das relações capitalistas de produção e, além disto, na configuração social. Como diz Marx (1975), se referindo à realidade do Estado burguês como uma forma de segurança da classe burguesa, “O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade” (MARX, 1975, p.144).

Tomando-se por base as considerações acima, precisa-se compreender as tonalidades do Estado burguês contemporâneo, notadamente do Estado de Bem-Estar Social e do Estado neoliberal.

O Estado de Bem-Estar Social, que configurou-se após a Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental e em parte da América do Norte, caracterizou-se, sobretudo, pela regulação da economia e pela ampliação dos direitos sociais. Nesta perspectiva, as políticas sociais voltam-se para o emprego, a previdência social e para os direitos à saúde, à educação, etc.

Harvey (1993) também trata das obrigações do Estado de Bem-Estar Social, chamando a atenção para sua política fiscal e sua intervenção na esfera da seguridade social e do emprego. A passagem a seguir é ilustrativa:

Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 1993, p.129).

Roberto Bianchetti é outro autor que trata o Estado de Bem-Estar Social. Analisando a teoria econômica de John Keynes³⁰, Bianchetti assevera que ela não explicou a crise do capitalismo, demonstrando, com isso, sua ineficácia. Vale ressaltar que, para o autor, essa incapacidade no plano do pensamento tornou-se mais visível no momento em que uma

³⁰ John Maynard Keynes (1883-1946) foi um dos principais economistas defensores da intervenção estatal na economia. Sua obra dá origem à corrente de pensamento econômico chamada de keynesianismo.

grande depressão econômica se fez acompanhar de altos índices inflacionários, ou seja, a crise econômica pôs a nu a fragilidade do keynesianismo. Conforme Bianchetti, essa crise se manifestou:

[...] com maior intensidade no momento em que, nas sociedades desenvolvidas do capitalismo central, se produz o fenômeno conhecido como *estagflação* [...], que rompe com a lógica keynesiana e que a ação reguladora do Estado tinha por objetivo impedir as crises cíclicas do capitalismo (BIANCHETTI, 1996, p.24-25. Grifo do autor).

O autor acrescenta que o fracasso do modelo keynesiano, calcado na intervenção do Estado na esfera econômica, possibilitou a ascensão de teorias, a exemplo do neoliberalismo, antagônicas àquele modelo. Neste sentido, Bianchetti é taxativo:

Para os neoliberais, o triunfo de seus postulados resulta da evolução nas ideias liberais que retomam sua vigência depois do fracasso *socialista*, do modelo de Estado keynesiano e das contradições que gerou o Estado Bem Feitor (*Welfare State*) (Idem, p.25. Grifos do autor).

Convém ressaltar que o fracasso do Estado de Bem-Estar Social, gerado por fatores de caráter político-econômico, encontra, em paralelo, um modelo estatal que se propõe a retomar o padrão de desenvolvimento do capitalismo vigente no período em que prevaleceu a orientação liberal na sociedade. Em outras palavras, a retomada do liberalismo, com sua defesa do livre mercado, das liberdades individuais e da não regulação estabelecida pelo Estado, redundava, como diz José Luís Fiori (2001), em grande concentração de riqueza e poder:

[...] não é fácil encontrar na história outro momento em que a riqueza e o poder mundiais tenham se somado e concentrado de maneira tão gigantesca como nesse final de século. Nem há, na modernidade capitalista, outra época em que a distância entre as nações crescesse tão rapidamente como nestes últimos vinte anos. A economia cresce a *[sic]* nove anos sem parar; os europeus crescem muito menos e a *[sic]* menos tempo, enquanto o resto do mundo – com exceção da China – parece estatelado, ora entrando, ora saindo de mais uma crise (FIORI, 2001, p.151).

Acrescente-se a isto a asserção de Milton Friedman (1988), um dos paladinos da teoria neoliberal, ao referir-se à redefinição do papel do Estado no estabelecimento de regras concernentes aos princípios do liberalismo. Para o autor,

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das *regras do jogo* e um árbitro para interpretar e por em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo. O aspecto característico da ação política é o de exigir ou reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Cada homem pode votar pela cor da gravata que deseja e a obtém; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e então, se fizer parte da maioria, submeter-se (FRIEDMAN, 1988, p.23. Grifo do autor).

Evidencia-se, assim, a importância do Estado que, embora tenha uma esfera de atuação limitada, é chamado para arbitrar sobre as querelas individuais, impondo regras que corroboram o interesse de classe dos capitalistas.

Importa esclarecer, a esta altura da discussão, que a pauta que preside a formulação de vários autores acima mencionados, mormente daqueles que tratam da reforma do Estado, é a ofensiva neoliberal sobre o Estado de Bem-Estar Social, sobre os direitos sociais, sobre os movimentos sociais que defendem a igualdade política e lutam contra a desigualdade econômica.

Discutindo o alcance dessa ofensiva neoliberal, Saes (2001) leva em consideração as políticas voltadas para a privatização, para a desregulamentação, em suma, para o desmonte do aparato estatal destinado às políticas sociais. Neste sentido, o autor é peremptório:

As políticas neoliberais implementadas pelos Estados capitalistas atuais não podem coincidir integralmente com a doutrina do liberalismo econômico que, em geral, as inspira. Tais políticas não podem concretizar *incondicionalmente* os princípios econômicos liberais, já que elas não são implementadas num espaço social vazio, destituído de qualquer historicidade, e sim em sociedades capitalistas históricas, nas quais a política estatal repercute, há décadas a influência de outros princípios econômicos. Nessas condições históricas concretas, as políticas estatais inspiradas no liberalismo econômico têm necessariamente de: a) ser vazadas em termos *gradualistas* (é politicamente inviável uma radical *revolução liberal* dentro das sociedades capitalistas atuais); b) configurar-se como ação reformista afirmativa de *desmonte* da política estatal anterior. Uma análise política que leve em consideração tais ponderações não reservará o qualificativo *neoliberal* tão-somente às políticas estatais que se conformarem integralmente com os princípios econômicos defendidos por autores como F. Hayek ou Milton Friedman. Será considerada neoliberal toda ação estatal que contribua para o desmonte das políticas de incentivo à independência econômica nacional, de promoção do bem-estar social (*Welfare State*), de instauração do pleno emprego (*keynesianismo*) e de mediação dos conflitos socioeconômicos (SAES, 2001, p.81-82. Grifos do autor).

A reforma do Estado, que se encontra no bojo das reformas estruturais é necessária, na perspectiva dos neoliberais, porque a principal culpada pela crise que atravessa a sociedade capitalista é a instituição estatal. À sua incapacidade para gerir a economia e a sociedade, os *liberais-conservadores* opõem a lógica do livre mercado como guia para salvar o modelo capitalista de organização social.

Polemizando com os liberais-conservadores a respeito da “crise do Estado”, Fiori (1998), depois de argumentar sobre a impropriedade da expressão e da mudança de significado que ela adquiriu no decorrer das últimas décadas, encontra um ponto comum na perspectiva liberal-conservadora, bem como uma receita válida para tipos de sociedades diversas:

De comum [...], apenas a velha crítica liberal à política e ao Estado, como sendo os fatores perversos, que nunca permitiram aos mercados manifestarem as suas virtudes intrínsecas. [...] a terapia liberal conservadora acabava sendo a mesma para países centrais ou periféricos: privatizar, desregular, abrir a economia, cortar gasto público, etc. (FIORI, 1998, p.158).

Na análise precedente evidencia-se o caráter ideológico das várias formulações e proposições elaboradas no contexto da sociedade contemporânea. As novas configurações do Estado, desenhadas com os pincéis do neoliberalismo, associadas à reestruturação socioeconômica, convergem para a aniquilação dos referenciais construídos na modernidade. Visando ao aprofundamento da análise dos fatores que dão sustentação ao modelo de sociedade vigente na atualidade, este estudo mergulhará na especulação de várias teorias recentes que procuram dar legitimidade ao capital.

3.3 Teorias contemporâneas de legitimação do capital

O processo de reestruturação da produção e de reorganização do trabalho suscitou várias teorias, cujo propósito era legitimar a dominação do capital, e demonstrar que, na sociedade atual, o trabalho não é mais o elemento significativo para a sociabilidade dos seres humanos e, portanto, não se constitui como categoria central para explicar as relações sociais do tempo presente. Assim, teses como as do surgimento da sociedade pós-industrial, da sociedade do conhecimento, da sociedade do tempo livre, do fim da centralidade do trabalho,

da sociedade pós-mercantil e da sociedade informacional tornaram-se bastante “úteis” para explicar a sociedade contemporânea.

Dentre os autores que subscrevem a tese da sociedade pós-industrial, destaca-se Daniel Bell como um dos pioneiros.³¹ Em seu livro, *O advento da sociedade pós-industrial*, o autor diz que escolheu os Estados Unidos para local de seus estudos pelo fato de ser este país o que melhor possibilita a observação das transformações (BELL, 1977, p.10) e acrescenta que entende por sociedade pós-industrial “[...] uma previsão social referente a uma mudança na estrutura social da sociedade ocidental”. (Idem, p.22).

Para o autor, em meados da década de 1970, havia um grande desgaste das estruturas da sociedade burguesa, acarretado, sobremaneira, mudanças científicas e tecnológicas. Diante disto, Bell apresenta o conceito de “sociedade pós-industrial”, chamando a atenção para cinco elementos que se encontram na aludida sociedade:

1. Setor econômico: a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços;
2. Distribuição ocupacional: a preeminência da classe profissional e técnica;
3. Princípio axial: a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade;
4. Orientação futura: o controle da tecnologia e a distribuição tecnológica;
5. Tomada de decisões: a criação de uma nova *tecnologia intelectual*. (Idem, p.27-28. Grifo do autor).

Com efeito, percebem-se algumas inflexões na formulação de Bell. Os critérios adotados pelo autor deixam transparecer algumas incongruências: a definição de classe não leva em conta a posição dos atores sociais frente à propriedade dos meios de produção, mas considera a capacidade técnica; o poder é atingido por intermédio da educação; e o conhecimento teórico é um fator determinante da vida social. No tocante a este último item, o autor assevera: “Na sociedade capitalista, a instituição primordial tem sido a propriedade privada, e na sociedade pós-industrial é a centralidade do conhecimento teórico” (BELL, 1977, p.136).

Mais adiante, ele arremata:

³¹ Além de Daniel Bell, Alain Touraine integra o grupo dos primeiros defensores do pós-industrialismo. Cf. *A sociedade post - industrial*, publicado pelo autor em 1969.

Conhecimento é tudo o que chega a ser objetivamente conhecido, uma *propriedade intelectual*, associada a um nome ou grupo de nomes, e garantida por *copyright* ou por alguma outra forma de reconhecimento social [...]. Paga-se por este conhecimento com o tempo consagrado a escrever e pesquisar; com a compensação monetária atribuída à comunicação e aos meios educacionais. Ele fica sujeito ao julgamento proferido pelo mercado, pelas decisões administrativas ou políticas de instâncias superiores ou equivalentes, que aquilatam o valor dos resultados, e as exigências que deles advirão quanto aos recursos da sociedade, sempre que surjam exigências deste tipo. (Idem, p.201. Grifos do autor).

Ver-se, nesta passagem, a linguagem utilitarista empregada pelo autor para se referir ao conhecimento. Este torna-se forma de investimento, submetida às leis do mercado.

Outro autor que desposa a tese da sociedade pós-industrial é Domenico De Masi. Em seu livro *O ócio criativo* (2000), o autor se mostra bastante otimista com o direcionamento assumido pela sociedade atual. Para ele, a sociedade pós-industrial liberta as pessoas do trabalho e possibilita, a elas, a prática de diversas atividades nas esferas da cultura, do esporte, da estética, do erotismo, dentre outras.

De Masi, a exemplo de Bell, defende os princípios da sociedade do conhecimento, pois, segundo ele, os homens não podem ser trocados pelas máquinas nas atividades que requerem criatividade. Conforme o autor, “Queiramos ou não, devemos saber que o único tipo de emprego remunerado que permanecerá disponível com o passar do tempo será do tipo intelectual criativo” (DE MASI, 2000, p.95).

Mais adiante, procurando dar relevo às diretrizes da sociedade do conhecimento, De Masi assevera:

[...] a aventura de buscar trabalho terá maior probabilidade de sucesso quanto mais conhecimentos candidato tiver e for capaz de oferecer serviços de tipo intelectual, científico e/ou artístico, adequados às necessidades sempre mais variáveis e personalizadas dos consumidores (Idem, p.101).

O autor assegura que a “sociedade pós-industrial” é criativa tendo a informação, o tempo livre e a criatividade como bastiões de sua sustentabilidade. Para De Masi, enquanto a sociedade industrial basear o seu poder na propriedade dos meios de produção, a sociedade pós-industrial estrutura-se a partir da posse do “saber” e dos meios de informação. Assim, o autor afirma que não há sentido na luta de classes, nem nos contratos coletivos e orienta que “Cada um seja um pequeno grupo ou indivíduo, realize a sua própria batalha e faça o seu contrato” (Idem, p.141).

Percebe-se, nesta passagem, que De Masi superestima os interesses individuais ou de grupos sem, contudo, considerar as injunções sociais escamoteadas por essa perspectiva

sociológica. Dito de outra forma, o autor não leva em conta o processo de extração de mais-valia, nem os conflitos provocados pelas relações entre o capital e o trabalho.

Em outro livro³² publicado no Brasil em 1999, De Masi diz que não há separação radical entre a sociedade industrial e a sociedade pós-industrial. Conforme o autor, o que ocorre é uma substituição de um elemento hegemônico por outro. Deste modo, ao se referir aos conflitos sociais contemporâneos, De Masi assevera que, ao contrário do que disse Marx, a respeito da sociedade industrial, na sociedade pós-industrial não há antagonismo privilegiado, mas uma grande variedade de conflitos, a exemplo do feminista, racial, ecológico, etc.

Verifica-se, por meio desta afirmação, que o autor estabelece uma clivagem entre os conflitos sociais e a luta de classes, sem considerar vários fatores que vinculam o mundo do trabalho ao mundo da cultura. Ao contrário, De Masi sugere uma panaceia capaz de solucionar todas as alterações da sociedade: “[...] transformação radical do tempo livre e com uma rápida reciclagem dos cidadãos, capacitando-os para basear nele – e não na atividade assalariada – a primeira formação e a própria vida” (De Masi, 1999, p.99).

Além da criatividade, que pode ser científica, mas também estética, o autor vê a informação e o tempo livre como elementos fundamentais na sociedade pós-industrial. Para ele, o poder, nessa sociedade diferentemente do que acontecia na sociedade industrial, que era dominada por aqueles que detinham a propriedade dos meios de produção, está relacionado aos meios de informação.

Dentre os autores que postulam o fim da centralidade do trabalho, aparece o francês André Gorz. Em seu livro *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*, publicado no Brasil em 1987, o autor vê o desmoronamento da sociedade do trabalho em consequência da emergência de atividades autônomas, capazes de atender às demandas oriundas do meio social. Nesse contexto, o fim da centralidade do trabalho teria posto por terra “o fundamento duplo do socialismo científico”: o proletariado seria a classe revolucionária que teria como tarefa a destruição da sociedade de classes e da contradição principal entre a importância do trabalho operário e a desvalorização desse trabalho pelo capital.

³² Cf. DE MASI, Domenico. A sociedade pós-industrial, 1999.

Ademais, o declínio da classe trabalhadora teria gerado uma “não-classe” de “não-trabalhadores” que representaria uma “não-sociedade”, sem classes e, conseqüentemente, sem dominação:

Durante mais de um século, a ideia de Proletariado conseguiu mascarar sua irrealidade. Essa ideia, hoje em dia, está tão ultrapassada quanto o próprio Proletariado, porque em lugar do trabalhador coletivo produtivo, nasce uma não-classe de não trabalhadores que prefigura, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade a qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e com todas as formas de dominação (Idem, p.87).

Na perspectiva do autor, essa “não-classe” seria:

[...] produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob o efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalistas [e formada pelo] [...] conjunto dos indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em suas capacidades pela industrialização (ou seja, pela automatização e pela informatização) de trabalho intelectual. (Idem, p.87-88).

O “neoproletariado pós-industrial”, expressão utilizada por Gorz para denominar essa não classe “seria formado pela maioria da população, socialmente assujeitada e precariamente qualificada”. Conforme o autor, esse segmento social seria composto pelos:

[...] sem estatuto [...], sem classe [...], [por aqueles] que ocupam os empregos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos, de empregados em meio expediente [...], cuja qualificação, determinada por tecnologias de rápida evolução, muda continuamente e, de qualquer modo, não tem relação com os conhecimentos e ofícios que podem ser apreendidos nas escolas ou faculdades (Idem, p.89).

Diante do quadro traçado por Gorz, depreende-se a tese do “papel transformador” do “neoproletariado pós-industrial”. Como para o autor essa “não-classe” não teria perspectiva para o futuro, poderia separar-se da formação social atual e engendrar um novo tipo de sociedade. Este é o tipo de vaticínio difícil de se cumprir, uma vez que a “não-classe” de Gorz, portadora das características acima aludidas, possa transformar o *status quo* da sociedade capitalista vigente.

Adam Schaff também admite o fim da sociedade baseada no trabalho. Numa obra publicada no Brasil, em 1995 – *A sociedade informática* – o autor faz um levantamento das transformações sociais ocorridas entre o final do século XVIII e o ocaso do século XX. Para Schaff, o desenvolvimento das forças de produção seria responsável por duas revoluções técnico-industriais: a do fim do século XVIII teria como resultado um grande aumento da

produtividade do trabalho e a mais recente (que está em andamento) estaria promovendo o desenvolvimento da produção, mas também contribuindo para o fim do trabalho assalariado. Esboçando um prognóstico sombrio, o autor assevera que haverá um desaparecimento paulatino do trabalho e que os homens se envolverão em outras atividades:

Baseio minhas conclusões no pressuposto de que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá gradualmente (isto é, o trabalho que consiste no emprego da própria capacidade em troca de um determinado salário ou seu equivalente sob a forma do preço recebido pelo fruto do trabalho de alguém). Este desaparecimento será uma consequência dos avanços da automação e da robotização produzidos pela revolução da micro eletrônica. Para evitar erros de interpretação. Devemos salientar que a eliminação do “trabalho” (no sentido tradicional da palavra) não significa o desaparecimento da “atividade” humana, que pode adquirir a forma das mais diversas “ocupações” (SCHAFF, 1995, p.42. Grifos do autor).

Verifica-se que, ao prever o desaparecimento do trabalho, Schaff também denuncia, ainda que implicitamente, a abolição das classes sociais (pelo menos da classe trabalhadora), contudo faz uma concessão à classe burguesa, alegando que o fim desta “[...] depende da natureza e do ritmo da mudança social que lhe terá lugar no futuro próximo [...]” (Idem, p.44).

É importante frisar que o autor, embora fale sobre o desaparecimento das classes, não esclarece qual é o destino da propriedade privada. O “estrato social” que poderá ocupar o lugar das classes extintas será formado predominantemente por intelectuais e técnicos:

Provavelmente o lugar destas classes desaparecidas será ocupado por um estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores, que se incumbirão do funcionamento dos progressos da indústria e dos serviços (Idem, p.44-45).

O tom assertivo de Schaff desconsidera a importância da propriedade privada dos meios de produção na sociedade capitalista, uma vez que a ciência e a técnica aparecem, para ele, como substitutas à altura. Ao desposar esta tese, o autor nega toda e qualquer formulação que tenha a luta entre as classes como eixo de suas preocupações.

Claus Offe é outro autor que se posiciona contra o princípio da centralidade do trabalho. Em um texto denominado *Trabalho: a categoria sociológica chave?*³³, o autor observa, a partir de uma análise dos temas de pesquisa *estudados nas ciências sociais contemporâneas* que: “[...] é possível encontrar amplas evidências para a conclusão de que o

³³ Ver, este texto, no livro, de Claus Offe, *Capitalismo desorganizado* (1995).

trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção *não* são tratados como o princípio básico da organização das estruturas sociais [...]”. (OFFE, 1995, p.171. Grifo do autor).

Offe acrescenta que, diante das escolhas temáticas dos pesquisadores sociais contemporâneos, os trabalhos científicos com foco no trabalho se tornam cada vez mais raros e são desenvolvidos apenas por *cientistas conservadores*, muito distanciados da *tradição do materialismo histórico* e da influência da *teoria crítica*.

Para Offe, além da perda da primazia no campo científico, o trabalho enfrenta problemas de natureza moral e subjetiva acarretados por fatores relacionados ao tempo de labor e sua representação na *história da vida das pessoas*. Conforme o autor, essa perda de status do trabalho reflete os fatores apontados acima e se faz traduzir nos seguintes supostos:

(1) Uma continuidade biográfica entre o que alguém está preparado para fazer e o que está realmente fazendo profissionalmente, da mesma forma que uma continuidade ocupacional durante toda a vida produtiva de alguém, hoje já é algo excepcional. (2) Além disso, a proporção do tempo de trabalho na vida de uma pessoa diminuiu consideravelmente; as horas livres também aumentaram e provavelmente vão aumentar mais ainda, o que significa que as experiências paralelas, as orientações e outras necessidades além daquelas baseadas no trabalho estão se tornando proeminentes. (Idem, p.185-186).

Em tom conclusivo, Offe diz que as mudanças ocorridas no mundo contemporâneo produziram, além da perda da importância objetiva que o trabalho tinha na realidade social, a desvalorização do papel que ele desempenhava na subjetividade dos trabalhadores. O autor ainda diz que os resultados a que chegaram as pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais, evidenciam a existência de uma *crise da sociedade do trabalho*.

Na defesa da tese da sociedade informacional, despontam autores como Jean Lojkine e Manuel Castells. Lojkine, em *A revolução informacional*, publicado originalmente na França, em 1992, e, depois, no Brasil, em 1995, vê no aparato tecnológico o fator preponderante para a superação da sociedade mercantil. Segundo o autor, a informação, por sua natureza imaterial, jamais seria transformada em mercadoria e, por isto mesmo, se constituiria no elemento fundante da sociedade pós-mercantil. Lojkine ilustra esse pensamento com a seguinte passagem:

A revolução *informacional* [...] está em seus primórdios. Ela é, primeiramente, uma revolução tecnológica de conjunto, que se segue à revolução *industrial* em vias de

terminar. Mas é muito mais que isto: constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização *pós-mercantil* [...]. (LOJKINE, 1995, p.11. Grifos do autor).

Assim, ver-se que a *revolução informacional* atinge, em um primeiro momento, a esfera material da produção. Porém, o autor adverte que cada vez mais os trabalhadores manuais buscam adquirir aptidões que os conduzam à gestão da produção: [...] os novos meios informáticos de trabalho abrem uma nova era na história da humanidade: a da objetivação, pela máquina, de funções abstratas, reflexivas, do cérebro – não mais funções cerebrais ligadas à atividade da mão. (Idem, p.63-64).

Lojkine acrescenta que esses trabalhadores se veem livres para o uso do “[...] terceiro nível da inteligência humana – o da lucidez e da concepção de objetivos”. (Idem, p.66).

Na concepção do autor, a sociedade pós-mercantil aboliria a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, bem como a divisão social baseada em classes. Conseqüentemente, o proletariado perderia seu posto de sujeito revolucionário, sendo substituído por *todos*: trabalhadores e patrões.

O autor também minimiza a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo. Para ele, essa redução de significado deve-se ao processo de interpenetração entre produção e informação, constituindo-se como característica marcante da *revolução informacional*. Assim, Lojkine ratifica a sua tese, com o trecho que se segue:

[...] o engenheiro-chefe da oficina, o novo agente de controle ou o condutor de instalação automatizada são, simultaneamente, produtivos e improdutivos [...]. Os trabalhadores produtivos começam a participar do trabalho improdutivo – e isto será potencialmente revolucionário na nova mutação tecnológica. (Idem, p.280).

Diante do embaralhamento feito por Lojkine, no que tange à identificação entre trabalhador produtivo e improdutivo, é preciso recorrer a Marx para que este embaraço seja dirimido. Conforme o autor alemão, “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à autoexpansão do capital.” (MARX, 1994, p.584). Assim, a qualificação do trabalhador como produtivo ou improdutivo não está relacionada ao papel que ele desempenha, mas à relação social de produção, da qual ele faz parte, que o torna produtor de mais-valia.

Em outro texto importante, Marx retoma esta explicação, demonstrando como funciona a produção capitalista:

O processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago. [...] Do que precede resulta que o ser *trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si e para si não tem absolutamente nada que ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta. [...] Por isso, um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser produtivo ou improdutivo. (MARX, 2004, p.115. Grifos do autor).

Voltando a Lojkine, com sua falta de discernimento ao tratar a *revolução informacional* como uma força material e a informação como algo imaterial, é preciso, mais uma vez, buscar apoio em Marx para que se supere esta ambiguidade. Para o autor alemão, este dualismo não se sustenta, pois a “[...] produção de ideias, de representações [...] está diretamente entrelaçada com a atividade material [...].” (MARX, 1993, p.36).

Verifica-se, pois, que a argumentação de Lojkine inscreve-se no campo do conservadorismo e, portanto, na defesa do *status quo* vigente. Acrescente-se a isso que a formulação do autor não colabora para a elucidação das contradições entre capital e trabalho, no mundo atual, muito menos para a superação da formação social capitalista.

Como já foi mencionado, Manuel Castells integra o elenco de autores que advogam a tese da existência da *sociedade informacional*. Conforme o autor, no primeiro volume da trilogia *A sociedade em rede*, publicada na década de 1990, a nova organização global deve-se, em larga medida, à presença do modelo *informacional*³⁴ adotado pela sociedade capitalista, a partir dos anos 1970.

Com isto, depreende-se que depois desta data, formou-se uma nova estrutura social vinculada a uma nova forma de desenvolvimento bem diferente daquela que se baseava no modelo industrial. Para Castells, enquanto

[...] o industrialismo é voltado para o crescimento da economia, isto é, para a maximização da produção; o informacionismo visa o [sic] desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimento e maiores níveis de complexidade do processamento da informação. (CASTELLS, 2002, p.54).

³⁴ Para Castells, “[...] o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico.” (CASTELLS, 2002, p.65).

Ver-se, neste argumento do autor, a estreita relação entre o desenvolvimento tecnológico e o modelo *informacional*. Buscando destacar os principais aspectos que constituem esse modelo, Castells apresenta os seguintes elementos:

1. A informação é sua matéria-prima;
2. [...] todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados [...] pelo novo meio tecnológico;
3. A *lógica de redes* [é implantada] em qualquer sistema [...] usando [as] tecnologias da informação;
4. [...] o paradigma da tecnologia da informação é baseado na *flexibilidade*;
5. [Há uma] crescente *convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado* [...]. (Idem, p.108-109. Grifos do autor).

Essas tecnologias da informação são, na expressão de Castells, o fator responsável pela transformação da economia mundial em economia global. Segundo o autor, enquanto a primeira caracteriza-se por uma “[...] acumulação de capital [que] avança por todo o mundo desde o século XVI.” (Idem, p.142), a segunda “[...] é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária” (Idem, ibidem. Grifo do autor).

Ainda se referindo à economia global, Castells afirma que ela também se faz sentir na divisão internacional do trabalho. Para o autor, a geografia econômica do mundo teria sido desconfigurada por fatores como a regionalização, a assimetria e a integração seletiva. Assim, binômios como centro/periferia, desenvolvidos/em desenvolvimento, etc., haveriam perdido o sentido.

O mercado de trabalho é outra esfera social atingida pela economia global. Conforme o autor, os fatos e as tendências arrolados a seguir, precisam ser observados:

1. o emprego rural está sendo eliminado pouco a pouco;
2. o emprego industrial continuará a declinar, embora em ritmo mais lento, sendo reduzido aos elementos principais da categoria de artífices e trabalhadores do setor de engenharia. A maior parte do impacto da produção industrial sobre o emprego será transferida aos serviços voltados para a indústria;
3. os serviços relacionados à produção, bem como à saúde e à educação lideram o crescimento do emprego em termos percentuais, também se tornando cada vez mais importantes em termos de números absolutos;
4. o emprego dos setores varejista e de serviços continuam a engrossar as fileiras de atividades de baixa qualificação na nova economia. (Idem, p.288).

O que se ver, neste desenho feito por Castells, é, em primeiro lugar, uma caracterização do desemprego estrutural que se alastra na sociedade atual; em segundo, a

preponderância dos empregos não-qualificados frente a setores emergentes, como saúde e educação; e, em terceiro, o dualismo representado por uma força de trabalho permanente que se confronta constantemente com trabalhadores flexíveis.

Acrescente-se, ainda, a semelhança que há entre a formulação de Castells e a tese de Daniel Bell. Ambos apontam a primazia do setor de serviços no mercado de trabalho e consideram o conhecimento como peça-chave da sociedade pós-industrial.

Embora haja algumas divergências de natureza teórica entre os autores contemporâneos, aqui analisados, evidencia-se uma matriz ideológica que os faz convergir em vários pontos.

Há, primeiramente, a concordância de que o desenvolvimento tecnológico alterou as relações sociais de produção, a ponto de suprimir o trabalho. *Mutatis mutandis*, observa-se aqui uma verdadeira fetichização da tecnologia.

Verifica-se também o enaltecimento do papel do conhecimento na sociedade, de modo que as mudanças sociais seriam consequências do trabalho informacional. O equívoco, aqui manifesto, consiste em acreditar que a incrementação do aparato de informações se traduz em modificações na estrutura da sociedade capitalista.

Além disto, como consequência das mudanças ocorridas, acredita-se que há uma demanda generalizada por educação, visto que as novas necessidades da *sociedade informacional* requerem indivíduos aptos para o trabalho, com domínio sobre as novas tecnologias. O foco na educação nada diz sobre o percurso de vida dos estudantes, sobre a qualidade dos conhecimentos e das instituições escolares.

A propagação das teorias acima analisadas demonstra que o capital encontrou nelas uma forma privilegiada para legitimar-se na sociedade atual. Embora se fale constantemente no fim das ideologias³⁵, percebe-se o quanto elas fazem parte do cotidiano das pessoas e contribuem para a configuração da formação social capitalista.

A propósito, Mészáros, em polêmica com autores que veem a ideologia como *ilusão*, fácil de ser abandonada *no mundo contemporâneo*, diz:

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada

³⁵ Ver, a este respeito, os livros de Daniel Bell (*O fim da ideologia*, 1980) e de Francis Fukuyama (*O fim da história o último homem*, 1992).

e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2004, p.65. Grifos do autor).

É de se notar que a ideologia não flutua no ar. As percepções dos atores sociais, numa sociedade de classes, são sempre fomentadas pela estrutura material da sociedade. Assim, para Mézáros: “Sem se reconhecer a determinação das ideologias pela época como a *consciência social prática das sociedades de classe*, a estrutura interna permanece completamente ininteligível. (Idem, p.67. Grifo do autor)”.

Feita esta consideração, Mézáros apresenta três diferentes formas de manifestação da ideologia, com seus respectivos efeitos na ordem social:

- (1) A primeira apoia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e exaltando a forma vigente do sistema dominante – por mais que seja problemático e repleto de contradições – como o *horizonte absoluto* da própria vida social.
- (2) A segunda, exemplificada por pensadores radicais como Rousseau, revela acertadamente as irracionalidades da *forma específica* de uma anacrônica sociedade de classes que ela rejeita a partir de um novo ponto de vista. Mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social – igualmente determinada pela classe, ainda que seja historicamente mais evoluída.
- (3) E a terceira, contrapondo-se às duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classe, propondo, como objetivo de sua intervenção prática consciente a superação de todas as formas de antagonismo de classe. (Idem, p.67-68. Grifos do autor).

A análise das teorias legitimadoras do capital mostra que há, unificando-as, uma visão de mundo, cujo foco está dirigido para a *naturalização* das mudanças ocorridas na sociedade atual. Essa forma de justificação procura, por vários meios – dentre eles, a filosofia, a economia, e a sociologia – legitimar o modelo de organização social vigente, evitando a manifestação das contradições inerentes à formação social capitalista contemporânea.

Nesta perspectiva, embora se fale no fim da ideologia, como faz Daniel Bell, observa-se na atualidade, a sua persistência como uma forma de consciência que dá sustentação à formação social vigente. Neste sentido, Mézáros diz:

[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e

sustentada. Como tal, não pode ser superada *nas sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seres principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (Idem, p.65. Grifos do autor).

Mészáros (2004) acrescenta a ideia de que a divisão das sociedades internamente leva a um duplo posicionamento das principais ideologias: ora se apresentam como “totalizadoras”, na justificação do status quo, ora aparecem como “alternativas” a outras visões do mundo.

Importa destacar que, para o autor, nem mesmo “formas positivas” de compreensão dos fatores que levam ao embate social estão isentas da influência de sua posição de classes. Conforme Mészáros, somente o terceiro posicionamento ideológico pode buscar uma saída para por fim aos limites impostos por uma “consciência social” fragmentada.

Diferentemente de Mészáros, De Masi (2000, p.75) “naturaliza” as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, de forma acrítica e cínica: “Ora, nós, que estamos no meio de uma mudança de época, chamamos a nossa cultura de ‘pós-moderna’”. Do mesmo modo que a sociedade ‘pós-industrial’ vem depois da sociedade ‘industrial’ (Grifos do autor).

Em outro livro, *A sociedade pós-industrial* (1999), De Masi chega ao ápice do seu papel como ideólogo. Para o autor,

[...] não é a realidade que está em crise e sim nosso modo de compreendê-la e de avaliá-la: como as categorias mentais assimiladas da época industrial não podem mais nos explicar o que está acontecendo, somos induzidos a desconfiar do que está acontecendo e a perceber o advento do futuro como crise do presente. Na realidade, a sensação de crise é uma crise de modelos interpretativos, é uma resistências às mudanças causada pelo fosso cultural, fazendo com que nossas atitudes e nossos comportamentos derivem de categorias sedimentadas no decorrer dos séculos rurais e industriais, profundamente arraigadas em nossa personalidade e dificilmente substituíveis a curto prazo. (DE MASI, 1999, p.28).

Com efeito, é preciso destacar, com o auxílio de Mészáros (2004), as distorções cometidas por De Masi. Em primeiro lugar, uma crise na esfera ideológica de uma sociedade não se restringe ao plano das ideias; depois a desvinculação dos modelos explicativos da crise

da verdadeira crise histórica é uma maneira de escamotear o caráter legitimador da formulação *demasiana*.

Assim como em De Masi, há, nos outros autores analisados, uma crença no papel redentor do desenvolvimento tecnológico. Para muitos deles, as mudanças no aparato técnico-científico seriam capazes de abolir as contradições mais arraigadas, bem como de, em consequência, levar à supressão das classes sociais.

Este posicionamento ideológico encontra-se muito próximo daquilo que preconizam as filosofias pós-modernas ao se voltarem para a negação da realidade histórica e das formas de conhecimento dessa realidade. Estabelecendo uma aproximação entre a sociedade “pós-moderna” e alguns modelos sociais estudados anteriormente, Kumar afirma:

A sociedade pós-moderna é [...] bem congruente, se não idêntica, à sociedade pós-fordista, à sociedade de informação e ao capitalismo “tardio” ou “desorganizado” encontrado em algumas teorias. Embora muitos desses teóricos nada queiram com conceitos de pós-modernidade, eles provavelmente não achariam a que objetar [...]. O que torna o pós-modernismo [...] diferente com o enfoque é que ele transcende [...] aspectos conhecidos para fazer alegações abrangentes e, para muitas pessoas, chocantes sobre a própria natureza da sociedade e da realidade objetiva. Faz afirmações não só sobre a nova sociedade ou a realidade social, mas sobre nossa maneira de compreender a própria realidade. Passa da história e da sociologia para questões filosóficas sobre verdade e conhecimento (KUMAR, 1997, p.133).

Torna-se evidente, pelo que se depreende da passagem anterior, que a análise da perspectiva pós-modernista se faz necessária no contexto desse trabalho, pois tal perspectiva envolve uma gama de temas circulantes na sociedade contemporânea e, por este motivo não deve ser desconsiderada em um estudo que trata de educação, notadamente das influências filosóficas, sociológicas e econômicas que se fazem presentes na política educacional do Brasil.

4 PÓS-MODERNISMO, RELATIVISMO E NEOPRAGMATISMO: SEUS INFLUXOS SOBRE A EDUCAÇÃO

A crise que acomete o mundo nas últimas décadas tem propiciado um amplo debate acerca das mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea. Esse debate tem por foco a ideia de que essa crise não encontra precedentes históricos e que configura-se como a “crise da sociedade moderna”. Neste sentido, a “crise da modernidade” tem se constituído como objeto de análise de diferentes correntes teóricas que buscam explicá-la por meios, muitas vezes, diversos.

Dentre essas correntes, figura o pensamento pós-moderno como manifestação intelectual da nova formação social que se erige em contraposição à modernidade. Essa nova ordem, chamada de “condição pós-moderna”, se caracterizaria por mudanças significativas nas esferas econômicas, sociais e políticas, sendo o pensamento pós-moderno sua expressão no plano cultural e o maior responsável pela difusão de ideias antimodernas.

4.1 O pós-modernismo e o discurso do fim dos metarrelatos: a ciência em xeque

As expressões pós-modernas, pós-modernidade e pós-modernismo são polissêmicas e podem ser utilizadas em diferentes contextos: no campo da estética, se refere a algumas manifestações da arte contemporânea; no campo científico-filosófico, privilegia novas temáticas e novas epistemologias; e no campo econômico e político, procura compreender as transformações que ocorrem na sociedade. Em todos estes campos, todavia, as aludidas expressões denotam uma ruptura com a modernidade.

A depender das perspectivas teóricas seguidas pelos estudiosos do tema, percebem-se, pelo menos, dois posicionamentos com relação à pós-modernidade. Se por um lado, há aqueles que defendem a ideia de que a modernidade chegou ao fim e, com ela desapareceram noções muito importantes para a ciência moderna como: verdade, objetividade e totalidade, por outro, há os autores que criticam essa posição teórico-metodológica, apontando várias incongruências no pensamento pós-moderno.

É como reação à modernidade ou como recrudescimento de uma ideia inicial de modernismo que a noção de pós-moderno aparece na pena do historiador britânico Perry Anderson. Conforme o autor,

[...] a ideia de um “pós-modernismo” surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes de seu aparecimento na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Foi um amigo de Unamuno e Ortega, Federico e Onís, quem imprimiu o termo *postmodernismo*. Usou para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo [...] (ANDERSON, 1999, p.9-10. Grifos do autor).

Em carta ao também poeta Robert Creeley, ao retornar da península de Yucatán, no verão de 1951, Charles Olson começa falando de um mundo “pós-moderno”, posterior à era imperial dos Descobrimentos e da Revolução Industrial. “A primeira metade do século XX”, dizia mais adiante, foi “o pátio de manobras em que o moderno virou isso que temos, o pós-moderno, ou pós-Occidente” (Idem, p.12-13. Grifos do autor).

No final dos anos 50, quando o termo reapareceu, fora apropriado por outras mãos – mais ou menos casuais – com indicação negativa do que era *menos*, não mais, moderno. Em 1959, C. Wright Mills e Irving Howe o empregaram nesse sentido – e não por coincidência: ambos pertenciam ao mesmo ambiente de esquerda nova-iorquino (Idem, p.18. Grifo do autor).

Um ano depois, inspirando-se no uso que dela fez Toynbee, Harry Levin deu à ideia de formas pós-modernas um contorno mais agudo, para descrever uma literatura derivada que havia renunciado aos rígidos padrões intelectuais do modernismo de uma relaxada meia síntese – sinal de uma nova cumplicidade entre o artista e o burguês numa suspeita encruzilhada de cultura e comércio. Aí tem início uma versão inequivocamente pejorativa do pós-moderno (Idem, p.19).

Em 1969, a versão de Fiedler para o pós-moderno podia ser vista, no seu apelo à emancipação do vulgar e à liberação dos instintos, como um eco prudentemente despolitizado da insurreição estudantil da época [...] (Idem, *ibidem*).

Com efeito, o uso da expressão pós-moderno, ou de seus correlatos, se deu de forma eventual e com terminologia variada. Conforme o autor, em que pese a história da utilização do termo, a “noção de pós-moderno” só adquiriu maior consistência a partir da década de 1970.

Anderson (1999, p.31) afirma que a primeira obra filosófica a adotar a noção de pós-moderno foi *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard. Segundo o autor britânico, Lyotard teria associado o surgimento da pós-modernidade à existência da sociedade pós-industrial, tematizada por Alain Touraine e Daniel Bell (ver capítulo 2), cuja maior importância econômica residiria na posse do conhecimento. Lyotard (2008) assevera que a “idade pós-industrial”, iniciada no final da década de 1950, teria realizado mudanças importantes no campo do saber, de modo que a pesquisa e a transmissão de conhecimentos seriam atingidas de forma definitiva. Utilizando-se de outras palavras, o autor confirma o que foi dito:

Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-

moderna. Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução (LYOTARD, 2008, p.3).

Para Lyotard, a mudança de estatuto do saber leva a ciência a perder sua primazia e a transforma em um jogo de linguagem, sem maior relevância, frente a outras formas de conhecimento que buscam compreender a realidade social. O autor corrobora esta ideia ao dizer que:

Em vez de serem difundidos em virtude do seu valor “formativo” ou de sua importância política (administrativa, diplomática, militar), pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes da moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar como no caso da moeda, “conhecimentos de pagamento/conhecimentos de investimento”, ou seja: conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana (reconstituição da força de trabalho, “sobrevivência”) *versus* créditos de conhecimentos com vistas a otimizar as *performances* de um programa (Idem, p.7. Grifos do autor).

Mais adiante, ao tratar do processo de deslegitimação dos metarrelatos, Lyotard discute os dois principais sustentáculos da ciência do século XX: a especulação e a emancipação. A respeito da especulação, o autor se manifesta da seguinte forma:

O dispositivo especulativo encerra inicialmente uma espécie de equívoco em relação ao saber. Ele mostra que este não merece seu nome a não ser que se reponha [...] na citação que ele faz dos seus próprios enunciados no seio de um discurso de segundo nível (autonímia) que os legitima. Isto significa que, em sua imediaticidade, o discurso denotativo, que versa sobre um referente (um organismo vivo, uma propriedade química, um fenômeno físico, etc.) não sabe na verdade o que ele acredita saber. A ciência positiva não é um saber (Idem, p.70).

No que tange à emancipação, ele afirma:

[...] seu poderio intrínseco de erosão não é menor do que aquele que opera no discurso especulativo. Mas ele se refere a um outro aspecto. Sua característica é a de fundamentar a legitimidade da ciência, a verdade, sobre a autonomia dos interlocutores engajados na prática ética, social e política. Ora, esta legitimação [...] constitui de imediato um problema: entre um enunciado denotativo de valor cognitivo e um enunciado prescritivo de valor prático, a diferença é de pertinência, portanto de competência. Nada prova que, se um enunciado que descreve uma realidade é verdadeiro, o enunciado prescritivo que terá necessariamente por efeito modificá-la, seja justo (Idem, p.72).

Prosseguindo com a análise da ciência do século XX, Lyotard declara que está ocorrendo uma transição para a “ciência pós-moderna” e apresenta exemplos tirados das pesquisas realizadas nos campos da física e da matemática que, segundo ele, comprovam aquela transitoriedade:

A ideia que se tira destas pesquisas (e de muitas outras) é de que a preeminência da função contínua de derivada como paradigma do conhecimento e da previsão está em vias de desaparecer. Interessando-se pelos indecidíveis, nos limites da precisão do controle, pelos quanta, pelos conflitos de informação não completa, pelos “fracta”, pelas catástrofes, pelos paradoxos paradigmáticos, a ciência pós-moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz, não o conhecido, mas o desconhecido. E sugere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor performance, mas o da diferença compreendida como paralogia (Idem, p.107-108. Grifo do autor).

Ao examinar esta passagem, contida no capítulo 13 (“A ciência pós-moderna como pesquisa de instabilidade”), do supracitado livro de Lyotard, os professores de física Alan Sokal e Jean Bricmont advertem que Lyotard não fundamenta suas conclusões e cria complicações com o uso de conceitos pertencentes à física e à matemática:

Lyotard mistura pelo menos seis ramos da matemática ou da física, que estão conceitualmente muito distantes uns dos outros. Além do mais, ele confundiu a introdução de funções não-deriváveis (ou mesmo descontínuas) nos modelos científicos com uma pretensa evolução “descontínua” ou mesmo “paradoxal” da própria ciência. As teorias citadas por Lyotard produzem, é claro, novo conhecimento, mas sem alterar o significado desta palavra. *A fortiori*, produzem o conhecimento e não o desconhecido (exceto no sentido corriqueiro de que novas descobertas abrem novos problemas). Finalmente, o “modelo de legitimação” continua a ser a confrontação das teorias com observações e experiências, não uma “diferença entendida como paralogia” (seja, o que for que isto possa significar). (SOKAL; BRICMONT, 1999, p.138. Grifo do autor).

Lyotard também trata da transmissão do saber. Para o autor, o foco do ensino deve se voltar para o “desempenho do sistema social”, procurando “[...] formar as competências que são indispensáveis a este último” (Idem, p.88). Neste sentido, o autor define o papel da pedagogia que, segundo ele, não deverá se preocupar com a transmissão de conteúdos, mas com:

[...] o uso dos terminais, isto é, de novas linguagens por outro lado, e, por outro, um manejo mais refinado deste jogo de linguagem que é a pergunta: onde endereçar a questão, isto é, qual a memória pertinente para o que se quer saber? Como formulá-la para evitar os equívocos, etc. Nesta perspectiva, uma formação elementar em informática e particularmente em telemática deveria fazer parte obrigatoriamente de uma propedêutica superior, do mesmo modo que a aquisição da prática corrente de uma língua estrangeira, por exemplo (Idem, p.92).

Ver-se, pois, que a posição do autor guarda um estreito laço com o princípio educacional do “aprender a aprender”³⁶ uma vez que o conhecimento e os conteúdos perdem sua validade diante da rápida mudança da “sociedade da informação”, importando, tão somente, a apreensão dos métodos.

Outro autor pós-modernista que lança mão da terminologia científica dos campos da física e da matemática é Jean Baudrillard. O uso de tal terminologia, conforme Sokal e Bricmont (1999, p.150), não confere ao autor os fundamentos necessários para alicerçar a sua elaboração teórica. Em seu texto *Instabilidade e estabilidade exponenciais*, Baudrillard afirma que a ciência foge à sua própria lógica à medida que a relação causa/efeito desaparece frente à desordem acarretada pelo fluxo dos acontecimentos:

Todo o problema de se falar sobre o fim (particularmente o fim da história) é que se tem de falar sobre o que está além do fim e também, ao mesmo tempo, sobre a impossibilidade de haver final. Este paradoxo tem origem no fato de que num espaço não-linear, num espaço não-euclidiano da história, o fim não pode ser localizado. O fim só é, na verdade concebível numa ordem lógica da causalidade e da continuidade. Ora, são os próprios acontecimentos que, pela sua produção artificial, seu prazo programado ou a antecipação dos seus efeitos – sem mencionar sua transfiguração na mídia -, suprimem a relação causa-efeito e portanto toda a continuidade histórica. Essa distorção de causas e efeitos, essa misteriosa autonomia dos efeitos, essa reversibilidade do efeito sobre a causa, engendrando uma desordem ou uma ordem caótica (exatamente nossa situação atual) [...] fazem lembrar a Teoria do Caos e a desproporção entre o bater das asas de uma borboleta e o furacão que ele desencadeia no outro lado do mundo [...]. Talvez a própria história deva ser olhada como uma formação caótica, na qual a aceleração põe fim à linearidade e a turbulência provocada pela aceleração desvia a história de seu fim, da mesma forma que tais turbulências afastam os efeitos de suas causas (BAUDRILLARD, 1992 apud SOKAL; BRICMONT, 1999, p.150).

No livro *Tela Total* (2005), Baudrillard volta a atacar a ciência do século XX, menosprezando dois dos seus critérios fundamentais: a verdade e a objetividade. Para o autor,

[...] há muito tempo que a informação ultrapassou a barreira da verdade para evoluir no hiperespaço do nem verdadeiro nem falso, pois que aí tudo repousa sobre a credibilidade instantânea. Ou, antes a informação é mais verdadeira que o verdadeiro por ser verdadeira em tempo real – por isso é fundamentalmente incerta [...] logo, nada mais de critérios de verdade ou de objetividade, mas uma escala de verossimilhança (BAUDRILLARD, 2005, p.45).

Prosseguindo com o desmonte da concepção de ciência forjada pelo Iluminismo, Baudrillard investe contra a realidade dos acontecimentos. Conforme o autor, não há mais “o

³⁶ Expressão utilizada por Dewey para designar o ato prático da aprendizagem. Trata-se do hábito adquirido que pode ser posto em prática em outras situações da vida.

social, o político, o histórico e mesmo o moral e a psicologia – só há acontecimento virtual de tudo isso” (Idem, p.61). É, a partir desta perspectiva, que Baudrillard conclui que “[...] o virtual nos pensa, e não o inverso” (Idem, ibidem). O autor arremata este pensamento, dizendo que: “Estamos num mundo onde a função essencial do signo consiste em fazer desaparecer a realidade e ao mesmo tempo colocar um véu sobre esse desaparecimento” (Idem, p.66).

Zygmunt Bauman também se filia ao pensamento pós-moderno. Embora não concorde com a existência de uma condição pós-moderna, o autor fala da pluralidade de formas de vida, da diversidade e da tolerância:

Falando idealmente, no mundo plural e pluralístico da pós-modernidade, toda forma de vida é em princípio permitida, ou melhor, não há princípios acordados evidentes (ou incontestavelmente acordados) que possam tornar qualquer forma de vida não permissível. Uma vez que a diferença deixa de ser uma opressão e não é vista como um problema que exige ação e solução, a coexistência pacífica de formas distintas de vida se torna *possível* em outro sentido que não o do temporário equilíbrio de forças hostis. O princípio da coexistência pode (apenas pode) substituir o princípio da universalização, enquanto o preceito da tolerância pode (apenas pode) tomar o lugar da conversão e da subordinação. Liberdade, igualdade e fraternidade fizeram o grito de guerra da modernidade. *Liberdade, diversidade e tolerância* constituem a fórmula do armistício da pós-modernidade (BAUMAN, 1999, p.110. Grifos do autor).

Verifica-se, nesta passagem, o caráter idealístico da formulação baumaniana. A valorização da diferença e da contingência não garante a liberdade de pensamento, muito menos, uma tomada de posição frente às “leis” estabelecidas pelo mercado.

No livro, *Modernidade Líquida*, publicado no Brasil, em 2001, Bauman afirma que as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, particularmente na esfera pública, têm imprimido um novo padrão de funcionamento da vida social oposto àquele predominante na “modernidade clássica”:

O tipo de modernidade que era o alvo, mas também quadro cognitivo, da teoria crítica clássica, numa análise retrospectiva, parece muito diferente daquele que enquadra a vida das gerações de hoje. Ela parece “pesada” (contra a “leve” modernidade contemporânea); melhor ainda, “sólida” (e não “fluida”, “líquida” ou “liquefeita”); condensada (contra difusa ou “capilar”); e, finalmente, “sistêmica” (por oposição a “em forma de rede”) (BAUMAN, 2001, p.33. Grifos do autor).

Observa-se que para Bauman, a passagem da “modernidade sólida” para a “modernidade líquida” proporciona “transformações” importantes no meio social. O capitalismo da “fábrica fordista” cede lugar a um “capitalismo leve, volátil”. Assim, “O

capital viaja esperançoso, contado com breves e lucrativas aventuras e confiante em que não haverá escassez delas ou de parceiros com quem compartilhá-las” (Idem, p.141).

Nota-se, com efeito, que no pensamento de Bauman não há interesse pelas ações coletivas, pois a “modernidade líquida” não se pauta por normas e valores de classe. A leveza, a fluidez e a flexibilização dissolvem quaisquer tentativas de elaboração de projetos que venham a pôr em xeque o *status quo* da formação social capitalista.

No campo da crítica ao pensamento pós-moderno figuram autores como Jürgen Habermas, Fredric Jameson, David Harvey e Terry Eagleton, sendo os três últimos ligados ao marxismo. Guardadas algumas diferenças quanto à compreensão do cenário mundial atual, todos são formuladores de teorias que propiciam acuradas análises da ordem capitalista contemporânea.

Um dos pioneiros da crítica ao pensamento pós-moderno é Jürgen Habermas. Por ocasião do recebimento do “Prêmio Adorno”, concedido pela cidade de Frankfurt, em 1980, o autor fez a conferência “Modernidade - um projeto inacabado”, na qual se contrapôs aos críticos da modernidade e defendeu o projeto modernizador como algo ainda inconcluso.

Prosseguindo em sua polêmica, Habermas diz que a “[...] pós-modernidade se apresenta decisivamente como uma antimodernidade” e assevera que esta fase:

[...] serve para caracterizar uma tendência emocional, que penetrou em todos os âmbitos da vida intelectual, originando teorias do pós-iluminismo, da pós-modernidade, da pós-história, enfim, um novo conservadorismo (HABERMAS, 1980, p.99-100. In: ARANTES, 1992).

Analisando o contexto em que o pós-modernismo, passou de uma expressão que indicava tendências literárias que procuravam se distanciar do primeiro modernismo para uma manifestação hostil aos fundamentos da arte moderna, o autor faz a seguinte afirmação:

Inicialmente a expressão “pós-moderno” designava novas variantes no interior do amplo espectro da modernidade tardia, isto ao ser aplicada nos Estados Unidos, durante os anos 50 e 60, às correntes literárias que se queriam diferenciar das obras do modernismo inicial. O pós-modernismo só se transformou em grito de guerra afetivamente carregado e diretamente político quando, nos anos 70, duas posições contrárias ganharam força de expressão, de um lado, os *neoconservadores* que gostariam de se livrar dos conteúdos supostamente subversivos de uma “cultura espiritualmente hostil”, em defesa do reavivamento das tradições; de outro, os radicais dentre os *críticos do crescimento econômico*, para os quais a Nova Construção [...] se havia tornado símbolo da destruição provocada pela modernização (Idem, p.127. Grifos do autor).

Para Habermas, o que pesa na diferenciação dos dois momentos em que a expressão pós-moderno foi utilizada é a onda conservadora dos anos 1970 que se fez refletir no mundo das artes e do pensamento.

O primeiro texto de Jameson sobre o pós-modernismo serviu de base para uma conferência pronunciada pelo autor no Whitney Museum (Nova York, EUA), em 1982. Em 1984, esse texto foi transformado no ensaio *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*³⁷.

Considerando a pós-modernidade como um novo período histórico que corresponde a uma nova fase do capitalismo, Jameson assevera:

Cabem aqui algumas palavras sobre o emprego apropriado deste conceito: ele não é apenas mais um termo para a descrição de determinado estilo. É também, pelo menos no emprego que faço dele, um conceito de periodização, cuja principal função é correlacionar a emergência de novos traços formais na vida cultural com a emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica – chamada, frequentemente e eufemisticamente, de modernização, sociedade pós-industrial ou sociedade de consumo, sociedade dos mídia ou do espetáculo, ou capitalismo multinacional (JAMESON, 1985, p.17).

Ver-se que o autor vincula a vida cultural ao aparecimento de uma nova ordem econômica e social protagonizada pela informatização e pela mídia eletrônica, mas não menciona as novas formas de colonialismo que acompanham esse expansionismo global.

No livro, já mencionado em inglês, depois traduzido para o português como, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (2007), Jameson compara a concepção de pós-modernismo apresentada por ele, como uma lógica cultural, a outras que negligenciam as bases históricas da sociedade contemporânea que possibilitam a emergência do “fenômeno”:

A concepção de pós-modernismo aqui esboçada é uma concepção histórica e não meramente estilística. É preciso insistir na diferença radical entre uma visão de pós-modernismo como um estilo (opcional) entre muitos outros disponíveis e uma visão que procura apreendê-lo como a dominante cultural da lógica do capitalismo tardio. Essas duas abordagens, na verdade, acabam gerando duas maneiras muito diferentes de conceituar o fenômeno como um todo: por um lado, julgamento moral (não importa se positivo ou negativo) e, por outro, tentativa genuinamente dialética de se pensar nosso tempo presente na história (JAMESON, 2007, p.72).

É relevante dizer que a expressão “capitalismo tardio”, utilizada por Jameson deriva da denominação que Ernest Mandel formulou para qualificar a fase de

³⁷ Trata-se do título do ensaio de Jameson no original em inglês.

desenvolvimento capitalista posterior à época imperialista. Para um melhor esclarecimento deste pormenor, faz-se necessária uma digressão para tratar da compreensão de Mandel acerca do desenvolvimento capitalista após a 2ª Guerra Mundial.

Mandel (1982) assegura que o desenvolvimento capitalista acompanha as diversas mudanças que ocorrem na tecnologia e no processo produtivo, perfazendo uma trajetória evolutiva, porém marcada por três rupturas importantes: a inserção da máquina a vapor na produção, por volta de 1848; a introdução de motores de combustão e de eletricidade, no final do século XIX; e a presença de engenhos eletrônicos na indústria, a partir da década de 1940.

Com base neste roteiro histórico traçado por Mandel, Jameson elaborou uma periodização cultural que encontra equivalência no roteiro mandeliano. Assim, à primeira fase destacada pelo autor belga, corresponderia o *realismo*; à segunda, o *modernismo*; e, à terceira, o *pós-modernismo*. É nessa perspectiva que Jameson, resenhando Mandel, afirma que o capitalismo tardio está vinculado à terceira fase do desenvolvimento do capitalismo e apresenta como característica marcante uma substancial diferença com relação ao imperialismo. Para o autor, dentre os aspectos que tipificam o capitalismo tardio, destacam-se:

[...] a nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica vertiginosa das transações bancárias internacionais e das bolsas de valores (incluindo as imensas dívidas do Segundo e do Terceiro Mundo), novas formas de inter-relacionamento das mídias (incluindo os sistemas de transportes com a containerização), computadores e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo, ao lado das consequências sociais mais conhecidas, incluindo a crise do trabalho tradicional, a emergência dos *yuppies* e a aristocratização em escala agora global (Idem, p.22-23).

Em arremate ao que foi estudado sobre a concepção de Jameson acerca do pós-modernismo, é importante destacar alguns aspectos constitutivos deste fenômeno sociocultural:

- O desaparecimento do sujeito individual;
- A ascensão do pastiche e do simulacro como formas de expressão artística;
- A crise da historicidade e a valorização do presente;
- A preferência pelo espaço em detrimento da temporalidade. (Idem, p.43-63).

Jameson é alvo de alguns críticos, notadamente daqueles que não concordam com a sua visão a respeito dos três estágios culturais que correspondem a três fases distintas do

desenvolvimento do capitalismo (Mike Davis, 1993) e de outros que se queixam da ausência do conceito de contradição na obra do autor (Warren Montag, 1993). Se para o primeiro autor,

[...] (o) conceito de três estágios do capital e dos três estágios da cultura burguesa pode afigurar-se a alguns como o violento retorno do essencialismo e do reducionismo [...]. (E) mesmo que ponhamos de lado a questão de determinar se Jameson esta funcionando como uma espécie de Lukács fracassado, há dificuldades incontornáveis no estabelecimento de um “encaixe” inicial entre o pós-modernismo e o conceito mandeliano de estágio capitalista tardio (DAVIS, 1993, p.108).

Para o segundo,

Em seu desejo de escapar às teorias da diferença e da desordem aleatórias, Jameson abraça uma teoria da dominação sem resistência ou revolta, e uma teoria do desenvolvimento capitalista desprovida de desigualdade ou de contradições (MONTAG, 1993, p.125).

Percorrendo a mesma esteira de Jameson, Harvey (1993) reuniu uma plêiade de elementos para formular a sua interpretação da “condição pós-moderna” e do pós-modernismo. Conforme o autor, ao longo dos anos, o capitalismo passou por grandes transformações, a exemplo da Revolução Industrial do final do século XVIII, da denominada Segunda Revolução Industrial, ocorrida no ocaso do século XIX e da “revolução” informática e telemática que ocorre nos dias atuais. Apoiando-se na Teoria da Regulação³⁸, Harvey vê uma intrincada conexão entre o aparecimento de relações flexíveis no trabalho e a promoção de formas artístico-culturais pós-modernas. Segundo o autor, as transformações verificadas no âmbito da produção capitalista interferiram no consumo e na criação de necessidades novas, tanto da vida material quanto cultural. Neste sentido, Harvey assegura que:

A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidade fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, op. cit. p.148).

Seguindo esta perspectiva, o autor também considera as mudanças ocorridas no mundo da materialidade como responsáveis pelas modificações das noções de tempo e espaço. Para Harvey, a aceleração do ritmo de produção leva à diminuição do tempo de giro

³⁸ Trata-se de uma importante abordagem das alterações ocorridas nas fases de expansão e crise do capitalismo. De Origem francesa, a Escola da Regulação sofre influências do marxismo, do keynesianismo e do pensamento kaleckiano.

do capital, assim como a formação do mercado global, com a suspensão de barreiras alfandegárias, tem contribuído para a compressão do espaço.

O uso da expressão “compressão do tempo-espaço” é justificado, pelo autor, com as seguintes palavras:

Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionaram as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo, para nós mesmos. Uso a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós (op. cit., p.219).

Nesta passagem, percebe-se o foco principal da argumentação de Harvey: as transformações no mundo material e cultural dariam origem a uma condição histórica chamada pelo autor de pós-moderna.

Outro autor, cujo pensamento é importante para o entendimento do pós-modernismo, é o britânico Terry Eagleton. As contradições entre o capitalismo e a cultura constituem um dos seus temas preferidos. Neste sentido, Eagleton diz que na sociedade contemporânea os sujeitos são formados pelos resquícios dos antigos preceitos do liberalismo e pelos atuais valores da sociedade e do consumo. Além disso, no capitalismo tardio, teria ocorrido uma “estetização” generalizada da cultura, semelhante à que ocorrera na época do fascismo:

A completa estetização da sociedade chegara a uma apoteose grotesca, por alguns instantes, no fascismo, com sua coorte de mitos, símbolos e espetáculos orgiásticos, sua expressividade repressiva, seus apelos à paixão, à intuição racial, ao julgamento instintivo, à sublimidade do auto sacrifício e à pulsação do sangue. Mas, nos anos do pós-guerra, uma forma diferente de estetização viria saturar toda a cultura do capitalismo tardio, com seu fetichismo do estilo e da superfície, seu culto do hedonismo e da técnica, sua reificação do significante e o deslocamento do significado discursivo por intensidades casuais. Em seus primeiros estágios, o capitalismo havia separado claramente o simbólico do econômico; agora, as duas esferas estão incongruentemente reunidas, à medida que o econômico penetra profundamente no reino do simbólico e o corpo libidinal é atrelado aos imperativos do lucro. Estamos agora, assim nos dizem, na era do pós-modernismo (EAGLETON, 1993, p.269).

Em um texto publicado em 1985, no qual o autor discute as formas de subjetivação existentes na sociedade capitalista contemporânea, Eagleton fala de um sujeito fragmentado que comporta ao mesmo tempo o “ideal oficial do sistema e uma rede difusa de laços libidinais passageiros”:

O sujeito do capitalismo tardio [...] não é apenas o agente sintético autorregulador postulado pela ideologia humanista clássica, nem simplesmente uma descentrada rede de desejos, mas um contraditório amálgama de ambos (EAGLETON, 1985, p.67).

Deste modo, o autor entende que essa “dupla subjetividade” é de fundamental importância para a manutenção da formação social, apesar da contradição entre a esfera político-ideológica e o mundo da produção.

No livro *As ilusões do pós-modernismo*, Eagleton estabelece uma diferença básica entre as noções de “pós-modernidade” e “pós-modernismo”. Conforme o autor, enquanto a primeira é:

[...] uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. {e também} vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades (EAGLETON, 1998, p.7).

A segunda refere-se a:

[...] um estilo de cultura que reflete um pouco (a mudança que ocorre) [...] por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, autorreflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre a cultura “elitista” e a “cultura popular”, bem como entre a arte e a experiência cotidiana (Idem, ibidem).

Vale destacar que a clivagem apontada por Eagleton para distinguir “pós-modernidade” de “pós-modernismo” é suplantada pela adoção, por parte do autor, da expressão “pós-modernismo” que, segundo ele, é mais corriqueira e envolve as duas “coisas”, de modo que prevalece a proximidade existente entre elas.

Ao falar sobre as sociedades capitalistas avançadas, Eagleton chama a atenção para a “miopia” dos pensadores pós-modernos. Para o autor, o antielitismo propugnado por eles não leva em consideração o papel assumido pelo mercado. É o mercado que “[...] nivela todas as distinções, deturpa todas as gradações e esconde todas as distinções do valor de uso sob a igualdade abstrata do valor de troca” (Idem, p.95).

O tema das contradições existentes no pós-modernismo também não escapa à pena de Eagleton. Conforme o autor, as sociedades do capitalismo avançado se caracterizam por “[...] serem tanto libertárias como autoritárias, tanto hedonistas como repressoras, tanto múltiplas como monolíticas” (Idem, p.127). Para o autor, as ambiguidades do pós-

modernismo se adequam muito bem a essa contradição: oposição política versus cumplicidade econômica (Idem, p.128).

Entre os pensadores marxistas que criticam o pós-modernismo também comparecem a norte-americana Ellen Meiksins Wood e o brasileiro Celso Frederico. Preocupados com o suposto fracasso do projeto iluminista, os autores discutem o papel da “ciência pós-moderna”, observando a sua pseudocientificidade e seu horror à razão.

Wood, em um texto denominado *O que é a agenda pós-moderna* (1999), trata de alguns princípios presentes no pensamento pós-modernista, todos subordinados ao fio condutor da fragmentação do mundo e do conhecimento. Para a autora,

O que de imediato chama a atenção é que o pós-modernismo, que parece combinar tantos aspectos de diagnósticos anteriores sobre o declínio de épocas, mostra-se extraordinariamente inconsciente de sua própria história [...]. Até mesmo o ceticismo epistemológico, o ataque às verdades e valores universais, o questionamento da identidade própria, partes tão importantes dos modismos intelectuais correntes, têm uma história tão antiga quanto a filosofia. Em especial o sentido pós-moderno de novidade que marca uma época depende de ignorarmos, ou negarmos, uma realidade histórica esmagadora: a unidade “totalizante” do capitalismo, que costurou todas as rupturas memoráveis ocorridas neste século (WOOD, 1999, p.13-14).

Verifica-se que, nesta passagem, Wood critica não só os racionalismos veiculados pelos autores pós-modernistas em suas investidas contra os valores do Iluminismo, mas também a sua ojeriza à história demonstrada por meio da negação do conhecimento acumulado.

Celso Frederico, em uma conferência pronunciada na Universidade Estadual do Ceará, em 1996, depois transformada em artigo da *Revista Serviço Social e Sociedade*, assevera que a fragmentação, característica marcante do pós-modernismo tem suas raízes na segmentação causada pelo novo modelo de produção capitalista – “a produção flexível”. Nesta perspectiva, o autor observa a presença de fragmentação em diversos momentos da vida social:

- a) *fragmentação no interior da indústria* para se atingir a produção flexível;
- b) *fragmentação no mercado* através da passagem da produção em massa para a produção de artigos “diferenciados”, objetivando atender às expectativas de um mercado consumidor segmentado;
- c) *fragmentação da classe operária*, pelo mercado de trabalho dual e suas consequências nefastas (crise do sindicalismo e das demais formas de associativismo);
- d) *fragmentação do sujeito político*, com a substituição da ação classista, que se quer portadora da vontade geral, pela ação molecular das “minorias”: estas, em seu interminável movimento de diferenciação, tendem a pulverizar-se em infinitas

subcorrentes, gerando, permanentemente, “novos sujeitos” (assim, o feminismo divide-se nas correntes socialistas, nas “integradas” às políticas oficiais, no separatismo lésbico etc. Da mesma forma, o movimento negro, dando sequência ao mal infinito da alteridade, estilhaça-se nos subgrupos de esquerda, nos seguimentos de negros de “alma branca” cooptados pelo sistema, nas várias correntes que propõem, cada uma a seu modo, a emancipação dos homossexuais etc.). A luta original pela igualdade caminhou, desta forma, para o labirinto dos particularismos irredutíveis, nos quais o universalismo da reivindicação igualitária perdeu-se na Babel dos dialetos grupais, hostis entre si, dificultando ao máximo o reconhecimento da identidade coletiva;

e) *fragmentação do discurso político*: a luta contra a exploração econômica transfere-se para a denúncia das “injustiças”, e a reivindicação jurídica dos direitos da cidadania” realiza a façanha de pulverizar o mundo do trabalho num amontoado de cidadãos – uma pitoresca volta aos tempo da Revolução Francesa de 1789 – ou de “reivindicantes” consumidores. Paralelamente, o vocabulário politicista reforça o diversionismo daqueles que contestam as infinitas formas de micropoder”, descentrando, em sua prática plural que tudo equaliza, a necessária e insubstituível luta pela tomada do poder de Estado

f) finalmente, pode-se assistir à *fragmentação da própria atividade política*, com a substituição dos partidos pela ação particularista dos lobbies, grupos de interesse e corporações profissionais (FREDERICO, 1997, p.182-183. Grifos do autor).

Como se ver, toda essa fragmentação tem sua origem na reestruturação socioeconômica do capitalismo. Assim sendo, a atomização do sujeito e da ação política leva a uma pulverização das lutas, bem como ao estilhaçamento das formas de compreensão do mundo contemporâneo.

4.2 Relativismo e neopragmatismo: ceticismo e experiência

Como se viu na sessão anterior, o relativismo constitui-se como um dos principais pilares do pensamento pós-moderno. Neste sentido, faz-se necessária uma apreciação do papel exercido por esta doutrina no campo científico.

No Dicionário de Filosofia, organizado por Nicola Abbagnano, o termo “relativismo” refere-se a um pensamento que:

[...] afirma a relatividade do conhecimento, no sentido dado a esta expressão no século XIX, a saber: 1º como ação condicionante do sujeito sobre seus objetos de conhecimento; 2º como ação condicionante recíproca dos objetos de conhecimento (FORNERO, Giovanni, 2007. In: ABBAGNANO, Nicola, 2007, p.994).

Sokal e Bricmont (1999), envolvidos com a discussão das relações entre pós-modernismo e relativismo, utilizam o termo como sinônimo de filosofia capaz de averiguar a veracidade ou falsidade de uma afirmação. Conforme os autores:

Podem se distinguir diferentes formas de relativismo de acordo com a natureza da asserção em questão: relativismo *cognitivo* ou *epistêmico* quando se trata de uma asserção factual (isto é, em torno do que existe ou se afirma existir); relativismo *moral* ou *ético* quando se trata de um julgamento de valor (em torno do que é bom ou mau, desejável ou deplorável); e relativismo *estético* quando se lida com um julgamento artístico (acerca do que é belo ou feio, agradável ou desagradável) (SOKAL; BRICMONT, op. cit., p.61).

Essa variação das formas de relativismo, frequentemente encontradas na ciência e na filosofia, deve-se em grande parte, segundo Sokal e Bricmont, a formulações recentes de autores ligados à filosofia da ciência, como Thomas Kuhn e Paul Feyerabend. Isto posto, se faz necessário um exame das principais obras desses estudiosos, mormente daquelas que tratam do relativismo epistêmico e dos desdobramentos deste no pensamento contemporâneo.

Thomas Kuhn, em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, afirma que grande parte do fazer científico (“ciência normal”) é paradigmática. Assim, problemas a serem investigados, procedimentos de pesquisa, etc., tudo isto segue um modelo válido para um grupo de cientistas.

Ocorre que, em alguns momentos, essa “ciência normal” entra em colapso, acarretando o surgimento de um novo paradigma. Assim “[...] esses episódios exibem aquilo que constitui todas as revoluções científicas, pelo menos no que concerne à história das ciências físicas (KUHN, 2000, p.25)”.

O autor acrescenta que o resultado produzido por esses episódios levou a mudanças na definição dos problemas de pesquisa e na resolução deles.

Para Kuhn, a emergência de novos problemas científicos se faz acompanhar, via de regra, de um “estado de crise” que gera insegurança nos pesquisadores e destrói os paradigmas existentes. Vale destacar que, para o autor, essa “crise” é prenunciadora da emergência de novos modelos científicos que se oferecem aos cientistas em um “mercado” de teorias concorrentes (SOKAL; BRICMONT, op. cit. p.80), com seus conceitos, regras e métodos. É importante dizer que esses elementos se estruturam no âmbito das ciências, criando paradigmas.

Comentando as declarações de Kuhn, acerca do debate científico que envolve as mudanças de paradigma, Sokal e Bricmont (1999) afirmam que o autor:

[...] se tornou, talvez involuntariamente, um dos pais do relativismo contemporâneo (e) pensa que as mudanças de paradigma se devem principalmente a fatores não empíricos e que, uma vez aceitas, condicionam a nossa percepção de mundo, a tal ponto que somente podem ser confirmadas pelas nossas experiências subsequentes (Idem, p.82).

Outro autor que se orienta pelo diapasão do relativismo é Paul Feyerabend. Em seu livro *Contra o método*, publicado pela primeira vez em 1975, o autor, apoiando-se em David Hume³⁹, afirma que não há coerência entre teorias e fatos. Deste modo, Feyerabend fica à vontade para dizer que:

[...] o material que o cientista *realmente* dispõe – as leis, os resultados experimentais, as técnicas matemáticas, os preconceitos epistemológicos, as atitudes frente às absurdas consequências das teorias que aceita – é, sob muitos aspectos, indeterminado, ambíguo e *já se acha totalmente desvinculado de sua história* (FEYERABEND, 1989, p.88. Grifos do autor).

Verifica-se, com esta asserção, que o autor distancia-se da objetividade do conhecimento científico, caindo em um subjetivismo exacerbado. Corroborando isto, ele acrescenta:

O caráter histórico-fisiológico da evidência, o fato de que ele não apenas descreve certo estado de coisas objetivo, *mas também expressa certas concepções subjetivas, míticas e de há muito ultrapassada*, concernentes ao mesmo estado de coisas, esse caráter é o que nos força a contemplar a metodologia sob ângulos novos. Isso demonstra que seria assaz imprudente permitir que a evidência, diretamente sem mais, se erija em árbitro de nossas teorias (Idem, p.89-90. Grifos do autor).

Seguindo essa perspectiva metodológica e preconizando uma reforma urgente das ciências que venha torná-las “mais subjetivas”, Feyerabend propõe a “renúncia à razão” como uma forma de garantia do progresso. Com esta tese ousada, o autor procura destronar a ciência, alegando que ela é apenas uma das formas de conhecimento produzidas pelo homem.

Richard Rorty também defende o relativismo ao discutir a utilização do termo verdade no campo da ciência. Conforme o autor, o relativismo se apresenta em três versões diferentes:

A primeira é a visão de que toda e qualquer crença é tão boa quanto qualquer outra. A segunda é a visão de que a verdade é um termo equívoco, possuindo tantos significados quanto houver prosseguimento de justificação. A terceira é a visão de que não há nada a ser dito nem sobre a verdade, nem sobre a racionalidade, pra além das descrições dos procedimentos familiares de justificação que uma dada sociedade

³⁹ Filósofo britânico que viveu no século XVIII. É, ainda hoje, reconhecido pelo ceticismo de seu pensamento filosófico.

– *a nossa* – emprega em uma ou outra área de justificação (RORTY, 2002, p.39-40. Grifo do autor).

Como se ver, a palavra verdade adquire um caráter relativo na pena de Rorty. Como sinônimo de aprovação, o termo ganha uma grande flexibilidade, mas mantém o mesmo significado nas mais variadas culturas. Nesta perspectiva, quando o autor diz que não há nada a ser declarado sobre a verdade, ele está asseverando o caráter contextual do uso da palavra e propondo uma equivalência entre “conhecimento e opinião”.

Outra corrente de pensamento que se aproxima, em vários aspectos, do pós-modernismo é o neopragmatismo. Contrapondo-se aos preceitos lógicos da Ilustração, a filosofia neopragmatista procura atualizar valores de uma herança cultural que tem por base o pensamento pragmático de autores como Charles Sanders Peirce, Willian James e John Dewey.

Antes, porém, de uma incursão pelo neopragmatismo, precisa-se discutir, ainda que de maneira breve o pensamento desses autores, uma vez que eles contribuíram para a fundamentação da filosofia neopragmática.

Embora Peirce tenha reivindicado a alcunha de inventor do termo pragmatismo, foi James quem o introduziu na filosofia, em 1898, ao elaborar uma “teoria da verdade e da realidade” (Cf. ABBAGNANO, op. cit., p.919-921).

Argumentando que não há novidade no método usado pelos pragmáticos, James diz que a “atitude empírica”, bastante comum na filosofia, é assumida, pelo pragmatismo, de forma radical. Conforme o autor,

O pragmatista volta as costas resolutamente e de uma vez por todas a uma série de hábitos inveterados, caros aos filósofos profissionais. Afasta-se da abstração e da insuficiência, das soluções verbais, das más razões a priori, dos princípios firmados, dos sistemas fechados, com pretensões ao absoluto e às origens. Volta-se para o concreto e o adequado, para os fatos, a ação e o poder. O que significa o reinado do temperamento empírico e o descrédito sem rebuços do temperamento racionalista. O que significa ar livre e possibilidades da natureza, em contraposição ao dogma, à artificialidade e à pretensão de finalidade na verdade (JAMES, 2006, p.47).

Ver-se que, para James, a teoria deve ser encarada do ponto de vista da prática, sem recurso aos artifícios da razão. Neste sentido, o autor manifesta uma atitude “anti-intelectual” e antirracionalista.

Há, também no pensamento de James, uma nota relativista. Ao dizer que “O pragmatista fala a respeito de verdades no plural, sobre sua utilidade e caráter de satisfação

[...]” (Idem, p.54). Neste sentido, o autor desvaloriza o critério de verdade utilizado pela ciência. Do mesmo modo, exprime seu utilitarismo ao afirmar que “[...] uma ideia é verdadeira na medida em que acreditar nela é proveitoso para nossas vidas” (Idem, p.58).

John Dewey, por seu turno, é, dentre os pragmatistas mencionados, aquele que dedicou atenção à educação. Para o autor, empenhado em analisar as maneiras utilizadas pelas gerações mais velhas na formação das mais novas,

[...] a palavra educação significa exatamente o processo de dirigir, de conduzir ou de elevar. Se tivermos em mente o resultado desse processo, diremos que a educação é uma atividade formadora ou modeladora – isto é, modela os seres na forma desejada de atividade social (DEWEY, 1959, p.11).

Observa-se, nesta passagem que o autor tem uma preocupação com a função social da educação. Para ele, é a sociedade que define os padrões de conduta, os conteúdos, as formas de aprendizagem, conforme seus valores e princípios. Destarte, as reações esperadas no que se refere aos aprendizes são aquelas que cumprem o figurino desenhado conforme as diretrizes traçadas pelos dirigentes da sociedade.

Centrando seu foco no papel social da educação, Dewey procura vincular os modelos educativos aos tipos de sociedade. Neste sentido, o autor elenca algumas filosofias que se debruçam sobre a atividade educacional, apontando-lhes os limites. Assim, o platonismo, o racionalismo do século XVIII e o idealismo do século XIX falharam porque não valorizaram o indivíduo e, quando o fizeram, colocaram-no como razão do progresso social

Ainda analisando as conexões entre educação e sociedade, Dewey trata dos critérios que podem ser usados na aferição da vida social: o compartilhamento dos interesses de um grupo e a liberdade que esse grupo tem para apoiar os outros. É com esta perspectiva que o autor fala sobre as peculiaridades de uma sociedade democrática: “{Ela} prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios {e} assegura o maleável reajustamento de suas instituições (Idem, p.106)”.

Dewey acrescenta que numa democracia a educação deve fomentar os interesses individuais pelas funções dirigentes e preparar os seus membros para mudanças sociais sem, contudo, estimulá-los para a rebelião.

O neopragmatismo é uma linha de pensamento que se aproxima do pós-modernismo, mormente, pela sua ojeriza à teoria e ao pensamento ocidental de base iluminista. Neste sentido, a crítica ao conhecimento e à verdade é o eixo principal da atividade de autores como Richard Rorty.

Começando com uma crítica à tradição filosófica ocidental, Rorty, em *A filosofia e o espelho da natureza* (1994), desmonta a teoria platônica do papel da razão na libertação do homem. Esse desmonte implica um desapego à metáfora da mente humana como espelho da natureza, na qual verdade e realidade são equiparadas. Com essa crítica, o autor procura desestabilizar a filosofia moderna de pensadores como René Descartes, John Locke e Immanuel Kant, para quem a verdade não depende de um contexto, nem da opinião do sujeito. Para Rorty, não há representação da realidade por meio do pensamento, sendo que uma ideia pode tornar-se verdadeira quando tem valor utilitário para os indivíduos (há aqui uma retomada do pensamento de William James). Nesta perspectiva, o autor afirma que termos como “razão”, “conhecimento” e “verdade” não passam de palavras que exprimem sentimentos e crenças aceitos pela sociedade. Para corroborar esta asserção, Rorty assim se expressa:

[...] o que justifica uma concepção de justiça é [...] sua congruência tanto com nossa compreensão de nós mesmos e de nossas aspirações, quanto com nosso entendimento, o qual, dada a nossa história e as tradições culturais enraizadas em nossa vida pública, constitui a doutrina mais razoável para nós (RORTY, 1994, p. 183).

No livro *Contingência, ironia e solidariedade* (2007) Rorty deplora as concepções filosóficas que se fundam na ideia de que há uma natureza intrínseca ao mundo. Conforme o autor,

[...] explicar o sucesso da ciência ou a desejabilidade do liberalismo político, falando em “adaptação ao mundo” ou em “expressão da natureza humana”, é como explicar porque o ópio nos deixa sonolentos falando do seu poder dormitivo. Dizer que o vocabulário de Freud atinge a verdade da natureza humana, ou que a de Newton atinge a verdade sobre os céus, não explica nada (RORTY, 2007, p.33).

Coerente com a sua concepção filosófica, Rorty elabora a sua teoria social e a sua visão da educação. No livro mencionado, o autor afirma que não há saída teórica para o antagonismo entre o público e o privado. Segundo Rorty,

Não há possibilidade de que a filosofia, ou qualquer outra disciplina teórica, algum dia nos permita fazê-lo. O mais perto que chegaremos de unir estas duas buscas será considerar que a meta de uma sociedade justa e livre é deixar que seus cidadãos sejam tão privatistas, irracionaisistas e esteticistas quanto lhes aprouver, desde que o façam em suas horas de folga – sem causar prejuízo a terceiros e sem usar recursos necessários para os menos favorecidos. Existem medidas práticas a tomar para a realização desse objetivo prático, mas não há como juntar a autocriação com a justiça no nível teórico (Idem, p.17).

Ver-se que Rorty não propõe uma solução para a contradição que existe entre a esfera pública e a esfera privada. Para o autor, a persistência da clivagem entre essas duas arenas deve ser preservada, uma vez que a intenção do autor, ao que parece, é a manutenção do *status quo*.

No tocante à educação, Rorty cumpre o mesmo roteiro de separar a teoria da prática. Para ele,

[...] do ponto de vista educacional, campo oposto ao epistemológico ou tecnológico, o modo como as coisas são ditas é mais importante do que a posse de verdades. (Considera o termo) educação (prosaico demais) e (prefere substituí-lo) por “edificação” que melhor expressa o projeto de encontrar modos novos, melhores e mais interessantes, mais fecundos de falar (RORTY, 1994, p.353-354).

A exemplo de Dewey, Rorty divide o preparo educacional em dois níveis: a educação inicial e a educação superior. Enquanto a primeira caracteriza-se pela socialização, processo que consiste na adaptação dos aprendizes à sociedade em que vivem, a segunda visa à “individualização” e procura “[...] tirar-nos para fora de nossos velhos ‘eus’ pelo poder da estranheza, para poder ajudar-nos a nos tornar novos seres” (Idem, p.354).

Para Paulo Ghiraldelli Júnior, filósofo pragmatista e principal divulgador do pensamento de Rorty no Brasil, as ideias rortyanas relativas à educação fazem eco à formulação de Dewey no que tange à divisão do processo educativo: socialização e individualização. Neste sentido, Ghiraldelli Jr. Assegura que: “[...] a tese de Rorty [...] desemboca na avaliação de que a experiência histórica mostra que o ensino universitário e o ensino pré-universitário não estão voltados para a verdade” (GHIRALDELLI JR., 1999, p.75).

É importante acrescentar que, segundo Rorty, a educação visa à formação do “ironista”, figura central do “liberalismo” rortyano. Conforme o autor, três condições são fundamentais para a constituição do “ironista”:

(1) tem dúvidas radicais e contínuas sobre o vocabulário final que usa atualmente por ter sido marcado por outros vocabulários, vocabulários tomados como finais por pessoas ou livros com que ele deparou; (2) percebe que a argumentação enunciada em seu vocabulário atual não consegue corroborar nem desfazer essas dúvidas; (3) na medida em que a filosofia sobre sua situação, essa pessoa não acha que seu vocabulário esteja mais próximo da realidade do que outros que estejam em contato com uma força que não seja ele mesmo (RORTY, 2007, p.134).

Ao falar sobre vocabulário final, Rorty diz que este se refere a um acervo de palavras usadas no dia a dia pelos humanos. Para o autor os “ironistas” não pretendem atingir

o real, mas, tão semente, polemizar com os valores estabelecidos, uma vez que têm consciência das contingências da vida. Assim, a educação dos “ironistas” é muito mais uma atividade edificadora do que um processo reflexivo regido por normas e valores consubstanciados pela história dos povos.

Se por um lado, não se deve deduzir que há uma linha direta ligando a filosofia de Rorty à prática educacional, por outro, precisa-se observar o teor de neopragmatismo que está presente nas concepções de autores como Donald Schön, Philippe Perrenoud e Maurice Tardif. Schön (1995), com sua valorização da prática e da experiência, minimiza a importância do saber escolar; Perrenoud (1999), interessado na formação das competências, propõe a substituição da “lógica de ensino” pela “lógica do treinamento”; e Tardif (2014), contrapondo-se ao saber teórico, defende a adoção de uma epistemologia da prática profissional para nortear o trabalho dos professores.

4.3 Posicionamentos de autores brasileiros ante as influências do pós-modernismo e do neopragmatismo na educação

No Brasil, diversos autores se posicionaram frente às influências do pós-modernismo e do neopragmatismo na educação. Dentre esses estudiosos, destacam-se Tomaz Tadeu da Silva (1996); Paulo Ghiraldelli Jr. (2002), na defesa dessas influências e, contrários a elas, Maria Célia Marcondes de Moraes (2000; 2005); Luiz Carlos de Freitas (2005); José Luís Sanfelice (2009); e Newton Duarte (2008; 2012).

Em um artigo denominado *Pedagogia crítica em tempos pós-modernos*, contido no livro *Identidades Terminais*, Silva (1996) afirma que a teoria crítica da educação atual procura evitar a separação entre os “componentes analíticos, sociológicos” e (as) “preocupações normativas, práticas, políticas, de intervenção na realidade” (p.139). O autor acrescenta que:

Essa indistinção é talvez resultado do caráter prático, político, do campo educacional, que faz com que as preocupações exclusivamente analíticas, “críticas”, sejam vistas como paralisantes e como entraves para a ação política, para a intervenção (Idem, *ibidem*. Grifo do autor).

Nesta perspectiva, Silva, acostando-se ao pós-modernismo, aponta a superação da clivagem entre teoria e prática como uma das consequências da adoção deste pensamento pelo campo da educação. Conforme o autor,

O desenvolvimento e a discussão das ideias pós-modernas/pós-estruturalistas em educação amplia e consolida essa tendência à integração entre análise e intervenção política, entre sociologia e pedagogia. É verdade que algumas tendências do pensamento pós-moderno apontam para um recrudescimento do aspecto “crítico”, próximo mesmo do cinismo, como veremos. Mas, por outro lado, várias de suas acessões conectam-se facilmente com uma teorização crítica preocupada com o desenvolvimento de alternativas concretas para o currículo e a pedagogia. Assim, por exemplo, a rejeição das grandes narrativas e de um conhecimento pretensamente “universal” e “racionalista”, ou a indistinção entre “alta-cultura” e “cultura cotidiana”, conduzem facilmente a propostas educacionais alternativas que postulam um currículo centrado nas variadas tradições culturais dos estudantes ou uma pedagogia que leve a sério a cultura cotidiana (Idem, p.140. Grifos do autor).

Nota-se, com efeito, que o autor encontra um elo de ligação entre o pensamento pós-moderno e a Nova Sociologia da Educação⁴⁰ e, por conta disto, sugere a adoção de práticas educacionais completamente desconectadas dos princípios calcados no pensamento iluminista, alegando a incongruência deste pensamento e da crítica associada a ele.

Tomaz Tadeu da Silva, a propósito da análise do currículo escolar, chama a atenção para uma relação de “continuidade” e “ruptura” entre a Nova Sociologia da Educação e a teoria de inspiração pós-moderna. Segundo o autor,

No programa da NSE, postulava-se que o processo de organização e seleção do currículo estaria conectado a questões de interesse e poder, mas esses interesses e poderes ou não eram nomeados ou permaneciam genéricos (“os interesses capitalistas”, por exemplo). Na teorização influenciada pelo pensamento pós-moderno, esses interesses são mais claramente identificados e os grupos de interesse envolvidos ganham novos e mais variados membros. Aqui é toda a tradição filosófica e científica ocidental moderna que é colocada sob suspeita como eurocêntrica, falocêntrica, racista – problematização que inclui as próprias ideias de razão, progresso e ciência (Idem, p.141).

No que diz respeito ao tipo de interesse (genérico ou específico), o argumento do autor é pouco convincente. Não se pode perceber como Silva consegue colocar a ciência ocidental sob suspeição, sem que lance mão de um brutal preconceito. Supõe-se que aqui não caiba um exercício de dedução simples. Por fim, o autor trata de duas rupturas que ocorrem

⁴⁰ Importante corrente sociológica, criada na Inglaterra, que tem como foco principal a discussão do currículo. Um dos seus principais representantes é Michael Young

entre a Nova Sociologia da Educação e o pensamento pós-moderno: a recusa dos metarrelatos e a negação da ideologia.

No que concerne aos metarrelatos, Silva propõe o total afastamento do principal conceito que dá sustentação às grandes narrativas: a totalidade. Neste sentido, fica prejudicada qualquer proposta de superação do capitalismo como formação social. Por outro lado, no que se refere à ideologia, o autor supõe que este é um conceito sem sentido, visto que, com a destituição da noção de verdade, não há como se acreditar que um pensamento possa ser mais representativo da realidade do que outros.

Paulo Ghiraldelli Jr., em seu livro *Filosofia da educação* (2002), assevera que está aparecendo “[...] uma nova geração de professores – professores mais compromissados com a fertilização da imaginação do que com o conformismo dos saberes já instituídos” (GHIRALDELLI JR., 2002, p.58) e que esses educadores estão empenhados em uma prática pedagógica, cujo suporte teórico é o neopragmatismo. Nesta perspectiva, o autor diz que após o declínio do modelo de ensino baseado nas grandes narrativas, houve mudanças na temática, na relação entre temas e problemas e, no campo teórico, com a adoção de diversas abordagens. Assim, Ghiraldelli Jr. escreve:

1. Apresentação de problemas culturais, éticos, étnicos, de convivência entre gêneros e de convivência entre modelos políticos e mentalidades diferentes. Os meios a serem utilizados: o cinema, o romance, o conto, os comicbooks, a música, o teatro escrito e representado etc.;
2. Relações dos problemas acima com os problemas da vida cotidiana dos estudantes (e da vida presente – futura dos estudantes enquanto profissionais e, inclusive, enquanto professores). Apresentação, estudo e discussão de teorias, em vários campos, que visam a organizar esses problemas em níveis de abstração mais altos;
3. Ação cultural, social e política. Esta ação pode ser feita pela construção de novas narrativas, com ênfase no poder imaginativo das etapas. A ação pode ser feita com narrativas que criam outros problemas (Idem, *ibidem*).

Nota-se que o repertório de procedimentos apresentado pelo autor está repleto de meios de caráter imagético, literário e musical, com nítida predominância da influência dos meios de comunicação de massa, criadores de múltiplas realidades. Acrescente-se a isto as regras preconizadas pela pedagogia de orientação neopragmática que tornam bastante difícil a separação entre ficção e realidade.

Para Ghiraldelli Jr., os problemas de natureza cultural, ética, étnica e de gênero precisam “[...] encontrar jogos de linguagem para poderem ganhar significado” (Idem, p.62). Neste sentido, o convívio dos estudantes com obras de ficção pode proporcionar-lhes uma

abertura para o entendimento de suas vidas, visto que as narrativas ficcionais são semelhantes às narrativas de seu cotidiano.

Ainda no tocante às narrativas, o autor destaca a importância que elas têm face a outras formas de conhecimento. Segundo Ghiraldelli Jr:

As teorias deveriam ser mostradas aos alunos como uma outra forma de narrativa (ou melhor, como *mais uma* forma de narrativa); como uma conversação que vem de uma tradição que gosta de fazer abstrações, generalizações e *leis*, daquilo que nem sempre pode estar sujeito a abstrações, generalizações e que nem sempre possui leis (Idem, p.63. Grifos do autor).

Observa-se, por meio desta passagem, que Ghiraldelli Jr. Nivelava o conhecimento por baixo. Para ele, o conhecimento de natureza científica vale tanto quanto o conhecimento do senso comum. Perdem-se, com isto os critérios de verdade, de comprovação, de objetividade, à medida em que todas as formas de saber transformam-se em mera narrativa.

No campo educacional brasileiro, como já foi mencionado, aparecem críticos ao modelo de educação orientado pelo pensamento pós-moderno e pelo neopragmatismo. Dentre os estudiosos que fazem essas críticas, destaca-se Maria Célia Marcondes de Moraes, pioneira da investigação do papel do pensamento pós-moderno na educação brasileira.

Em parceria com Patrícia Laura Torriglia, a autora discute o processo de lightinização da educação, chamando a atenção para a banalização do conhecimento e denunciando as medidas que procuram equiparar criação de conhecimento a formação de competências. Conforme Moraes e Torriglia (2000), ao analisarem um documento do Ministério da Educação que estipula as diretrizes para a formação inicial de professores no Brasil, esse processo ocorreria em todo o mundo e estaria “[...] contaminado por elementos que cerceiam as possibilidades de crítica e de debate, comprometendo a dinâmica do complexo educativo, ameaçando-o em sua própria identidade” (MORAES; TORRIGLIA, 2000, p.57).

A despeito da situação do Brasil no circuito internacional do capital, dos problemas de ordem científica e tecnológica enfrentados pelo país e, talvez por isto mesmo, as autoras asseveram: “De nosso ponto de vista, reafirmar a relevância da produção de conhecimento e, portanto, da pesquisa, e sua importância para a formação de educadores, seria o contraponto necessário para reverter este processo (Idem, *ibidem*)”.

No artigo *Cenas empobrecidas do conhecimento e do trabalho docente*, de Maria Célia M. de Moraes e Kátia Cristina Dambiski Soares, as autoras criticam, de forma veemente, a purgação que se faz do conceito de conhecimento em algumas concepções de formação docente levadas a cabo no Brasil. Neste sentido, Moraes e Soares (2005) asseveram que há uma verdadeira “mutilação” do entendimento do que seja essa formação. Para as autoras, essa amputação pode ser constatada na:

[...] pragmática sanitização da noção de conhecimento que se verifica nas últimas propostas de formação vinculadas à excessiva valorização da epistemologia prática profissional, da formação do professor-reflexivo, do professor-investigador, do professor-prático-reflexivo, do professor profissional, entre outras adjetivações, que expressam os diversos constructos que encontram sua raiz nas epistemologias pragmáticas/praticistas (MORAES; SOARES, 2005, p.266).

Verifica-se, nesta passagem, que o foco na formação de professores em diversos cursos de preparação para a docência não é “[...] o da produção, elaboração, apropriação de conhecimentos, mas o de desenvolvimento de competências de caráter instrumental para ‘praticar, fazer e interagir’” (Idem, p.270). Assim, Moraes e Soares argumentam que a epistemologia da prática, eixo norteador de várias propostas para a formação de professores, é um grande obstáculo às atividades ligadas ao pensamento e à crítica.

Luiz Carlos de Freitas, pesquisador das áreas de teoria pedagógica e avaliação educacional, em seu livro *Uma pós-modernidade de libertação*, assegura que as incertezas que povoam a ciência pós-moderna estão diretamente associadas às incertezas políticas dos últimos anos. Nesta perspectiva, o autor diz que o pós-modernismo tem um papel desmobilizador e propaga a desesperança:

A ciência está sendo chamada a amortecer as consciências políticas imersas na desesperança, com a finalidade de mantê-las nessa mesma condição, sem a possibilidade de organizar-se para recuperar a esperança e participar na construção de um outro mundo (FREITAS, 2006, p.3).

Em acréscimo a esta afirmação, Freitas sustenta que a polêmica entre materialistas históricos e pós-modernos deve-se ao fato destes últimos naturalizarem as incertezas e promoverem a separação entre sujeito e objeto, desconsiderando a relação dialética que existe entre eles. Neste sentido, o autor assegura que esta celeuma remete a um idealismo que não encontra, na verdade, o seu ponto de apoio. Freitas, discutindo os fatores que levam os pós-

modernistas a essa tomada de posição, apresenta os motivos que constituem o pano de fundo dessa controvérsia:

Ao passo que os materialistas históricos preferem falar em uma unidade dialética entre sujeito e objeto que constroem conceitos e categorias explicativas da realidade, supondo a independência dessa realidade (histórica) diante do sujeito, os pós-modernos preferem uma postura subjetivista (beirando o ceticismo), isolando o sujeito e colocando-o no papel do “leitor” cuidadoso do mundo, criando seu próprio “jogo linguístico”, sem o recurso à categoria e à busca da correspondência entre esse jogo e a realidade. Não é que não acreditem na existência da realidade ou na possibilidade da verdade. Eles, simplesmente, não acham relevante gastar tempo na investigação dessa correspondência nem na verificação da verdade, já que não há um discurso geral, na medida em que todos os discursos devem ser locais e múltiplos, heterogêneos e desprovidos de essência portanto (Idem, p.62).

José Luís Sanfelice, professor da UNICAMP e pesquisador ligado ao Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR, preocupa-se com as influências do pós-modernismo na educação. Para o autor, que estuda as relações entre pós-modernidade e globalização,

A educação não está imune às transformações da base material da sociedade, hoje em processo de globalização e, ao mesmo tempo, não está imune à pós-modernidade cultural que as sinalizam. Pós-modernidade, globalização e educação relacionam-se pela lógica do mercado (SANFELICE, 2009, p.11).

Ver-se que, para Sanfelice, é a lógica do mercado que preside a interrelação entre economia, filosofia e educação. Nesta perspectiva, a educação torna-se um produto comercializável, sujeito às vicissitudes mercadológicas e passível dos efeitos das crises e tribulações do capitalismo.

Newton Duarte, a exemplo dos autores anteriores, também discute o pós-modernismo como uma das expressões teóricas da sociedade contemporânea. Conforme o autor, existem similitudes entre o liberalismo clássico e o pós-modernismo no que tange ao tratamento do indivíduo:

O pensamento liberal clássico fetichiza a individualidade ao naturalizá-la e ao erigir à condição de natureza humana as características próprias da individualidade burguesa. O pensamento pós-moderno fetichiza a individualidade ao transformar em condição humana o ceticismo, a fragmentação, o solipsismo, o subjetivismo e a irracionalidade (DUARTE, 2012, p.198-199).

Seguindo este diapasão, Duarte diz mais adiante que o pós-modernismo não se constitui como um pensamento adverso àqueles que fizeram época antes dele, ao contrário, ele dá suporte a “[...] tendências irracionalistas que já se vinham fazendo presentes no pensamento burguês desde o século XIX e que se acentuaram imensamente no século XX (Idem, p.199).

No que se refere à educação, especificamente, Duarte vê uma grande influência do pensamento pragmático nas pedagogias do “aprender a aprender”. Neste sentido, ao analisar a presença dessas pedagogias no Brasil, o autor afirma que:

Não foi obra do acaso o fato de que o construtivismo e a pedagogia do, professor-reflexivo tenham sido difundidos no Brasil quase que simultaneamente. Esses dois ideários fazem parte de um universo pedagógico ao qual venho chamando de “as pedagogias do aprender a aprender”. Neste sentido, do ponto de vista pedagógico, os estudos na linha do professor-reflexivo surgiram na América do Norte e na Europa quase que como uma ramificação natural do tronco comum constituído pelo ideário escolanovista [...]. A disseminação, no Brasil, dos estudos na linha da “epistemologia da prática” e do “professor-reflexivo”, na década de 1990, foi impulsionada pela forte difusão da epistemologia pós-moderna e do pragmatismo neoliberal, com os quais a epistemologia da prática guarda inequívocas relações (DUARTE, 2003, p. 609-610).

Pode-se dizer que Duarte vê as pedagogias do “aprender a aprender” como um mero modismo que tem suas raízes na Europa e nos Estados Unidos da América e as relaciona ao pragmatismo neoliberal, cujo mote é a sobrevivência do capitalismo a qualquer custo.

O foco da Base Nacional Comum Curricular, voltado para o currículo da escola pública, demonstra o vínculo deste documento com as ideias relativistas e neopragmáticas, mormente por se centrar na epistemologia da prática e na lógica que orienta a pedagogia das competências.

5 A EXPRESSÃO DO DOMÍNIO DO CAPITAL SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC SOB O CRIVO DO MERCADO

Desde meados da década de 1990, a educação brasileira tem acentuado o seu nível de adequação a diretrizes estabelecidas por organismos multilaterais como a CEPAL, a UNESCO e o Banco Mundial. Importa destacar que essas adequações estão voltadas para o cumprimento das demandas do capital internacional, notadamente depois da reestruturação socioeconômica e da reconfiguração do Estado. Neste contexto, é bom frisar, difundiu-se um discurso, com ampla repercussão na sociedade brasileira, que tem como foco a desqualificação da escola pública e a necessidade de transformá-la em algo adequado aos “novos tempos”, com capacidade para desenvolver habilidades e competências nos estudantes de agora e do futuro.

Observando-se os documentos que norteiam o processo que vai da efetivação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1999) até a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), passando pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDBEN (1996) e pela Lei 13.005, relativa ao Plano Nacional de Educação – PNE (2014), constata-se que termos como: empreendedorismo, habilidades e competências ali se encontram presentes. É de se notar que essas palavras compõem um vocabulário bastante comum no meio educacional brasileiro e que expressam valores concernentes à lógica do capital, lógica essa que preside as formas de reprodução social e de controle na sociedade capitalista.

Levando-se isto em consideração, analisar-se-á a versão final da BNCC, visando à apreensão da ideologia que atravessa esse documento, bem como das determinações socioeconômicas que a condicionam.

5.1 Mercado e currículo

Instrumento importantíssimo para a reprodução social, a educação tem sido, historicamente, objeto de interesses econômicos, políticos e culturais do grande capital. Neste sentido, documentos fundamentais de organismos multilaterais como a CEPAL⁴¹, a UNESCO

⁴¹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe é uma das comissões da ONU e está voltada para o estímulo das relações econômicas entre os países da Região. Cf. ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORRÊA, Vanessa Petrelli, 2011, p.92-111.

e o Banco Mundial têm servido como esteio na formulação de diretrizes educacionais destinadas a países que compõem a periferia do sistema capitalista mundial. Dentre esses documentos, aparecem: *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad* (1996), o Relatório Delors (2014) e *Prioridades y estrategias para la educación* (1996).

Partindo do princípio de que não há desenvolvimento econômico possível sem educação equitativa e de qualidade, a CEPAL (1996) propõe uma grande reforma educativa. Bem como uma ampla difusão do conhecimento técnico contemporâneo com o fim de transformar o setor produtivo e impulsionar a participação política na sociedade. A passagem a seguir, inclusa no aludido documento cepalino, serve como ilustração:

[...] la reforma educativa y la generación y difusión del progreso técnico ayudan a vincular más estrechamente el desarrollo (crecimiento económico sostenido) con la democracia (participación ciudadana) (CEPAL, 1996, p.59).

Vale ressaltar que a proposta de implementação de reformas institucionais, a exemplo dessa que é sugerida pela CEPAL para a área de educação, supõe a ineficiência do sistema educacional de vários países da América Latina, além de fatores como a má nutrição e o trabalho infantil.

No Brasil, um dos países membros da CEPAL, em plena década de 1990, Guiomar Namó de Mello, umas das precursoras da reforma social-liberal da educação no país, atribui o *fracasso escolar* a fatores inerente à escola, sem levar em consideração aspectos externos a essa instituição, a exemplo da vida social dos estudantes. Conforme a autora,

Um exame rigoroso da situação do ensino fundamental no Brasil revela, hoje, que o acesso a esse ensino está praticamente universalizado. Nossas crianças chegam à escola. O problema é que, apesar de nela permanecerem por um período de tempo suficiente para terminar o ensino fundamental, devido a fatores internos à escola e não – como costuma afirmar o censo comum – por causa de suas condições materiais de vida, abandonam o curso antes de terminá-lo (MELLO, 2005, p.48).

Ver-se que a autora não atenta para o diagnóstico feito pela CEPAL, no período em que ela publicou seu livro, limitando-se a apontar a escola como responsável pelo mau desempenho escolar dos alunos.

Focada no modelo educacional que deveria ser implementado no século XXI, a UNESCO criou, no início dos anos 1990, a Comissão Internacional sobre Educação para o

século XXI e concedeu a coordenação dessa Comissão a Jacques Delors⁴². Publicado em 1996, o Relatório Delors⁴³, além de diagnosticar o cenário forjado pelo processo de mundialização do capital, propõe uma ampla revisão da política educacional de diversos países.

No diagnóstico das sociedades contemporâneas, o Relatório chama a atenção para a “evolução do trabalho”, denominando como evolução a ampliação do setor terciário da economia, a presença da sociedade informacional e o processo de desmaterialização do trabalho. Essa perspectiva pode ser comprovada no seguinte trecho do Relatório:

Ocorreu, em particular, nítido aumento do setor terciário que emprega hoje um quarto da população ativa dos países em desenvolvimento e mais de dois terços da população dos países industrializados. O surgimento e o desenvolvimento da *sociedade de informação*, assim como a busca pelo progresso tecnológico que constitui, de certo modo, uma forte tendência no final do século XX, sublinham a dimensão cada vez mais imaterial do trabalho e acentuam o papel desempenhado pela aptidões intelectuais e cognitivas. Com isso, não é possível solicitar aos sistemas educacionais que formem mão de obra para empregos industriais estáveis. Trata-se, primordialmente, de formar para a inovação pessoas capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar essas transformações (DELORS, 2014, p.59. Grifo do autor).

Essa concepção de sociedade e de trabalho aponta claramente para o tipo de educação propugnado pelo Relatório. Conforme este documento, a educação precisa se desenvolver “ao longo de toda a vida” e, para que isto ocorra, “quatro pilares da educação” precisam ser assimilados: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e “aprender a viver junto”. Importa acrescentar que essas diretrizes constantes do Relatório têm se constituído em bases importantes para o sistema educacional brasileiro, notadamente para a orientação das políticas educacionais levadas a cabo no país, desde a década de 1990.

Elaborado pelo Banco Mundial, também nos anos 90, *Prioridades y estrategias para la educación* centra seu foco no papel econômico e social da educação, atentando para o desenvolvimento tecnológico e a reforma da economia. Conforme o documento,

La Educación, en particular la primaria y la secundaria de ciclo básico, es crucial para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza, especialmente en momentos en que, como resultado del cambio tecnológico y la reforma económica, las estructuras de los mercados de trabajo están cambiando radicalmente. La

⁴² Político e economista francês, ex-ministro da Economia e das Finanças, ex-presidente da Comissão Europeia (1985-1995).

⁴³ Cf. DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**, 2014.

difusión de la educación ha reducido la pobreza al contribuir a que las economías de los países en desarrollo crezcan a ritmos sin precedentes (BANCO MUNDIAL, 1996, p.19).

Ver-se o quanto a política do *Banco* é limitativa e funciona de acordo com o mercado, constituindo-se como porta-voz deste, à medida em que propaga as ideologias reprodutoras do sistema do capital.

Analisando esse diagnóstico, Roberto Leher (1999) constata que a política educacional orientada pelo Banco Mundial assume um caráter instrumental, condizente com parâmetros estipulados pelo mercado. Neste sentido, o autor assevera:

As conexões educação, segurança e pobreza fornecem o substrato das reformas educacionais em curso na América Latina. Com o aprofundamento sem precedentes da polarização na década de 1990, o Banco dedica cada vez maior atenção à construção de instituições adequadas à *era do mercado*, de modo a ter recursos institucionais para *manejar* as contradições do sistema. A educação é radicalmente modificada, tornando-se cada vez menos politécnica (no sentido conferido por Marx) e cada vez mais instrumental: os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apologéticas ao capital e o debate educacional é pautado em grande parte pelos *homens de negócios* e pelos estrategistas políticos (LEHER, 1999, p.29).

É de se notar que as modificações pelas quais tem passado a educação se fazem acompanhar de transformações importantes no âmbito do capital: Valorização do capital constante e precarização na esfera do capital variável. Essas transformações objetivam, por um lado, adequar o processo produtivo ao sistema de superacumulação capitalista e, por outro, deslocar os investimentos da área social, onde a educação, dentre outros elementos, é peça importante, para outras áreas.

No mesmo texto, Leher, ao tratar do papel das políticas econômicas levadas a cabo pelo Banco Mundial, nos países da periferia do capitalismo, afirma que há um vínculo muito importante entre tais políticas e o Consenso de Washington⁴⁴. Nesta mesma esteira, o

⁴⁴ Denomina-se como Consenso de Washington as conclusões de uma reunião que ocorreu na capital dos EUA, em novembro de 1989, com o objetivo de avaliar as reformas político-econômicas que se encontravam em andamento em países da América Latina. É importante destacar que os pontos discutidos naquela reunião eram: “[...] 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual”. Acrescente-se a isto a forte presença do ideário neoliberal na referida reunião, traduzido nas recomendações de “[...] redução do Estado e [...] abertura da economia à importação de bens e serviços [...]” (Cf. BRUM, Argemiro J., 1997, p.103-104).

autor critica o chamado “capital intelectual”, alertando para o cunho ideológico desta expressão. Para Leher (1999),

Nesta “nova era”, [...], “o conhecimento se converteu no fator de produção mais importante” de um pouco preciso “capitalismo intelectual” que teria sucedido ao capitalismo industrial. Nesta “nova era do capitalismo, o principal capital é o intelectual” e, por isso, a educação, na condição de capital, tornou-se assunto de *managers* e não mais de educadores. Subjacente ao *glamour*, sobressai o caráter ideológico da formulação que sequer é inteiramente original. Nesta versão renovada da teoria do capital humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo: “é a empresa que deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar”. A empresa precisa “utilizar de maneira eficiente o cérebro de seus funcionários” que, por isso, devem ser depositários de conhecimento útil para o capital (LEHER, op. cit. , p.25).

Percebe-se, com isto, que o capital utiliza várias estratégias voltadas para o favorecimento de novas formas de acumulação, notadamente daquela que Harvey (1993) chama de acumulação flexível⁴⁵.

É na esfera dessa flexibilidade que a educação, enquanto “capital intelectual”, entra como mercadoria, como objeto de disputa entre capitalistas de peso. Vale ressaltar que essa obstinação dos capitalistas, na procura por novos setores de produção, novos setores de serviços, transforma a educação e a ciência em bastiões do investimento de capital de longo prazo. Frise-se ainda o caráter assumido pela educação neste contexto. Se durante muito tempo a classe dominante impôs como padrão uma educação de nível muito baixo às classes trabalhadoras, nas três últimas décadas, com a reestruturação socioeconômica, a demanda por uma melhoria no nível de conhecimento dos operários e congêneres se manifestou, chamando a atenção para os baixos índices de acumulação de capitais. Neste sentido, Freitas (2014), aludindo ao dilema enfrentado pelo capital no que tange, simultaneamente, à liberação de mais conhecimento para as classes populares e ao “controle ideológico da escola”, afirma:

É esta contradição entre ter que qualificar um pouco mais e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, diferenciando desempenhos, mas garantindo acesso ao conhecimento básico para a formação do trabalhador hoje esperado na porta das empresas, que move os reformadores a disputarem a agenda da educação [...] (FREITAS, 2014, p.1089).

⁴⁵ Ver nota explicativa sobre esta expressão no 2º capítulo deste trabalho.

No Brasil, nos idos da década de 1990, Guiomar de Mello (op. cit.), na esteira do social-liberalismo, advoga a tese da reforma da educação básica, apontando o conhecimento como elemento crucial para a efetivação dos direitos civis. Para a autora,

Espera-se da escola, portanto, que contribua para a qualificação da cidadania, que vai além da reivindicação da igualdade formal, para exercer de forma responsável a defesa de seus interesses. Aquisição de conhecimentos, compreensão de ideias e valores, formação de hábitos de convivência num mundo cambiante e plural, são entendidas como condições para que esta forma de exercício da cidadania contribua para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada (Idem, p.36).

Em outro livro, Mello (1993), tratando do currículo mínimo do “ensino fundamental”, afirma que:

Conhecer é [...] dar um passo fundamental na direção da liberdade de pensar, do livre exercício da crítica, do abandono de noções mágicas ou supersticiosas sobre o mundo e as pessoas. Conhecer o mundo é apropriar-se dele e não ser presa fácil da mentira, da ilusão, do obscurantismo, da demagogia, da mistificação, do sectarismo ideológico (MELLO, 1993, p.31. Grifo da autora).

São percebidos neste trecho traços muito fortes do positivismo, uma das vertentes do pensamento moderno, notadamente do positivismo de Durkheim, para quem a ciência deve se pautar pela objetividade, e o método preconizado é o mesmo das ciências naturais, isto é, deve ser livre de preconceitos ou prenoções.

Importa destacar que a concepção do conhecimento implícita na passagem acima está eivada pelo neoliberalismo, cuja perspectiva educacional é a preparação dos filhos das classes populares para um mercado de trabalho flexível, pautado pela reestruturação socioeconômica, levada a cabo pelo capital.

Além disto, vale acrescentar que o conhecimento preconizado por Mello (op. cit.), apesar das aparências, constitui-se como aquisição de competências, cujo objetivo é uma preparação para o trabalho, é a transformação do *discípulus* em *homo faber*.

Esse ajuste da educação aos interesses do mercado é uma das principais diretrizes do Banco Mundial para o sistema educacional dos países da América Latina, inclusive do Brasil. Importa dizer que, adaptando-se à orientação do *Banco*, o governo brasileiro encomendou um relatório àquela instituição, visando a obter informações a respeito do gasto público e do déficit fiscal. O *Banco* produziu um documento, em 2017, intitulado *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, no qual declarou haver um

gasto primário muito elevado, sendo necessária a quebra da “rigidez” da Constituição brasileira como medida destinada a operar a desoneração dos gastos. Na passagem a seguir, observa-se o teor do *Documento*⁴⁶:

Após um período de estabilidade econômica, altas taxas de crescimento e redução substancial da pobreza, o Brasil enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos. O crescimento das despesas primárias superou o PIB mesmo durante a fase favorável do super ciclo das commodities. O gasto tornou-se cada vez mais engessado pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento (BANCO MUNDIAL, 2017, p.1).

No que diz respeito à educação, o *Documento* contém um capítulo específico no qual aparece o diagnóstico do *Banco* relativo ao setor educacional brasileiro. Acrescente-se que esse capítulo dedica um item à análise das despesas públicas com educação focando, em um primeiro momento, nos gastos com o ensino superior. Conforme o *Documento*,

O Governo Federal [...] financia as universidades públicas e os programas de educação e formação técnica e profissional. Uma crescente parcela das despesas federais com educação está ligada à assistência financeira oferecida a estudantes que frequentam instituições privadas de ensino superior (Idem, p.122).

Segundo o ANDES-SN (2019), para quem o *Banco* é um propositor do “receituário neoliberal”, o foco da passagem acima é o combate à gratuidade do ensino e às políticas de acesso de estudantes pobres ao ensino superior (Idem, p.12). Some-se a isto a complementação feita pelo ANDES-SN (op. cit.) no tocante aos gastos do governo com a educação superior:

[...] o documento apresenta uma sequência de informações em que os gastos com a educação superior são crescentes e regressivos por beneficiarem “majoritariamente os estudantes das famílias mais ricas”. Afirma que a despesa média por aluno é elevada nas universidades e nos institutos federais, e, ainda, o custo médio por aluno nas universidades públicas custa duas ou três vezes mais do que o das universidades privadas (Idem, p.12-13).

⁴⁶ A partir daqui, este será o termo usado para denominar o documento Um ajuste justo...

Percebe-se, com isto, que a tônica do *Banco*, com relação ao ensino superior, no Brasil, é o combate ao gasto público. Entretanto, na esteira do pensamento neoliberal a proposta do *Banco* é, com efeito, a desestruturação do ensino superior público e a proteção do ensino superior privado.

O ensino básico não é uma ausência no *Documento*. Em um item denominado como *Eficiência dos gastos com a educação*, o *Documento* faz um paralelo entre o período que vai de 2002 a 2012 e a fase posterior a esta etapa, chamando a atenção para a qualidade do ensino e para os gastos. A passagem a seguir é ilustrativa:

O Brasil obteve melhoras significativas na prova de matemática do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). A nota média brasileira passou de 68% para 79% da média da OCDE entre 2002 e 2012. Contudo, desde então, os resultados caíram para 77% em 2015 (o mesmo nível de 2009). Quando se controla pelo nível de gasto por aluno, os resultados do PISA ainda são decepcionantes (Idem, p.124).

O foco do *Documento* não é o aumento da média dos alunos de matemática em comparação com a média de alunos de países que fazem parte da OCDE. A tônica é o gasto do Brasil com educação e os resultados inferiores obtidos pelos estudantes, sempre observados os parâmetros da OCDE.

Um esclarecimento precisa ser feito. Há uma grande diversidade econômica e cultural entre os países que integram a OCDE e entre eles e o Brasil. Como estabelecer um quadro comparativo entre a Alemanha, o Canadá, a França, a Islândia, o Japão, a Nova Zelândia, para ficar com alguns, e o Brasil, um país que “universalizou” o Ensino Fundamental há pouco mais de duas décadas. Um país com problemas (de natureza variada) que vão da grande disparidade socioeconômica ao desnivelamento cultural, passando por fatores ambientais, geográficos, históricos, etc. No que se refere à elevação da nota média em matemática, no período 2002-2012, é necessário dizer que o *Documento* não fornece informações a respeito dos fatores que contribuíram para isto.

Outro ponto tratado pelo *Documento* relaciona-se ao nível intelectual dos professores e às formas de escolha dos futuros membros do magistério. Conforme o *Documento*:

O magistério permanece uma profissão desprestigiada. Os requisitos para ingresso em cursos de licenciatura são fracos e a formação é de baixa qualidade. É [sic] além da pouca seletividade na contratação de professores para os sistemas educacionais estaduais e municipais, os salários não são vinculados do [sic] desempenho. A mudança desse paradigma exigirá reformas coordenadas de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal (Idem, p.127).

Ver-se que a depreciação dos professores é patente. O *Banco* desvaloriza o importante envolvimento de vários cursos de licenciatura no processo formativo de seus alunos e reduz destacadas universidades brasileiras a um mero bazar de pulgas.

No que se refere ao salário do magistério, o *Banco* afirma: “(...) o piso salarial dos professores brasileiros está em linha com o que é pago em outros países com renda per capita similar”, entretanto, condena as “promoções automáticas”, bem como os “planos previdenciários”. Ainda conforme o *Banco*,

[...] o salário dos professores no Brasil aumentam rapidamente após o início da carreira. Devido às promoções automáticas baseada nos anos de serviço e da participação em programas de formação, em 15 anos de carreira os salários se tornam duas a três vezes superiores ao salário inicial, em termos reais. Essa evolução supera significativamente a maioria dos países do mundo. Além disso, vale destacar que os professores brasileiros têm direito a planos previdenciários relativamente generosos quando comparado [sic] a outros países da OCDE [...]. Essa generosidade dos benefícios previdenciários é muito superior aos padrões internacionais (Idem, p.127-128).

Observa-se o quanto a educação brasileira é vilipendiada pelo Banco Mundial. O “Ajuste” proposto é nada mais, nada menos que a precarização do ensino público, o aprofundamento do processo de privatização e a formação escolar de baixo nível. Acrescente-se a isto que o “Ajuste...” prevê reformas inteiramente em conformidade com o pensamento neoliberal, como se pode ver na mudança curricular representada pela BNCC e na política educacional direcionada à formação de professores.

Constituído como um dos principais componentes da educação, o currículo, importante instrumento de mediação entre a produção e a assimilação do conhecimento, fundamenta e organiza as atividades de ensino e aprendizagem.

Na teoria marxista, cujo foco é a sociedade capitalista, a análise da educação, de uma maneira geral, e do currículo, de modo particular, não deve deixar de considerar o vínculo que se estabelece entre a estrutura socioeconômica e a esfera educacional. Importa destacar que esse vínculo não se constitui como uma relação de causa e efeito, pois é

permeado por fatores inerentes ao processo educativo, sem, contudo, deixar de repercutir os objetivos das classes dominante e dirigente. Neste sentido, o seguinte trecho de Mészáros (2004) é elucidativo:

[...] o sistema do capital em si não é apenas a reunião de um conjunto de entidades materiais, organizadas e, sempre que as condições o exijam, reorganizadas com sucesso numa ordem adequada pelos recursos combinados da “racionalidade instrumental” e da “ética protestante do trabalho”, como é geral e erroneamente entendido. Pelo contrário, é um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si – para o melhor e para o pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados (MÉSZÁROS, 2004, p.16. Grifos do autor).

É de se notar o peso da ordem do capital. Ela interfere não só no aspecto econômico, mas também nas mais variadas instâncias da expressão cultural da sociedade, transformando as relações sociais em algo reificado e fetichizando os objetos socialmente produzidos.

Essa caracterização do sistema do capital como “[...] um sistema orgânico [...], dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si [...] todas as áreas da atividade humana [...]” (Idem, *ibidem*), de certo modo, já estava na obra de Marx e Engels (1993), no trecho em que os autores afirmam:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 1993, p.72).

Depreende-se, desta passagem, não só a existência de uma interrelação entre a base econômica e a esfera cultural, mas também a presença de um vínculo estreito entre poder e conhecimento. Vale acrescentar que esse vínculo se estabelece por meio de estruturas sociais que influenciam a ação dos homens. Neste sentido, ideias forjadas por instituições/agentes da classe dominante, ou que se colocam a serviço dela, se transformam em ideologia à medida que se constituem como guias do pensamento e da atuação de indivíduos ou grupos na cena social.

A propósito da ideologia, György Lukács (2010), discutindo a abrangência deste conceito em Marx, faz as seguintes considerações:

Se agora e mais tarde falar de ideologias em contextos mais amplos, estas não devem ser entendidas no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade), mas, assim como Marx as determinou no prefácio de *Para a crítica da economia política*, como formas “nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito” (isto é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social) “e o combatem”. Essa determinação abrangente de Marx – e esse é o elemento mais importante de sua ampla aplicabilidade – não se dá nenhuma resposta unívoca à questão da correção ou falsidade metodológica e objetiva das ideologias. Ambas são igualmente possíveis na prática. Assim, as ideologias em nosso caso podem proporcionar tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele. De qualquer modo, porém, tem um grande papel na história do nosso problema o interesse repleto de conflitos dos homens em saber se um momento importante – para eles – de sua vida social deve ser considerado como existente ou meramente aparente. Como tais ideologias, especialmente em tempos de crise da sociedade, podem se desenvolver, tornando-se verdadeiras forças espirituais sua influência na formulação e solução da questão teórica sobre o ser é considerável (LUKÁCS, 2010, p.38. Grifo do autor).

Como se ver, Lukács não centra sua atenção na qualificação da ideologia como algo falso ou verdadeiro. Para o autor, fundamentado em Marx⁴⁷ (1983), a ideologia é um meio de conscientização dos homens em relação ao conflito estabelecido entre as relações de produção e as forças produtivas.

O currículo, importante dispositivo para a mediação do conhecimento na sociedade, é objeto dos estudos de Gramsci. Fundamentado no materialismo histórico e dialético, o autor encontra no trabalho o princípio educativo norteador da atividade educacional levada a cabo na escola primária (“elementar”) italiana, antes da reforma feita pelo governo fascista de Benito Mussolini. Para Gramsci (1985), esse princípio educativo que norteava o currículo escolar estava assentado numa concepção de que o homem é um ser ativo, capaz de transformar o mundo. O trecho que se segue é emblemático no que diz

⁴⁷ A fundamentação que Lukács encontra em Marx, com relação ao conceito de ideologia, acha-se em um trecho do prefácio do livro *Contribuição à crítica da economia política*, no qual Marx trata do antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e o embargo desse desenvolvimento causado pelas contradições inerentes às relações de produção existentes nas sociedades de classe. Como ilustração, conferir a passagem a seguir: “A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômica de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às últimas consequências.” (MARX, 1983, p.25).

respeito ao currículo implícito que orientava a escola primária tradicional italiana, antes da ascensão do fascismo:

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas [sic] pelo homem e podem [sic] ser por ele modificadas [sic] visando a seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado à dominação das leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente da vida da natureza, visando [sic] transformá-la e [sic] socializá-la cada vez mais profunda e extensamente. Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo o seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do *devenir* [...] (GRAMSCI, 1985, p.130. Grifo do autor).

No Brasil, no campo da Pedagogia Histórico-Crítica, o currículo é objeto de análise de Dermeval Saviani. Para o autor, para quem a humanidade é um produto dos próprios homens, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008, p.13).

Na mesma página, ainda se referindo ao trabalho educativo, Saviani diz que:

[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formulas mais adequadas para atingir esse objetivo (Idem, ibidem).

Ver-se, nesta passagem, os fundamentos do currículo, segundo a pedagogia histórico-crítica. Nela, Saviani ressalta os principais objetivos da educação, notadamente da

educação escolar: fazer a identificação dos conteúdos a serem transmitidos pela escola e traçar a metodologia capaz de levar a cabo a assimilação desses conteúdos.

No processo de ensino-aprendizagem, Saviani não descarta a contribuição das várias disciplinas que compõem o repertório do currículo escolar. Considerando o método dialético de Marx, mormente o momento que se caracteriza pela passagem do abstrato ao concreto, o autor vê nas disciplinas escolares a fase em que a análise assume a sua importância como componente do método. Conforme Saviani,

[...] as disciplinas correspondem ao momento analítico em que necessito identificar os diferentes elementos. É o momento em que diferencio a matemática da biologia, da sociologia, da história, da geografia. No entanto elas nunca se dissociam. Numa visão sincrética, isso tudo parece caótico, parece que tudo está em tudo. Mas na visão sintética percebe-se com clareza como a matemática se relaciona com a sociologia, com a história, com a geografia e vice-versa (Idem, p.146).

A passagem acima traz no seu cerne o “método da economia política”, formulado por Marx em 1859. Nele, o autor mostra o erro metodológico dos economistas políticos do século XVII e apresenta o método, considerado por ele como “correto”, afirmando que, partindo-se de conceitos “simples”, chega-se a uma “síntese” como “resultado”:

Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar a sua população, a divisão desta em classes, a sua repartição pelas cidades, pelo campo e à beira-mar, os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas (MARX, 1983, p.218).

A adoção do materialismo histórico e dialético pela pedagogia histórico-crítica torna a análise do currículo mais acurada, mais precisa. A estrutura curricular em disciplinas específicas representa, segundo Marx (Idem, ibidem), a etapa analítica. Na esteira do método, essa fase é extremamente necessária para se atingir a totalidade por meio da síntese.

5.2 As bases mercantis e a fundamentação ideológica da BNCC no contexto do neoliberalismo brasileiro

No decorrer do processo de elaboração da BNCC, empresários de diversos setores da economia, a exemplo dos ramos das finanças, da siderurgia e da comunicação, participaram ativamente da coordenação do movimento “Todos pela Educação”⁴⁸ (ANDES – SN, 2016). Importa destacar que dentre os grupos econômicos que dão sustentação ao referido movimento, encontram-se a Fundação Lemann, a Fundação Bradesco, o Grupo Votorantim, a Telefônica Vivo, o Banco Itaú, o Instituto Natura, o Instituto Unibanco, entre outros. Acrescente-se que nesse conglomerado de grupos econômicos salienta-se a Fundação Lemann que patrocinou as passagens e a alimentação de membros do MEC, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) para que eles pudessem estar presentes nos encontros de cunho nacional (TARLAU; MOELLER, 2020).

Além disto, a *Fundação*⁴⁹ também custeou os “estudos” de servidores do governo no sentido de provê-los de conhecimento sobre currículo. Conforme Tarlau e Moeller (op. cit., p.575), para quem a *Fundação* elegeu várias “categorias” relacionadas à formulação da BNCC,

[...] a fundação também usava seus recursos econômicos para patrocinar a produção de conhecimento ou, em outras palavras, prover os funcionários governamentais com informação relevante por meio de seminários, tradução de documentos internacionais para o português, patrocínio de relatórios de pesquisa e convites a especialistas internacionais para falar sobre a experiência deles na redação de padrões curriculares comuns.

⁴⁸ Movimento formado por empresários com o objetivo de garantir aos brasileiros o direito à educação básica, de forma universalizada.

⁴⁹ Daqui por diante, o termo *Fundação* substituirá o nome da fundação mantida pelo grupo Lemann.

A *Fundação* não só financiou os agentes encarregados da elaboração da BNCC, mas também imprimiu sua marca na produção escrita da Base⁵⁰ e formou um conglomerado de “experts” em educação e de políticos, com destaque no Parlamento brasileiro, para dar apoio ao modelo de BNCC fomentado pela *Fundação*.

No tocante à redação da base, Tarlau e Moeller (op. cit., p.578) asseveram:

[...] a Fundação Lemann [...] influenciou o processo de redação da BNCC e conseguiu apoio para essa política pública por meio de uma elaborada estratégia de mídia, em que representantes da fundação [*sic*] treinaram dezenas de jornalistas para cobrir questões educacionais, inclusive a BNCC, e apresentá-las de forma positiva.

Ver-se que a orquestração da *Fundação* não se limitou a coordenar o processo de escrita da BNCC, mas mobilizou a imprensa para acompanhar eventos e discutir temas relacionados à educação, mostrando a sua importância.

No que se refere ao papel dos políticos e dos peritos educacionais, as autoras acima afirmam:

[...] a estratégia mais importante para influenciar os formuladores dessa política pública era simplesmente construir uma rede de políticos proeminentes e especialistas respeitados em educação, todos apoiando a BNCC (Idem, p.579).

Nota-se que a construção da Base ratifica o modelo de sociedade vigente no Brasil. Uma sociedade de classes, excludente e voltada para atender às diretrizes do mercado. Neste sentido, a BNCC não se constitui como um princípio transformador da escola, mas, ao contrário, representa mais uma peça do mecanismo de manutenção do *status quo*. Luiz Carlos de Freitas, fazendo um prognóstico sobre o caminho a ser percorrido pela Base, diz que:

A BNCC não vai mudar a escola, sua estrutura, sua lógica. Vai reforçá-la amarrando tudo a exames nacionais e locais. É uma estratégia de se conseguir resultados a qualquer custo. O único “sucesso” que se pode esperar desta proposta é a privatização da escola pública, a ampliação da segregação social e a formação de quadros para alimentar as empresas – claro, além de criar uma trilha especial para a elite continuar elite e os filhos dos trabalhadores continuarem filhos de trabalhadores (FREITAS, 2017, s/p).

⁵⁰ Base: este termo serve para substituir a sigla BNCC.

A passagem acima é bastante explícita com relação ao desvelamento da ideologia norteadora da concepção pedagógica⁵¹ que orienta a BNCC. No início do documento, ver-se a palavra competência escrita recorrentemente. No primeiro trecho, onde aparece o objetivo da base, preconiza-se a formação de “competências gerais”. Conforme o documento,

Ao logo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez *competências gerais*, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017, p.8. Grifo do autor).

No segundo trecho, a tônica recai sobre o “saber” dos estudantes, bem como sobre o que eles “devem saber fazer”. Pautado na pedagogia das competências, o documento é explícito ao tratar dos fundamentos pedagógicos da BNCC:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara de que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, no pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Idem, p.13).

Observa-se que ao centrar sua atenção no “desenvolvimento de competências”, a BNCC expressa uma concepção de mundo, veiculada pela pedagogia das competências, cujos valores intrínsecos são aqueles voltados para a manutenção da ordem capitalista, ou seja, constituem-se como ideologia justificadora dos interesses da classe dominante.

Duarte (2011), referindo-se ao lema “aprender a aprender” como uma forma que pretende nortear a subjugação do modelo tradicional de educação, é assertivo ao tratar esse lema como “instrumento” de dominação:

O lema “aprender a aprender”, ao contrário de ser um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para uma formação plena dos indivíduos, é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto, por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites (DUARTE, 2011, p.9. Grifo do autor).

⁵¹ Trata-se da pedagogia das competências, conforme se ver no final do capítulo quatro deste trabalho.

Entende-se que a BNCC, fundamentada nas teorias pós-modernas e no neoliberalismo, cumpre a função de modeladora do sistema educacional brasileiro, propondo um padrão de educação completamente afinado com as perspectivas do capital. Neste sentido, a ideologia da competência, representada pela regra metodológica “aprender a aprender”, escamoteia os reais interesses da classe dominante. Como diz Chauí (2014),

[A] *ideologia da competência*, que, como toda ideologia, oculta a divisão social das classes, mas o faz com a peculiaridade de afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas) (CHAUÍ, 2014, p.56-57. Grifo da autora)

A autora acrescenta, se referindo ao “discurso competente”, que ele é o discurso:

[...] proferido pelo especialista, que ocupa uma posição ou um lugar determinados na hierarquia organizacional, e haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade (Idem, *ibidem*).

A esta altura da análise da BNCC, se faz necessário apresentar uma concepção de pedagogia que se contrapõe à “pedagogia das competências”. Essa pedagogia, qualificada por Saviani (1997) como revolucionária, está comprometida com a transformação social e busca, por meio de procedimentos educativos emancipadores, a difusão dos conhecimentos acumulados culturalmente, sem desvalorizar a importância da escola. O trecho a seguir é elucidativo:

Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes. Tais métodos se situarão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. Portanto, serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos dos processos de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (SAVIANI, 1997, p.79).

Verifica-se que a perspectiva pedagógica formulada por Saviani não só visa à coletivização do cabedal de conhecimentos produzidos pela humanidade, mas também procura desenvolver as aptidões dos indivíduos sem desconsiderar o papel da escola.

A análise da Base também permite perceber o quanto há de prejuízo, para os estudantes, na substituição do direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988, pelos “direitos de aprendizagem”. Ora, se na BNCC as “dez competências gerais” são vistas como “aprendizagens essenciais”, resta aos estudantes a perda de vários direitos embutidos no direito à educação.

Além disto, a perda da autonomia de estados e municípios é patente no documento. O MEC se pauta na centralização política para tomar decisões e não permite manifestações dos entes federativos:

Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017, p.22).

Outra passagem do documento bastante preocupante é a que diz respeito aos interesses de grandes grupos privados voltados para a produção de material didático. O ANDES-SN (2016), numa análise das consequências da implementação da Base, aponta diversos desdobramentos, que podem ter efeitos perniciosos sobre a educação brasileira. Para o Sindicado, a BNCC:

Aprofundará uma situação que já está se consolidando: adesão dos sistemas escolares ao uso intensivo de materiais didáticos uniformizadores (livros didáticos, apostilhas, vídeos, softs), conforme afirmação do próprio Ministro da Educação na apresentação do documento em questão. Vale lembrar que a confecção de tais materiais é de extremo interesse de grandes aglomerados mercantis (ANDES-SN, 2016, p.12).

Conforme o ANDES-SN (op. cit.), outro desdobramento da implementação da Base diz respeito à situação dos professores. Segundo o sindicato,

Será retirado do docente o protagonismo de pensar e refletir sobre o saber a ser compartilhado, já que, pelo uso desse tipo de material uniformizado, haverá um caminho único a percorrer, e isso tornará sua interação com a classe mais impessoal;

desconstrói-se, assim, como figura inspiradora aos estudantes, o papel historicamente reconhecido do ser docente (Idem, ibidem).

Além do que,

Permitirá que a atividade docente mais se assemelhe à função de monitor do que às características precípuas do/a professor/a, pela imposição de ministrar o ensino segundo um currículo uniformizado [...] (Idem, ibidem).

Verifica-se, ainda, no documento do ANDES-SN, o peso representado pelas avaliações nacionais. O mercado que preconiza e aplica essas avaliações é extremamente lucrativo e goza de grande reputação no âmbito da sociedade e do governo brasileiros. Assim sendo, esse poderio pode transformar:

(...) os 60% de conteúdo curricular comum do documento BNCC (...) em 100% do que será ministrado pelos Sistemas de Ensino, uma vez que apenas esses serão a base requisitada nos exames nacionais Isso é tão mais provável quanto pior forem as reais condições presentes nas escolas (carga horária, infraestrutura, condições de trabalho e formação de professores) (Idem, ibidem).

A leitura da Base evidencia o quantum de importância que a educação adquiriu nos últimos anos. Para o capital, o setor educacional tem-se constituído como uma nova esfera que possibilita o arrefecimento da crise. Como ficou patente no primeiro capítulo deste trabalho, o capital vem passando por mudanças na sua estrutura orgânica, buscando investir em tecnologias, máquinas, etc. e procurando desestabilizar a força de trabalho. Neste sentido, a educação escolar, de uma maneira geral, e o currículo, de modo específico, têm contribuído para a adequação da classe trabalhadora, e dos filhos dela, ao “novo mundo” forjado pelo capitalismo.

6 CONCLUSÃO

A crise econômica mundial desencadeada a partir do final dos anos 1960 abalou as estruturas da sociedade capitalista à medida que desestabilizou a produção – diminuição dos investimentos, queda da taxa de lucros, encolhimento do número de contratações, etc. –; desorganizou o mundo do trabalho – desemprego estrutural, dessindicalização, intensificação do trabalho, etc.; desmantelou o Estado de Bem-Estar Social – corte de investimentos em políticas públicas e assistência social, etc.; e possibilitou o aparecimento/desenvolvimento de formas de pensar que se chocam com aquelas que nortearam a modernidade.

Levando-se estes fatores em consideração, buscou-se verificar como eles influenciam a esfera sociocultural da sociedade brasileira, notadamente a área da educação, na qual se insere a diretriz curricular norteadora da educação básica do Brasil.

Neste sentido, foram levantadas várias interpretações da crise do capital, quase todas referenciadas no pensamento marxista – exceto aquela produzida por Karl Marx –, pensamento este que, associado às formulações marxianas, orienta a construção deste trabalho.

A Base Nacional Comum Curricular é de grande importância para a análise das influências do mercado na educação brasileira, uma vez que diretrizes estabelecidas por organismos multilaterais, como a CEPAL, a UNESCO e o Banco Mundial, foram incorporadas pela Base. Além disto, princípios organizadores do funcionamento da sociedade capitalista, aspectos relacionados ao desmonte da escola pública, à desvalorização dos professores e ao treinamento dos estudantes para o mercado de trabalho – nem sempre – estão presentes no *Documento*.

Vale ressaltar que essas influências variam conforme o governo de plantão, sem, contudo, abandonarem a perspectiva orientadora da ordem do capital.

A reconfiguração do Estado limitou, principalmente nos países periféricos, os investimentos no ensino básico, obrigando os sistemas educacionais a conviverem com a precariedade da infraestrutura escolar, bem como com as péssimas condições de trabalho dos docentes. Acrescente-se a isto as alterações curriculares, limitadoras da formação dos alunos e estimuladoras de uma “preparação” técnica que, muitas vezes, não encontra ressonância nas

classes populares, visto que essa “preparação” não garante o emprego dos filhos dessas classes e, em muitos casos, não possibilita a entrada dos ex-alunos no ensino superior.

É de se notar que, além dos elementos acima apontados, a educação escolar pública tem-se constituído, nos últimos anos, como um treinamento precário para os filhos da classe trabalhadora, e como uma forma de enriquecimento de grandes editoras de livros didáticos e de agências aplicadoras de avaliações nacionais, a exemplo da Prova Brasil, do SAEB, etc. É neste sentido que a Base Nacional Comum Curricular foi aqui analisada como mais um veículo portador de pedagogias desumanizadoras e de princípios econômicos, políticos e filosóficos que contribuem para a manutenção da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORRÊA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 92- 111, jan-abr/ 2011.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação**: análise e ações para a luta. Brasília, 2016.

ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação**: análise e ações para a luta. Brasília, v. 2, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: EDUNESC, 1998.

ARANTES, Otília B. Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. **Um ponto cego no projeto de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**: examen del Banco Mundial, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, 2017.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Tradução de Waltensir Dutra. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal**: ensaios sobre os fenômenos extremos. Tradução Estela dos Santos Abreu. Campinas, SP: Papirus, 1990.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich.; GIDDENS, Anthony.; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1997.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1977.

BELL, Daniel. **O fim da ideologia**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: EDUNB, 1980.

BERNSTEIN, Eduard. Las crisis y las posibilidades de adaptación de la economía. *In*; COLLETTI, Lucio (org.). **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.

BIANCHI, Álvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. **Novos Rumos**. Marília, São Paulo, ano 17, n.36, 2002.

BRASIL. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR- BNCC**. Versão Final. Brasília, DF, Ministério da Educação, 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Ijuí, Rio Grande do Sul: UNIJUI, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venancio Majer. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 2002.

CEPAL. **Educación y conocimiento**: eje de la transformación productiva com equidade, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. Tradução de Lêda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CHESNAIS, François. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. Tradução de Henrique Carneiro. **Outubro**: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n.1, 1998, p.7-31.

CHESNAIS, François. A crise econômica mundial sem fim, interpretação e consequências. Tradução de Glauco Kruse Villas Boas. **Revista Fitos**. Rio de Janeiro, 2018, p.29-46. Disponível em: <http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revistafitos/article/view/669>. Acesso em 28/03/2019.

COLLETTI, Lucio. (org.). **EL marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, D. F.: Siglo Veintiuno, 1985.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A escola da regulação. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.97-103.

CUNOW, Heinrich. Contribución a la teoria del derrumbe. In: COLLETTI, Lucio. (org.). **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

DAVIS, Mike. O renascimento urbano e o espírito do pós-modernismo. In: KAPLAN, E. A. **O mal-estar no pós-modernismo**: teorias e práticas. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p.106-116.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Tradução de José Carlos Eufrázio. 7.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. Tradução de Anna Maria Capovilla et.al. São Paulo: SENAC, 1999.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1959.

DUARTE, Newton. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. *In*: _____. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012, p.197-217.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (Porque Donald Schön não entendeu Luria). **Educação e Sociedade**, Campinas, v.24, n.83, 2003, p.601-625.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender**. 5.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 14.ed. São Paulo: Nacional, 1990.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EAGLETON, Terry. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. Tradução de João Roberto Martins Filho. **Crítica Marxista**. São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, p.53-68, 1995.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FIORI, José Luís. **Brasil no espaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FORNERO, Giovanni. Relativismo. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.994-996.

FREDERICO, Celso. Razão e desrazão: a lógica das coisas e a pós-modernidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano XVIII, n.55, nov, 1997, p.174-187.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Uma pós-modernidade de libertação**: reconstruindo as esperanças. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v.35, n.129, p.1085-1114, out.-dez., 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. BNCC: uma base para o gerencialismo – populista. **Avaliação Educacional**, 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/>. Acesso em: 15/01/2021.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Luciana Carli. 3.ed. São Paulo : Nova Cultural, 1988.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia da educação**. Ijuí, RS: Ijuí, 2002.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2014.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GROSSMANN, Henryk. **La ley de la aumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. 2.ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1984.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAMES, Willian. **Pragmatismo**. Tradução de Jorge Caetano da Silva. São Paulo: Martin Claret, 2006.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Tradução de Vinícius Dantas. São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, n.12, jun., 1985, p.16-26.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2007.

KAUSTSKY, Karl. Teorías de las crisis. In: COLLETTI, L. (org.). **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação?: a política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo, n.1, fev., 1999, p.19-30.

LENIN, V.I. **A falência da II internacional**. Tradução de Armando Boito Júnior e Maria Luiza Gonçalves. São Paulo: Kairós, 1979.

LENIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Netto. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIGUORI, G.; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chiarini et. al. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, György. **Prolegómenos para uma ontologia do ser social**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, v.1, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia de ser social**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, v.2, 2013.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. Tradução de Moniz Bandeira. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Educação e os desafios das novas tecnologias. *In*: FERRETTI, Celso João et. al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 169-188.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaios; Campinas: UNICAMP, 1990.

MARX, Karl. **Textos filosóficos**. Tradução de Maria Flor Marques Simões. Lisboa: Estampa, 1975.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economia política** (Grundrisse): 1857-1858.10.ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, v.1, 1978.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, v.2, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v.3, 1991.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, v.1.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O capital**. Tradução de Klaus Von Puchen. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 9.ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MELLO, Guiomar Namó de. **Social -democracia e educação**: teses para discussão. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONTAG, Warren. O que está em jogo no debate sobre o pós-modernismo? *In*: KAPLAN, E. A. **O mal-estar no pós-modernismo**: teoria e práticas. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.117-135. 1993

MORAES, Maria Célia Marcondes de; TORRIGLIA, Patrícia Laura. Educação light, que palpite infeliz!: indagações sobre as propostas do MEC para a formação de professores. **Teias**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, jun/dez. 2000, p.51-59.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; SOARES, Kátia Cristina Dambiski. Cenas empobrecidas do conhecimento e do trabalho docentes. **Educação**, Porto Alegre, n.2, maio/ago, 2005, p.265-281.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PASQUINO, Gianfranco. Crise. *In*: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução de Luís Guerreiro Pinto Cacais et. al. Brasília: EDUNB, 1986, p.303-306.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Tradução de Breno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ROMERO, Daniel. Introdução. *In*: _____. **Marx sobre as crises do capitalismo**. Tradução de Diego Siqueira. São Paulo: Sundermann, 2009, p.7-26.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RORTY, Richard. **Objetivismo, relativismo e verdade**. Tradução de Marco Antônio Casanova. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ROSDOLSKI, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SAES, Décio. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2.ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANFELICE, José Luís. Pós-modernidade, globalização e educação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2009, p.3-12.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 31.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10.ed. Campina, SP: Autores Associados, 2008.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: UNESP; Brasiliense, 1996.

SCHMIDT, Conrad. Contribución a la teoría de las crisis comerciales y de la sobreproducción. *In*: COLLETTI, L. (org.). **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. *In*: NÓVOA, António (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Tradução de Graça Cunha et. al. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p.77-91.

SHAIKH, Anwar. Crises econômicas. *In*: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.85-88.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SOBRINHO, Guilherme G. F. X. Modelo italiano. *In*: CATTANI, Antonio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.183-190.

SOKAL, Alan; BRICMOMT, Jean. **Imposturas intelectuais**: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Tradução de Marx Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Tradução de Waltensir Dutra. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Tradução de Francisco Pereira. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v.20, n.2, maio/ago. 2020,

p.553-603. Disponível em: <https://www.forbes.com/profile/jorge-paulo-lemann/>. Acessado em janeiro de 2021.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TUGÁN-BARANOVSKI, Mijail Ivanovich. Fundamentos teóricos del marxismo (El derrumbe del orden econômico capitalista). *In*: COLLETTI, L. (org.). **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? *In*: _____. ; FOSTER, John Bebelamy (org.). **Em defesa da história**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.